

4 09

RELATÓRIO  
E CONTAS

# ÍNDICE

<b>01.</b>		
<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA</b>		<b>06</b>
<b>02.</b>		
<b>RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>		<b>09</b>
Principais indicadores da actividade		10
Perfil		11
A Inapa no Mundo		11
Cobertura no Mercado		12
Áreas de negócio		13
Órgãos Sociais		15
Governo Societário		16
Estrutura de participações		18
Principais Accionistas		19
Recursos Humanos		19
Factores de risco		20
Questões Ambientais		23
Responsabilidade Social		24
Cenário Macroeconómico		25
Enquadramento Sectorial		25
Síntese da Actividade da Inapa IPG		27
Síntese da Actividade Consolidada		27
Comportamento em Bolsa		28
Acções próprias		30
Factos subsequentes		30
Perspectivas para 2010		30
Proposta da Aplicação de Resultados		31
Declaração de conformidade		31
<b>03.</b>		
<b>CONTAS INDIVIDUAIS</b>		<b>32</b>
Balanço em 31 de Dezembro de 2009		35
Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2009		37
Demonstração dos resultados por funções do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009		38
Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009		39
<b>04.</b>		
<b>NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS</b>		<b>40</b>
Notas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 Dezembro de 2009		42
Informações referidas no art.º 447 do Código das Sociedades Comerciais		58

	<b>05.</b>		
	<b>RELATÓRIO DO AUDITOR E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS INDIVIDUAIS</b>		<b>60</b>
	Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria elaborado por auditor registado na CMVM sobre a Informação Financeira Individual		62
	<b>06.</b>		
	<b>CONTAS CONSOLIDADAS</b>		<b>64</b>
	Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008		66
	Demonstração dos resultados consolidados separada do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009		68
	Demonstração do rendimento integral consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009		69
	Demonstração dos fluxos de caixa consolidados nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008		70
	Demonstração das alterações no capital próprio em 31 Dezembro de 2009		71
	<b>07.</b>		
	<b>NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS</b>		<b>72</b>
	Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009		74
	<b>08.</b>		
	<b>RELATÓRIO DO AUDITOR E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS CONSOLIDADAS</b>		<b>128</b>
	Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria elaborado por auditor registado na CMVM sobre a Informação Financeira Consolidada		172
	<b>09.</b>		
	<b>RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA</b>		<b>132</b>
	Relatório e parecer da Comissão de Auditoria do Conselho de Administração		135
	<b>10.</b>		
	<b>RELATÓRIO DO GOVERNO DAS SOCIEDADES</b>		<b>136</b>
	Declaração de cumprimento		139
	Assembleia Geral		149
	Órgãos de Administração e Fiscalização		152
	Informação		167

## DISTRIBUIÇÃO DE PAPEL

**A** Inapa tem na distribuição de papel o seu principal negócio. Está entre os maiores distribuidores na Europa, e com posições entre os três maiores distribuidores nos principais países onde está presente. Com cerca de um milhão de toneladas vendidas, oferece um portfolio com mais de 12 mil referências de papel aos seus mais de 65 mil clientes.

Disponibiliza aconselhamento técnico para garantir os objectivos da respectiva produção e assegura um serviço de entrega em 24 horas em qualquer ponto dos oito países Europeus onde opera, a partir dos seus 28 armazéns e plataformas logísticas. Por isto, a Inapa é um operador incontornável na distribuição de papel na Europa.

# '01

MENSAGEM  
DO PRESIDENTE  
DA COMISSÃO  
EXECUTIVA

# '01

## MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA



**José Félix Morgado**  
Presidente da Comissão Executiva

A conjugação da degradação do quadro macroeconómico e das condições de mercado ocorridas justificam que 2009 tenha sido um dos mais difíceis contextos de exploração da Inapa nos seus 45 anos de actividade .

Não obstante essas dificuldades a Inapa conclui o exercício de 2009 com assinalável êxito traduzido no seu melhor desempenho comercial face ao mercado, no aumento da margem bruta gerada a par do crescimento dos resultados antes de impostos de 1,5 milhões de euros para 4,9 milhões de euros e do resultado líquido consolidado para 2,2 milhões de euros a par da redução em 53,5 milhões euros da sua dívida.

Face à redução da procura e à pressão sentida ao nível dos preços foram, de imediato, implementadas um conjunto de acções decisivas de ajustamento da estrutura operacional de suporte ao negócio com resultados positivos mas com custos de reestruturação acrescidos no valor de 2,5 milhões de euros.

O presente exercício assinala o final de um ciclo iniciado em 2007 de reposicionamento estratégico da Inapa, quer ao nível dos mercados onde opera , quer no mercado de capitais, segundo três pilares então identificados no plano Inapa 2010:

enfoque na liderança, superior desempenho e rentabilidade dos capitais afectos.

Face aos objectivos estratégicos então enunciados para a Inapa cumpre-me sublinhar o sucesso alcançado na geração de valor e no reforço da sustentabilidade a médio e longo prazo, subjacentes ao plano então apresentado.

Com efeito, ao nível da liderança nos mercados onde opera a Inapa procedeu, ainda em 2007, ao encerramento da sua operação na Itália a par da consolidação da sua posição nos mercados estratégicos, quer mediante a aquisição de 33,3% do capital da Inapa Suíça em 2008 e a aquisição da totalidade do capital da VERPA em França em 2009, quer através do crescimento orgânico que lhe permitiram recuperar a sua posição nos mercados francês e belga onde ocupa posições de liderança no segmento da distribuição de papeis e consumíveis de escritório.

O desempenho operacional evidenciou, ao longo do último triénio, uma progressão significativa, tanto mais relevante quanto se verificou num contexto muito desfavorável. Para essa evolução contribuiu o foco na rentabilidade das vendas através da reorganização comercial a par da optimização da rentabilidade dos clientes

**“Os resultados antes de impostos cresceram de 1,5 M€ para 4,9 M€ e a dívida reduziu-se 53,5 M€”**

e da melhoria do mix de vendas. Neste particular de referir, ainda, a introdução no mercado do conceito inovador de oferta aos clientes dos produtos que, para além do papel, permitem suprir as suas necessidades primárias. Foi a execução deste plano que suporta o crescimento da margem bruta de 16,7 % em 2006 para 18,2 % em 2009.

A melhoria da eficiência operacional reforçou a progressão do desempenho operacional assente na centralização ao nível do grupo das funções não críticas, na racionalização da estrutura de suporte ao negócio, na revisão de procedimentos e modelos de negócio, na reorganização logística e na revisão das orientações e procedimentos ao nível dos sistemas e comunicações visando preparar o Grupo para um maior grau de integração a médio prazo.

Estas acções reflectem-se na melhoria da margem de EBIT de 1,1% em 2006 para 3,15 % em 2008, e na manutenção em níveis comparáveis competitivos face ao sector em 2009 não obstante as difíceis condições de exploração.

Ao nível do terceiro pilar, rentabilidade dos capitais afectos, foi implementado um detalhado plano de racionalização dos activos mediante o desinvestimento em participações não estratégicas e activos imobiliários. Este plano de alienações não foi, contudo, concluído devido à alteração das condições de mercado que não permitiram a obtenção de condições de alienação vantajosas para a Inapa. Em simultâneo, foram concretizadas um conjunto de acções que permitiram a redução substancial das existências e do fundo de maneo o que, a par dos meios gerados pela exploração, permitiu uma redução de 53,4 milhões de euros da dívida.

No que se refere ao investimento foram definidos rigorosos critérios assentes em objectivos mínimos de rentabilidade dos capitais afectos. No papel referi já as aquisições efectuadas na Suíça e França com uma relevante contribuição para a melhoria da rentabilidade. Em termos de prioridade o desenvolvimento dos negócios complementares absorveu a maior parcela do investimento efectuado mediante as aquisições nos negócios da comunicação visual e de embalagem, vectores críticos para

o crescimento e melhoria da rentabilidade.

Para além destes três vectores de reposicionamento cumpre-me referir o esforço feito a nível da qualidade, da gestão ambiental e da responsabilidade social.

Em termos de qualidade a Inapa ao longo do último triénio efectuou um significativo investimento na certificação ambiental das suas participadas. Para além da Papier Union e da Inapa França, no ano transacto a Inapa Espanha concluiu o seu processo de certificação. A INAPA Portugal tem em fase final a certificação de qualidade ISO 9001 e a certificação ambiental ISO 14001.

A melhoria do desempenho económico-financeiro foi acompanhada de acções no âmbito da sustentabilidade. Desde logo é de referir o rigoroso cumprimento das



normais ambientais no transporte, o recurso às energias renováveis e a elaboração do balanço de carbono nas suas operações mais relevantes, designadamente, Alemanha e França, para além de iniciativas de tratamento de desperdícios dirigidas aos seus clientes e desenvolvidas em parceria.

Porque acreditamos que pequenos gestos fazem a diferença e podem melhorar um percurso de vida, a Inapa apoiou um conjunto de iniciativas e projectos na área de integração social e da educação.

Em síntese, no presente mandato foi possível à Inapa reafirmar a sua relevância no mercado de distribuição europeu

posicionando-se como um prestador de serviços integrados na distribuição de papel e soluções de embalagem.

A par da alteração estratégica e cultural operada no presente mandato, cumpre-me ainda referir o cumprimento dos objectivos a que nos tínhamos proposto em 2007 no que se refere à adopção das melhores práticas em termos de governação e relacionamento com o mercado. De facto, a Assembleia Geral aprovou em Maio de 2007 um novo modelo de governação da sociedade cuja experiência positiva viria a comprovar a oportunidade da proposta e da decisão então tomada.

Esta mesma linha justifica a publicação no exercício findo do Código de Conduta agregando os princípios orientadores da actuação da Inapa ao nível dos seus colaboradores, fornecedores e clientes.

A política de comunicação com o mercado baseada na transparência e rigor constituem referência na alteração da cultura da Inapa neste triénio permitindo recuperar a credibilidade e estatuto que lhe confere a integração no PSI20, índice de referência da Euronext Lisbon.

Os resultados alcançados enformados pela cultura de excelência e de sucesso da Inapa, não obstante as incertezas ainda latentes no quadro macroeconómico, permitem-me antecipar a progressão na melhoria da rentabilidade dos capitais afectos gerada, não só pelas acções em curso mas, pelas oportunidades de consolidação no sector e de crescimento nos negócios estratégicos.

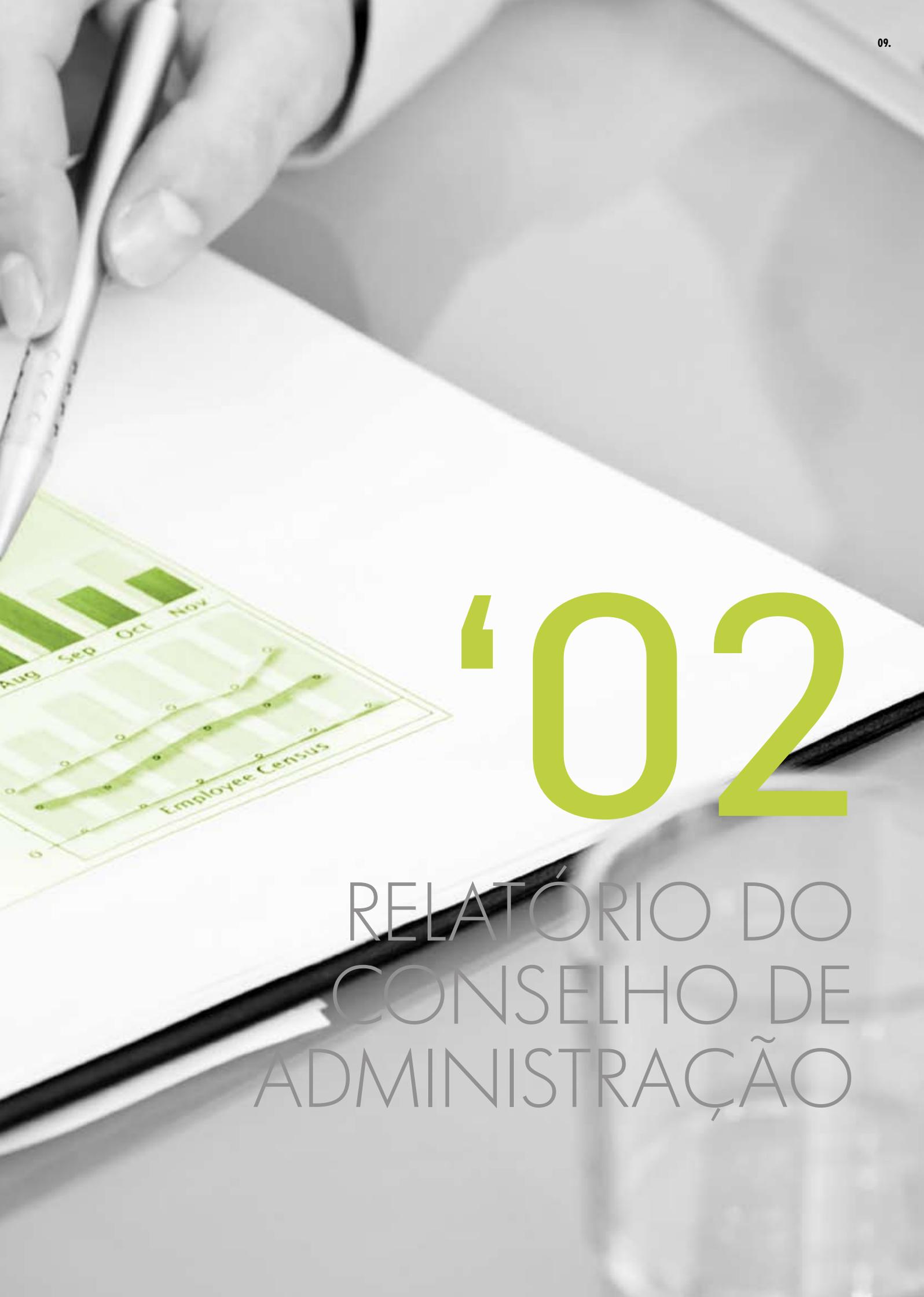
## DISTRIBUIÇÃO DE PAPEL

### O PAPEL E AS CERTIFICAÇÕES

O Grupo Inapa controla a origem da matéria-prima utilizada na produção dos papéis que distribui. Trabalha com fornecedores certificados, utilizando madeira proveniente de florestas sustentáveis, sobretudo europeias.

Esta opção é reflexo de uma política ambientalmente sustentável não só da Inapa, mas também dos seus clientes, cada vez mais cientes do valor social do produto certificado. Cada fornecedor obtém, assim, o direito à utilização dos logótipos e certificação da FSC e PEFC através dum processo de certificação junto duma entidade independente.





# '02

RELATÓRIO DO  
CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO

## '02

RELATÓRIO DO  
CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃOPRINCIPAIS  
INDICADORES  
DA ACTIVIDADE

## GLOSSÁRIO:

**Dívida líquida:**

Empréstimos M/L prazo + Empréstimos curto prazo + Fornecedores de imobilizado + Financiamentos associados a activos financeiros - Disponibilidades

**Fundo de maneo:**

(Clientes + Existências - Fornecedores) / Vendas 365

**Capitalização bolsista:**

Nº de acções x cotação

**Rácio armazém/fabricos:**

Vendas armazém (ton) / Vendas totais (ton)

**Cost to income:**

(Custos operacionais + Provisões) / Toneladas vendidas

**Margem Re-Ebitda:** Re-Ebitda/ Vendas totais

**Margem Ebit:**

Ebit / Vendas totais

**ROCE:**

(Ebit + Amortizações + Depreciações + Custos de reestruturação não recorrentes) / (Activos fixos tangíveis + Investimentos não correntes + Fundo maneo)

	2009	2008	2007	2006
Activo Líquido Total (M€)	700	763	855,6	786,3
Dívida Líquida (incluindo titularização) (M€)	422,2	475,6	465	588,1
Situação Líquida (M€)	152,5	150,3	148,1	45,3
Vendas (000 ton)	887,4	983,7	1027,4	1075,5
Vendas (M€)	937,8	1044,2	1050,2	1072,7
Margem Bruta (M€)	170,3	183,4	184	179,4
Margem Bruta (%)	18,2	17,6	17,5	17,3
Custos Operacionais (M€)	155,7	158,6	159,2	165,8
Re-Ebitda (M€)	32,4	41,6	41,3	29,5
Custos de Reestruturação Não Recorrentes (M€)	2,5	1,9	8	10,5
Ebit (M€) (sem impairment)	23,6	32,9	26,9	12,2
Função Financeira (M€)	19	32,4	35,8	28,5
Resultado Líquido (M€)	2,2	1	-10,4	-53,4
Fundo de Maneio (dias)	72	82	79	83
Resultado Líquido por acção (€)	0,014	0,007	-0,07	-1,78
Dividendo (€)	0	0	0	0
Cotação de fecho (€)	0,64	0,34	0,92	2,68
Volume Negociado (milhões acções)	349	186	59,9	8,1
Capitalização Bolsista (M€)	96	51	138	80,4
Preço médio venda de papel (€/ton)	997	1014	997	974
Rácio armazém/fabricos	52%	51%	50%	50%
Cost to income (€/ton)	181	165,2	158,9	162,8
Margem Re-Ebitda (%)	3,46%	3,98%	3,39%	2,75%
Margem Ebit (%)	2,56%	3,15%	2,56%	1,14%
Roce (%)	10,91%	11,76%	11,11%	8,40%

## PERFIL

A Inapa IPG é a sociedade dominante do Grupo Inapa, tendo sido constituída a 24 de Novembro de 1965 como produtora de papel de escrita e impressão.

Na década de 90, com a alienação da sua unidade industrial, a Inapa viria a centrar a sua actividade na distribuição de papel, ocupando uma posição de liderança no mercado europeu.

A Inapa está presente em oito mercados europeus – Alemanha, França, Suíça, Portugal, Espanha, Bélgica, Luxemburgo e Reino Unido, e, desde 2009, em Angola, que representou o seu primeiro passo fora do continente europeu.

A prossecução de uma estratégia concertada de crescimento fortemente alavancada por aquisições entre 1998 a 2000, permitiu que a Inapa se afirmasse no contexto europeu da distribuição de papel, emergindo como um dos cinco maiores distribuidores de papel na Europa, com 93% do volume de negócios a ser realizado fora de Portugal, com particular destaque para a Alemanha e França, os dois principais mercados do Grupo, que em conjunto representam cerca de 80% da facturação consolidada anual.

A Inapa é a única empresa do sector, a nível europeu, cotada em bolsa, integrando mesmo, a partir de Março de 2010, o principal índice da Euronext Lisbon – o PSI20 - que inclui as 20 mais importantes empresas do mercado de capitais português pelo volume de transacções.

Contando nos seus quadros com 1484 colaboradores, a actividade principal do Grupo é a distribuição de papel à indústria gráfica e transformadora, a editores, grandes empresas e escritórios. Os negócios complementares – distribuição de materiais de embalagem e soluções nesse domínio, de comunicação visual, de consumíveis gráficos e de escritório e a prestação de serviços de logística - são áreas de intervenção da Inapa, inovadoras no mercado, e que permitem satisfazer as necessidades dos seus clientes.

A estratégia desenvolvida, conjugada com o alargamento do portfolio de produtos e serviços, numa lógica “One Stop Shop” posicionam a Inapa como prestador de serviços nas áreas da impressão e embalagem, para todos os seus clientes.

**“A nossa missão consiste na criação de valor mediante a satisfação das necessidades dos nossos clientes em produtos e serviços”**

## A INAPA NO MUNDO

Presente em oito países europeus, com particular destaque para a Alemanha, França, Suíça, Portugal e Espanha, e desde 2009, em Angola, o Grupo disponibiliza aos seus mais de 70 mil clientes, nas várias áreas de negócio por que reparte a sua actividade, um portfolio de mais de 12 000 referências de papel, 16 000 referências de consumíveis de escritório, 4 000 de embalagem, e uma gama completa de matérias para comunicação visual e consumíveis gráficos.

Com mais de 300 camiões diariamente na rua e uma área de armazenagem de mais

de 180 mil metros quadrados repartida por 28 armazéns e plataformas logísticas, o Grupo Inapa assegura anualmente a colocação de cerca de 900 mil toneladas de papel junto aos seus clientes.

A Alemanha é o maior mercado do Grupo, com cerca de 55% do volume de vendas consolidadas, detendo a Papier Union, a nossa subsidiária local, uma quota de mercado de 18%.

A França, é o segundo mercado mais importante do Grupo, representando 24% das vendas. A Inapa França, com os seus 17 mil clientes e mais de 6 500 referências de papéis disponíveis disputa o segundo lugar naquele mercado.

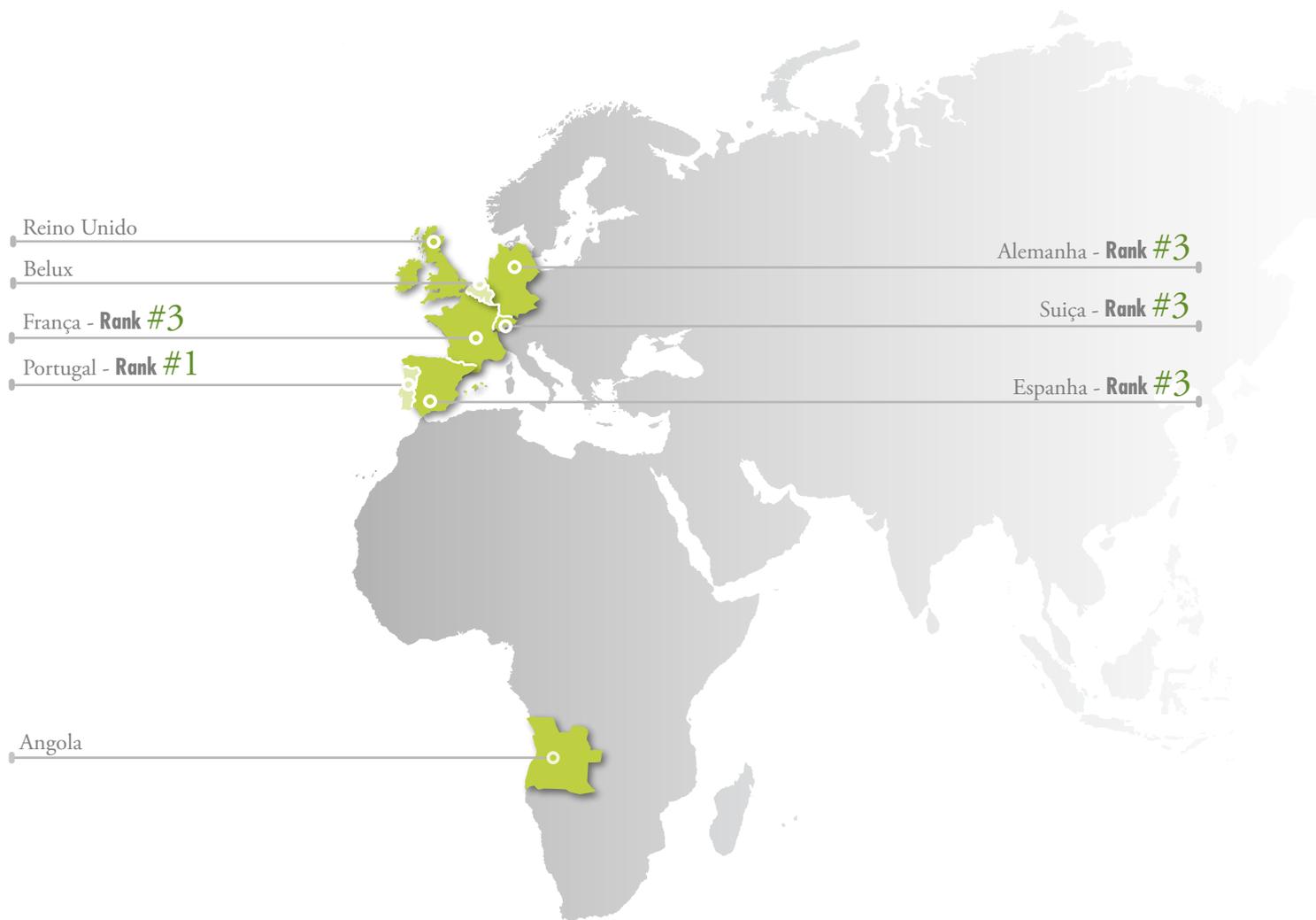
À Inapa França encontram-se ainda afectas as participações na Inapa Bélgica e na Inapa Luxemburgo, empresas a operar no Belux.

A Inapa Suíça, com uma quota de mercado de 18% e a Inapa Espanha – um dos três principais distribuidores de papel espanhóis – representam em conjunto cerca de 12% do volume de vendas do Grupo.

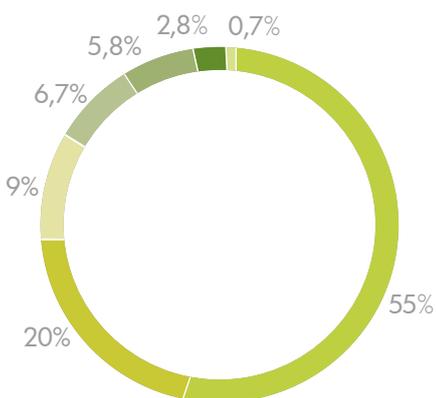
Em Portugal e através da sua subsidiária Inapa Portugal o Grupo é líder de mercado, com uma quota a rondar os 54%.

Em todos os mercados em que marca presença, a Inapa prossegue uma política de desenvolvimento e formação das

## COBERTURA NO MERCADO



## COLABORADORES POR PAÍS



suas equipas locais orientada para as idiossincrasias de cada geografia em concreto. Tal política tem permitido que as equipas locais tenham um conhecimento profundo das necessidades específicas dos seus clientes e assim respondam prontamente às exigências e especificidades, em constante mutação, dos mercados onde actuem.

A orientação estratégica delineada em 2007 no plano Inapa 2010 tem por pilar essencial o reforço da posição competitiva do Grupo nos mercados onde detém posições de liderança, neles concentrando o essencial dos seus meios financeiros, humanos e de gestão, não descurando porém oportunidades pontuais

de elevado potencial que o mercado possa oferecer, como o são o caso de potenciais consolidações ou da sua entrada em 2009 no mercado angolano.

A Inapa foi o primeiro grupo de distribuição de papel de dimensão internacional a investir em Angola, mercado que apresenta ritmos de crescimento bastante assinaláveis.

Nesta primeira abordagem ao continente africano, a Inapa oferece aos seus clientes angolanos um completo portfolio de papéis de escrita e impressão, a par de níveis de serviço em tudo similares aos dos mercados europeus onde opera.

## ÁREAS DE NEGÓCIOS

### \_distribuição de papel

O sector da distribuição de papel movimenta na Europa cerca de 10 milhões de toneladas, representa um valor de 10 mil milhões de euros e emprega mais de 25 mil pessoas.

Com cerca de 900 mil toneladas distribuídas anualmente e 940 milhões de euros de vendas realizadas, o Grupo Inapa detém uma quota no mercado que ronda os 19%, considerando unicamente os mercados onde opera, sendo presentemente um dos maiores distribuidores europeus de papel.

Para responder às necessidades dos seus mais de 65 mil clientes, nos 9 países em que opera, a Inapa disponibiliza um portfolio com mais de 12 mil referências de papel.

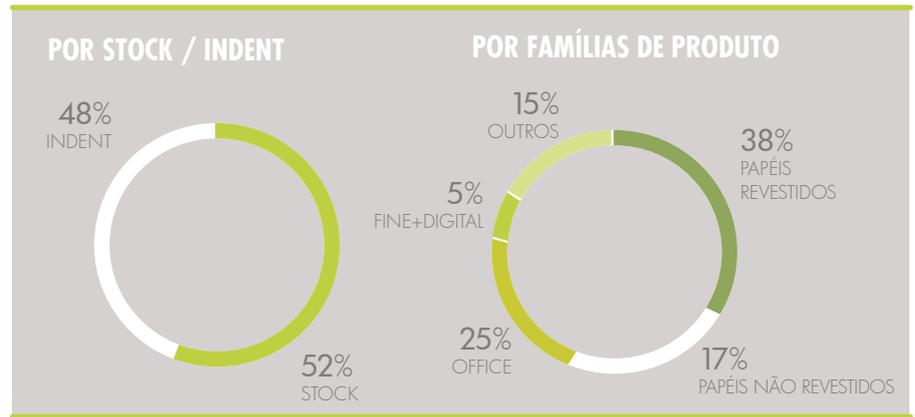
De forma a dar resposta à cada vez maior complexidade da impressão gráfica, o Grupo disponibiliza aos seus clientes equipas especializadas, para aconselhamento técnico, de modo a assegurar os objectivos da respectiva produção.

Para além da disponibilidade de produto e suporte técnico, a Inapa assegura um serviço de entregas em 24 horas em qualquer ponto dos países onde opera, sendo esse prazo de apenas 12 horas nos principais centros urbanos. Este nível de serviço, implica mais de 5 000 entregas diárias, sendo assegurado a partir de 28 armazéns e plataformas logísticas distintas.

A distribuição de papel representa cerca de 95% da sua facturação. No futuro o desafio continuará a ser o da consolidação da posição de liderança alcançada, alicerçada numa resposta profissional e célere às alterações do mercado e às necessidades em constante mutação dos seus clientes.

### \_materiais de embalagem

A distribuição de materiais de embalagem é a segunda área de negócios mais importante da Inapa .



Com uma facturação de 29 milhões de euros e operações na Alemanha, França e Portugal, este negócio apresenta múltiplas sinergias com o de distribuição de papel e um forte potencial de “cross selling”, quer para os clientes da área gráfica, quer para os clientes “Office”.

O mercado europeu de distribuição de materiais de embalagem apresenta uma dimensão relevante, embora muito fragmentado, nele coexistindo distribuidores generalistas e distribuidores especializados, centrados num ou num número limitado de tipos de materiais de embalagem. A globalização económica - quer no que se refere à especialização e concentração geográfica da produção, quer no que se refere à alteração dos comportamentos do consumidor e, em particular, ao aumento das vendas on-line – determinou um aumento muito significativo das necessidades de acondicionamento seguro, versátil e rápido do mais variado tipo de produtos, fazendo antever um crescimento sustentado do consumo a médio - longo prazo.

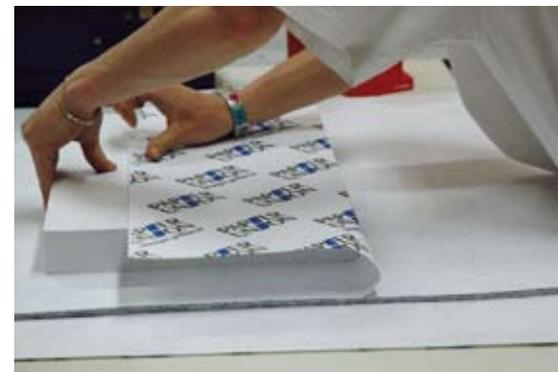
Acresce que a embalagem é, em muitos casos, o primeiro contacto do cliente com o fornecedor e com o produto, pelo que o investimento das empresas neste domínio deverá não só manter-se mas mesmo aumentar, sendo este um factor adicional de dinamização deste segmento.

A Inapa a par da distribuição de materiais de embalagem, desenvolve ainda tecnologias e conceitos de embalagem únicos, em que aos clientes é dado não só terem a sua embalagem exclusiva, como ainda recorrerem a um serviço de embalamento se assim o entenderem.

O Grupo antevê um aumento do peso

da área de distribuição de materiais e comercialização de soluções de embalagem nas suas vendas consolidadas, em resultado não só do alargamento deste segmento de negócio a outras geografias em que a Inapa opera, mas também como resultado do crescimento orgânico das unidades já existentes.

As empresas do Grupo asseguram um elevado nível de serviço, com aconselhamento aos clientes sobre as melhores opções para os objectivos prosseguidos, com um alargado leque de opções disponíveis e preços competitivos.



### \_comunicação visual

As novas tecnologias de impressão, a inovação ao nível dos materiais de suporte e os novos conceitos de comunicação, conduziram à criação de um mercado específico, em desenvolvimento e com retornos interessantes dos capitais nele investidos.

A Comunicação Visual é o segmento de negócio que apresenta a maior taxa de crescimento da indústria gráfica, abrangendo não só os materiais de impressão, mas também os consumíveis, a venda dos próprios equipamentos de impressão, software e respectiva manutenção.

O rápido desenvolvimento da tecnologia de impressão digital, em combinação com as impressoras de grandes formatos, criaram um novo mercado de aplicações gráficas.

As impressoras de grandes formatos, que operam entre os 60 cm e os 5 metros de largura, permitem o mais variado tipo de impressões num alargado conjunto de suportes.

Estes desenvolvimentos permitem aplicações tão variadas como os painéis de publicidade exterior, de publicidade interior, sign making, impressões para utilização em móveis ou electrodomésticos, coberturas publicitárias de edifícios e meios de transporte.

A oferta aos clientes inclui a distribuição da respectiva gama de produtos e materiais, como também os consumíveis, a venda dos próprios equipamentos de impressão (hardware), o software e a manutenção respectiva (hardware e software).

Face às potencialidades deste novo mercado, associadas à forte complementaridade revelada por esta área de negócio com as até então desenvolvidas pelo Grupo, a Inapa decidiu, em 2007, alargar a sua actividade a este negócio já desenvolvido na Alemanha, França e Portugal.

No mercado alemão, actuando através da sua subsidiária – Complot Papier Union, a Inapa é actualmente o 5º maior operador do mercado.

A contribuição deste negócio têm-se revelado muito satisfatória e as expectativas para o futuro são positivas, quer em termos de desempenho e crescimento orgânico nos mercados onde já desenvolve esta actividade, como também no que se refere ao alargamento a outros mercados onde o Grupo está presente.

## consumíveis de escritório

A venda e distribuição de papéis de escritório (Office Papers), representa cerca de 25% da facturação total do Grupo.

A maioria dos clientes deste segmento de negócio são empresas, escritórios e organismos públicos, que apresentam necessidades particulares, com um nível de serviço bastante exigente.

Com o objectivo de proporcionar a estes clientes um ponto de contacto e fornecimento único a Inapa desenvolveu também, num conjunto de mercados, uma área de distribuição de consumíveis de escritório (Office Supplies).

Para esse efeito foram estabelecidas, com alguns dos maiores operadores desta área, parcerias que visam disponibilizar àqueles clientes a mais vasta oferta de consumíveis de escritório, com um alto nível de serviço.

A Inapa desenvolve actualmente a comercialização de consumíveis de escritório na Alemanha, em França, na Suíça, em Espanha, em Portugal e na Bélgica.

O futuro passará certamente pela expansão e desenvolvimento nos mercados onde o Inapa está presente, com um potencial de crescimento muito assinalável, a par da introdução desde modelo de negócio noutras geografias onde opera.

## consumíveis gráficos

A relação privilegiada com os clientes e o profundo conhecimento técnico das suas equipas, tornam a área de distribuição de consumíveis gráficos uma extensão lógica da área de distribuição de papéis gráficos.

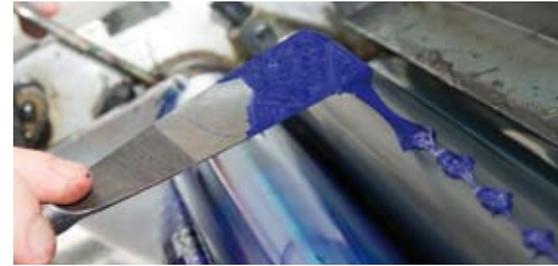
Esta circunstância, a par do conhecimento das necessidades dos clientes permite ao Grupo assumir-se, cada vez mais e mais fortemente, como um fornecedor global para toda a indústria gráfica e contribuir para a criação de valor pelos seus clientes, princípio fundamental da sua acção.

O volume de negócios e a penetração alcançada, a par do reconhecimento por parte dos clientes do valor gerado por esta abordagem, justificam as expectativas francamente positivas quanto ao desenvolvimento desta área de negócio, tanto mais que este tem sido o segmento que tem revelado maiores sinergias com a área de distribuição de papel e onde as possibilidades de *cross selling* são mais marcantes.

Do portfolio do Grupo desenvolvido com base em parcerias com marcas de reconhecida notoriedade, fazem parte os mais variados tipos de consumíveis, desde as tintas aos

produtos de limpeza, aditivos, cobertores de impressão, chapas e vernizes, entre outros, constituindo um portfolio de altíssima qualidade, e muito abrangente em termos de oferta.

Na composição desse portfolio imperaram as preocupações ambientais, nomeadamente no que às tintas dizem respeito, sendo todas elas produzidas com matérias-primas vegetais renováveis.



## logística

Como prestadora de serviços na área da impressão e embalagem a Inapa desenvolveu diversas soluções para responder às necessidades dos seus clientes. A oferta de serviços de logística é, nesse sentido, uma mais-valia em qualquer dos mercados onde foi implantada, permitindo aumentar a competitividade dos próprios clientes.

Com cerca de 300 camiões em circulação e outros tantos colaboradores a servir uma área de armazenagem com mais de 180 mil metros quadrados – uma oferta singular no que toca a serviços de armazenamento e transporte – a Inapa está em condições de actuar como um operador logístico para os seus clientes, com os consequentes ganhos de eficiência e poupanças que este processo permite.

Existem muitas empresas de logística, no entanto a combinação da experiência em logística com o grande conhecimento da indústria de papel, fazem da área de logística da Inapa, uma referência em serviços logísticos para a indústria gráfica e transformadora.

A disponibilização da capacidade logística, de armazenagem e transporte pela Inapa aos seus clientes permite-lhe trabalhar com taxas de ocupação mais elevadas, garantindo com isso ganhos de eficiência importantes, passíveis de serem transferidos para os clientes que deles pretendam usufruir.

## ÓRGÃOS SOCIAIS

### Mesa da Assembleia Geral

João Vieira de Almeida – *Presidente*

Sofia Barata – *Secretário*

Por deliberação da Assembleia Geral de 31 de Maio de 2007, a sociedade adoptou como modelo de administração e fiscalização o contemplado na alínea b) do n.º 1 do art.º 278º CSC, a saber, Conselho de Administração compreendendo uma Comissão de Auditoria e Revisor Oficial de Contas.

#### TÊM OS REFERIDOS ÓRGÃOS A SEGUINTE COMPOSIÇÃO:

#### Conselho de Administração

##### Presidente

Vasco Luís Schultness de Quevedo Pessanha | Idade - 67

*Ano de eleição - 1973*

##### Vice-Presidente CA

Jorge Armindo Carvalho Teixeira | Idade - 57

*Ano de eleição - 2002*

#### Revisor Oficial de Contas

##### ROC efectivo

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda representada por Ricardo Filipe de Frias Pinheiro

##### ROC suplente

José Manuel Henriques Bernardo

#### Comissão Executiva do Conselho de Administração

##### Presidente

José Manuel Félix Morgado | Idade - 49

*Ano de eleição - 2007*

##### Vogal CE

Arndt Jost Michael Klippgen | Idade - 59

*Ano de eleição - 2007*

#### Comissão de Auditoria

##### Presidente

Emídio de Jesus Maria | Idade - 58

*Ano de eleição - 2008*

##### Vogal CA

Abílio Ramos Marques | Idade - 60

*Ano de eleição - 2007*

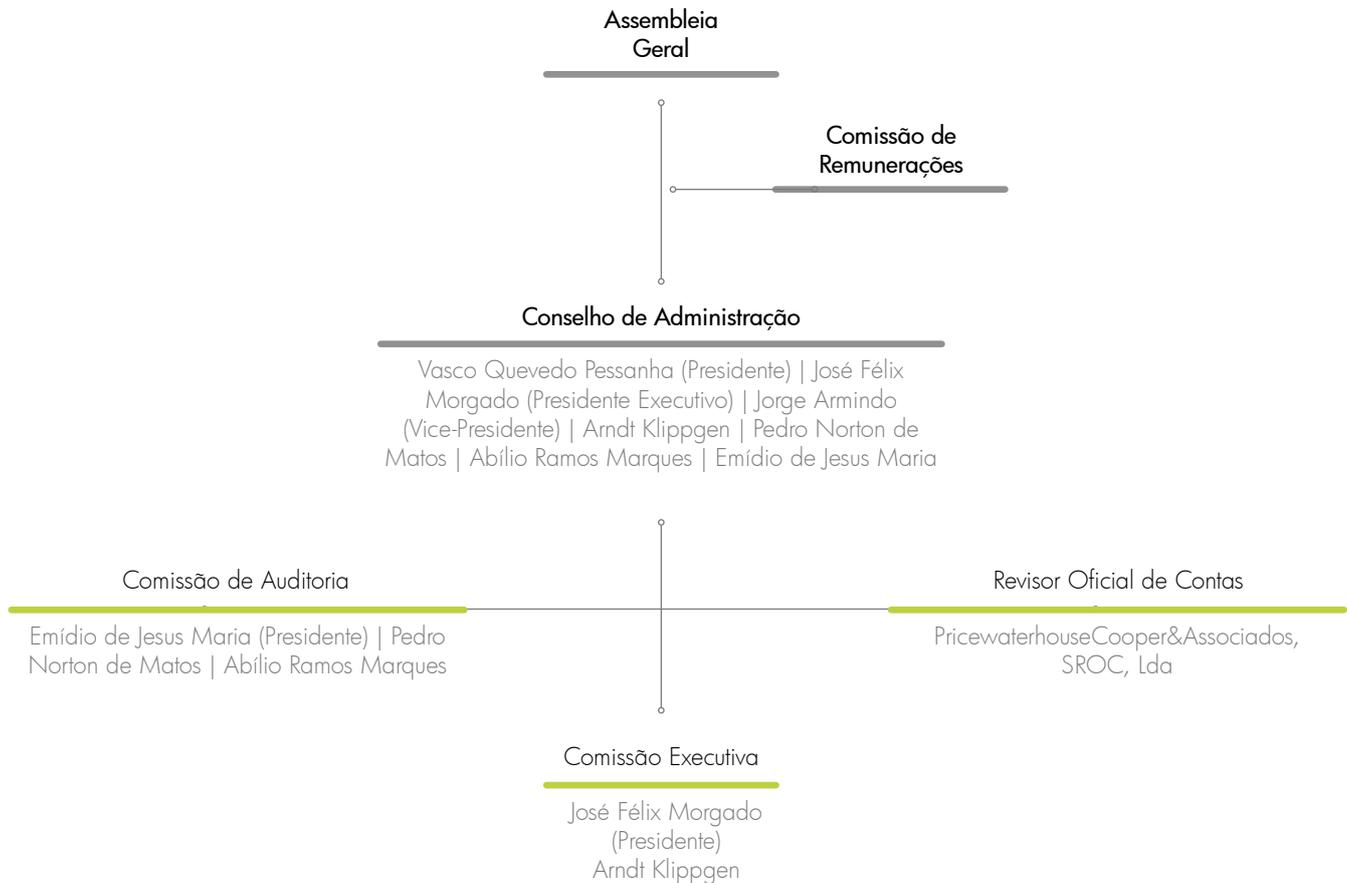
##### Vogal CA

Pedro Maria Cabral Norton de Matos | Idade - 55

*Ano de eleição - 2007*



# GOVERNO SOCIETÁRIO



Por força do modelo adoptado poder-se-á traçar em grandes linhas, como competindo aos órgãos de governação acima descritos, as seguintes competências:

- Ao Conselho de Administração compete a representação da sociedade e gerir as suas actividades, subordinando-se, neste particular, às deliberações dos accionistas ou às intervenções da Comissão de Auditoria, nos casos em que a lei ou os estatutos o determinem, deliberar sobre as matérias constantes das alíneas a) a m) do art.º 406º do Código das Sociedades Comerciais, bem como:
  - Delegar, numa comissão executiva, a gestão corrente da sociedade e as demais competências que vier a fixar em deliberação a adoptar especialmente para o efeito;
  - Delegar, nos limites consentidos por lei, num ou mais administradores da sociedade, poderes de gestão

determinados, cujos limites necessariamente definirá;

- Deliberar, nos termos e limites da lei, sobre instruções vinculativas às Sociedades Subordinadas;
- Deliberar, sob proposta da comissão executiva, sobre o orçamento e o plano da Sociedade e das Sociedades Subordinadas;
- Deliberar sobre a realização de investimentos ou desinvestimentos relevantes nas, e pelas, Sociedades Subordinadas;
- Deliberar sobre a aquisição e alienação de participações sociais maioritárias ou de domínio bem como as sujeitas a processo especial de aquisição ou alienação nos termos do CodVM;
- Deliberar sobre a realização de operações de cisão, fusão ou dissolução pelas Sociedades Subordinadas ou

sociedades participadas pela Inapa;

- Deliberar sobre qualquer assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do Conselho.

Impõe-se neste particular referir que aos administradores não executivos incumbe, no modelo adoptado, o acompanhamento da actividade desenvolvida pela Comissão Executiva e pela Comissão de Auditoria, pronunciarem-se sobre os temas da competência do órgão que integram ou que ao mesmo sejam apresentados por uma e outra das referidas Comissões, como ainda um papel de aconselhamento da gestão executiva, tão mais relevante quanto o é, com perfeito conhecimento de causa, mas descomprometido das exigências e constrangimentos da gestão diária.

O exercício destas atribuições por parte dos membros não executivos do Conselho de Administração têm-se

demonstrado relevante para o adequado funcionamento deste modelo, não se tendo verificado, até ao presente, quaisquer constrangimentos.

• À Comissão Executiva do Conselho de Administração incumbe assegurar a gestão corrente da sociedade bem como:

- Estabelecer os planos de política, de objectivos e de estratégia da sociedade e do Grupo, para aprovação em Conselho de Administração;
- Estabelecer as linhas gerais de organização interna societária, para aprovação em Conselho de Administração;
- Elaborar os orçamentos de exploração e dos planos de investimento e desenvolvimento a médio e longo prazos, para aprovação em Conselho de Administração;
- Aprovar contratos de aquisição de bens ou serviços cujo valor para cada tipo de bens ou serviços seja inferior a 500 000 euros;
- Negociar e celebrar contratos de financiamento de curto prazo da sociedade e das sociedades subordinadas, nos termos e condições que houver por mais adequados à defesa dos interesses da sociedade.
- Negociar contratos de financiamento a mais de um ano e um dia da sociedade e das sociedades subordinadas, de emissão de obrigações e de programas de papel comercial, ficando, porém, expressamente condicionada a vinculação da sociedade, neste tipo de operações, a uma deliberação prévia do Conselho de Administração;
- Adquirir, alienar ou onerar bens ou valores do activo imobilizado da sociedade contempladas nos orçamentos aprovados em Conselho de Administração;
- Adquirir, alienar ou onerar bens ou valores do activo imobilizado da sociedade não contempladas nos

orçamentos aprovados em Conselho de Administração até ao valor individual de 1,5% por cento do capital social realizado, com o limite anual de 5% do referido capital;

- Tomar ou dar de arrendamento quaisquer prédios ou fracções de imóveis;
  - Adquirir, alienar ou onerar participações noutras sociedades, desde que as operações em causa estejam incluídas no orçamento ou planos de actividade aprovados e não excedam individualmente o montante € 5 000 000,00, carecendo as demais de prévia deliberação do Conselho de Administração;
  - Celebrar, alterar e rescindir contratos de trabalho e exercer o poder disciplinar sobre o pessoal;
  - Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias;
  - Constituir mandatários da sociedade.
- À Comissão de Auditoria incumbe:
- Fiscalizar a administração da sociedade;
  - Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
  - Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
  - Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
  - Verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas;
  - Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e

dos resultados;

- Elaborar anualmente relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração;
- Convocar a Assembleia Geral quando o Presidente da respectiva Mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por accionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
- Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- Propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas;
- Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade;
- Fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- Participar ao Ministério Público os factos delituosos de que tenha tomado conhecimento e que constituam crimes públicos,
- Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções.

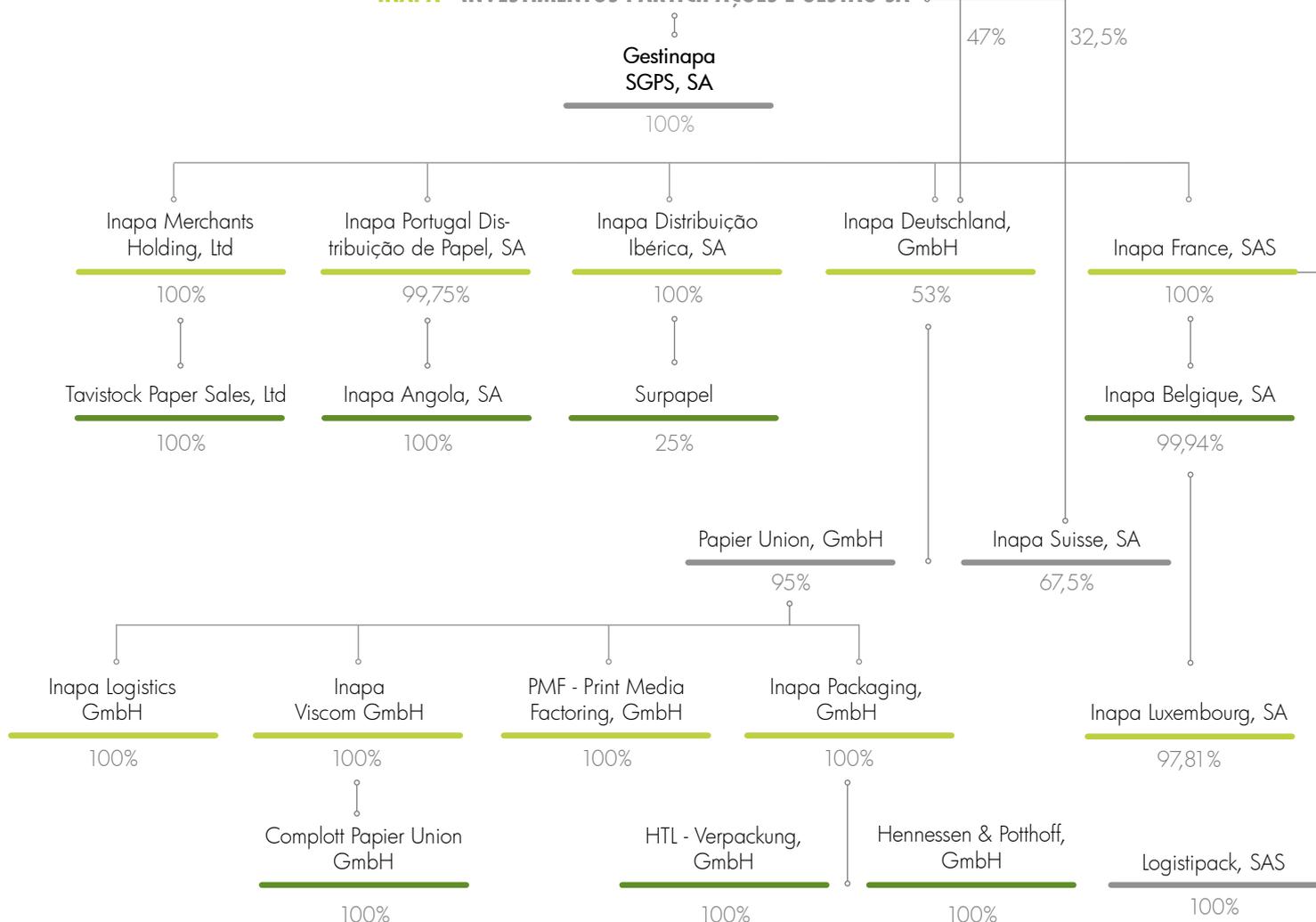
• Ao Revisor Oficial de Contas incumbe:

por força da lei, verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte; verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título; verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas; verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados.



## ESTRUTURA DE PARTICIPAÇÕES

### INAPA - INVESTIMENTOS PARTICIPAÇÕES E GESTÃO SA



## PRINCIPAIS ACCIONISTAS

OS ACCIONISTAS COM PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS, TAL COMO CONSIDERADAS NO ARTº 16 DO CVM, ERAM A 31 DE DEZEMBRO DE 2009

	Nº DE ACÇÕES	% DO CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO
Parpública - Participações Públicas SGPS, SA	49.084.738	32,72%	32,72%
<b>Participação imputável ao Millennium BCP</b>			
(artº 20 do CVM)	27.391.047	18,26%	
Banco Comercial Português, SA	10.315.846	6,88%	6,88%
Fundo de Pensões do Grupo BCP	16.521.635	11,01%	11,01%
Banco Millennium BCP Investimento, SA	553.566	0,37%	0,37%
<b>Jorge Augusto Martins Fazendeiro</b>			
A título pessoal	3.033.851	2,02%	2,02%
Acções detidas por pessoa ou entidade contemplada no artº 447	50.000	0,03%	0,03%

Pese embora o elevado volume transaccionado no decorrer do ano de 2009, que ultrapassou os 349 milhões de acções, valor que representa cerca 2,32 vezes o capital social da sociedade, não foram comunicadas ao abrigo do artº 16.º CVM durante o exercício quaisquer novas participações qualificadas, mantidas até ao final do exercício.

Com excepção da Cofihold SGPS, SA, todos os demais accionistas com participações qualificadas mantiveram as participações de que eram titulares em 31 de Dezembro de 2008.

A soma das participações qualificadas totaliza 53,04% do capital social o que coloca o "free-float" da Inapa nos 46,96%.

## RECURSOS HUMANOS

Num ano marcado pela subida significativa da taxa de desemprego, na generalidade dos países europeus, e pelas paragens de produção e lay-offs em diversos sectores de actividade, o Grupo Inapa criou as condições que permitiram que o seu quadro de colaboradores se mantivesse praticamente inalterado no último ano, embora com uma evolução relevante.

Com efeito, o número de colaboradores de

todas as empresas do Grupo fixou-se em 31 de Dezembro de 2009 em 1.484, ligeiramente menos que os 1.489 verificados em idêntica data do ano anterior. Contudo, o número de colaboradores afecto ao negócio do papel reduziu-se 10,3% no último triénio, compensado pelo aumento do efectivo afecto aos negócios de embalagem e comunicação visual de 43 para 146.

## EVOLUÇÃO DA REPARTIÇÃO DE COLABORADORES POR EMPRESAS

	2009	2007	2008	2006
Papier Union	689	714	707	709
Inapa França	277	284	298	342
Inapa Portugal	110	106	121	122
Inapa Suíça	99	109	113	118
Inapa Espanha	86	83	80	87
Hennessen & Potthoff	56	55	32	29
Complot	54	27		
Inapa Bélgica	37	39	40	66
Carton Service	22	21		
HTL	14	15	14	14
Inapa Luxemburgo	5	5	5	7
Inapa Angola	5	n.a.	n.a.	n.a.
Tavistock	4	4	4	4
PMF	3	3	2	2
IPG	23	24	21	24
	<b>1484</b>	<b>1489</b>	<b>1437</b>	<b>1524</b>

Reflectindo a composição do negócio, 85% do total de efectivos estão afectos à área de distribuição de papel dos 5 principais mercados onde a Inapa opera, valor que se aproxima do peso daquela actividade no valor das vendas consolidadas.

Individualmente, e considerando a totalidade dos negócios, a Alemanha representa 55% do total de colaboradores do Grupo, peso semelhante ao que já detinha em 2008 e equivalente à sua participação nas vendas consolidadas.

França, o segundo mercado do Grupo, com um peso de 24% nas vendas, é igualmente o segundo maior empregador do Grupo com 299 colaboradores que correspondem a 20% do total de efectivos.

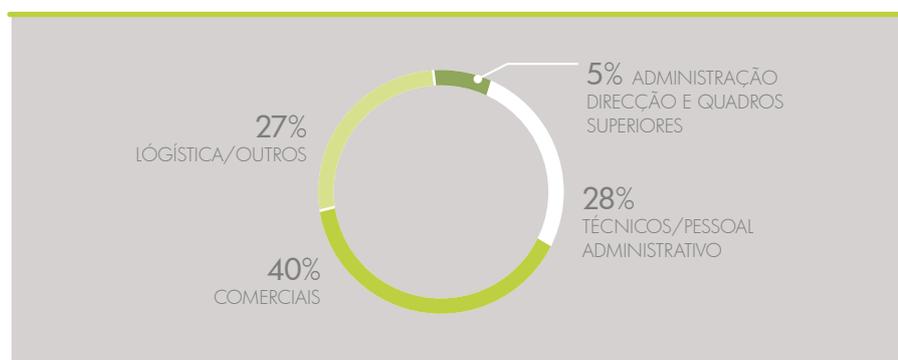
Portugal considerando a empresa holding do Grupo, representa, com os seus 133 colaboradores, cerca de 9% dos efectivos.

Suíça e Espanha têm, respectivamente, 99 e 86 colaboradores.

Os restantes países representam com os seus 51 funcionários, 3,5% dos efectivos do Grupo.

Dividindo os colaboradores por área de negócio, verifica-se que a distribuição de papel representa 88% da força de trabalho empregue, o segmento dos materiais de embalagem 6%, a comunicação visual 4% e a dos serviços e holding 2%.

### O QUADRO SEGUINTE ILUSTRA A REPARTIÇÃO DOS COLABORADORES POR CATEGORIAS PROFISSIONAIS.



Face à natureza comercial do Grupo, o sector comercial e de vendas é o mais representativo com cerca de 40% dos efectivos. Com um peso relativo similar, seguem-se a área de logística e transporte e a do pessoal técnico, administrativo e de back-office, com respectivamente 27% e 28% do pessoal empregue.

Os quadros superiores, membros da direcção e administração representam sensivelmente 5% do total dos colaboradores do Grupo.

Esta repartição manteve-se estável face ao verificado em 2008.



## FACTORES DE RISCO

A principal actividade do Grupo Inapa é a distribuição de papel, servindo, como tal, de elo entre os produtores de papel, a montante, e, a jusante, os consumidores intermédios (empresas e indústrias transformadoras do papel, tais como gráficas, empresas de publicidade, empresas de media, grupos editoriais e livreiros, entre outras), a distribuição moderna (empresas de grande distribuição e cadeias de retalho especializado) e os consumidores finais (empresas do segmento office e particulares).

A Inapa está sujeita aos riscos associados ao sector de actividade em que opera, designadamente a flutuações nos preços do papel, desequilíbrios conjunturais entre oferta e procura, evolução dos padrões de consumo e comportamento da economia em geral.

Neste contexto os riscos mais relevantes com que se confronta no exercício desta actividade estão associados à capacidade de poder reflectir nos preços de venda as flutuações verificadas nos preços de aquisição do papel e dos custos operacionais, de entre os quais sobressaem os relativos à actividade de logística, de armazenamento e de transporte.

Acresce que o negócio de distribuição de papel é sensível a alterações nos padrões comportamentais da procura, principalmente em segmentos tais como a publicidade e os media, a par das alterações na estrutura da distribuição.

O equilíbrio entre a oferta e a procura de papel está dependente de diversos factores, de entre os quais importa destacar a evolução das capacidades produtivas instaladas e o nível da actividade económica.

A evolução das capacidades produtivas nas diferentes geografias, o comportamento da procura de papel em mercados emergentes como a China e Índia e o seu efeito nos fornecedores destes mercados, os efeitos cambiais na competitividade dos diversos mercados e algumas questões regulatórias que afectam o comércio internacional de papel, são factores cujo impacto combinado ou isolado, pode afectar de forma directa e indirecta a actividade da empresa, a sua

situação financeira e os resultados.

Em complemento, a actividade de distribuição de papel, tem sofrido recentemente alterações estruturais, com a ocorrência de movimentos de concentração entre distribuidoras, com particular incidência na Europa. Este quadro concorrencial pode afectar de forma directa e indirecta as decisões estratégicas futuras da empresa e, em consequência, o seu posicionamento em cada mercado bem como os correspondentes resultados económico financeiros e alocação de activos.

O negócio da Inapa por se desenvolver em 8 países europeus, e a partir de 2009 também em Angola, e em que a actividade externa representa cerca de 93% da totalidade das suas vendas, está naturalmente exposto aos riscos decorrentes do desempenho específico de cada uma das economias em que opera, constituindo, no entanto, tal circunstância também, um factor de atenuação de risco em razão da pouca provável ocorrência do mesmo padrão de comportamento económico em todos os mercados simultaneamente.

A exposição ao risco cambial é limitada, ainda que real, dado que o valor agregado das vendas em moeda distinta do euro (libras inglesas e franco suíço) representa menos de 8,2% das vendas totais do Grupo.

Como em qualquer empresa ou grupo económico, o desempenho da Inapa depende da sua capacidade de assegurar a sua base de clientes.

Para além de um número muito significativo de clientes – mais de 70 000 – geograficamente dispersos, da oferta de uma vasta gama de produtos, competitivos e de qualidade superior e de um adequado nível de serviço, a Inapa tem vindo a desenvolver um programa de fidelização da sua clientela tradicional através da oferta integrada de serviços e de produtos complementares ao seu negócio principal, assumindo-se, no mercado, cada vez mais, como um Paper Service Provider global.

Uma quebra dos níveis de actividades das economias ou uma redução dos índices de confiança dos agentes económicos, poderá provocar um abrandamento ou decréscimo da procura de papel, nomeadamente de papel de impressão e escrita, e por essa via afectar a actividade, vendas, resultados e situação financeira do Grupo Inapa.

A capacidade de o Grupo Inapa implementar com sucesso a estratégia delineada, depende da sua capacidade em manter e sempre que necessário recrutar os colaboradores mais qualificados e competentes para cada função.

Apesar da política de recursos humanos do Grupo Inapa estar orientada para atingir estes objectivos, não é possível garantir que no futuro não existam limitações nesta área.

Um agravamento das condições económicas globais que afectem as economias a uma escala local pode originar dificuldades aos clientes do Grupo Inapa para saldar as suas obrigações para com esta.

A Inapa concede aos trabalhadores das suas filiais Inapa France, Logistipack, Inapa Suíça, Tavistock e Papier Union, planos de complemento de pensões de reforma e de sobrevivência, procedendo à contabilização dos inerentes custos e dos encargos associados de acordo com o disposto na Norma Internacional de Contabilidade n.º 19 (IAS 19).

O montante registado nas contas consolidadas referente às responsabilidades por pensões baseia-se em pressupostos de mortalidade pré-definidos, sendo que os beneficiários dos planos de pensões poderão viver mais anos que os previstos e, como tal, beneficiar do plano para além do dotado

para o efeito. Assim, as responsabilidades relativas a pensões podem exercer uma pressão adversa sobre os fluxos de caixa.

A Inapa poderá, no futuro, ser parte em litígios relacionados com a sua actividade, incluindo aqueles cuja sentença lhe tenha sido favorável, total ou parcialmente e que possam vir a ser objecto de recurso ou acção de anulação pelas contrapartes nos termos das normas processuais aplicáveis e até ao trânsito em julgado dessas mesmas sentenças.

Como litígio de maior relevo em que actualmente a Inapa é parte deve referir-se uma acção declarativa com processo ordinário interposta por Papelaria Fernandes – Industria e Comércio, SA, à qual foi atribuído o valor processual de 24.459.906,14 Euros, relativa a factos ocorridos entre 1991 e 1994.

Na referida acção, a Papelaria Fernandes requer, no essencial, a declaração de nulidade de contratos e operações celebrados naquele referido período envolvendo o Grupo e a Papelaria Fernandes.

Não obstante a firme convicção da razão que lhe assiste, a Inapa não pode garantir que venha a ganhar esta acção, ou quaisquer outras acções futuras relativas à sua actividade. Uma decisão negativa em qualquer acção de que seja objecto poderá ter um efeito adverso para a actividade, situação financeira e resultados do Grupo Inapa.

As actividades do Grupo Inapa exigem investimentos. A Inapa prevê financiar parte destes investimentos através da mobilização dos fluxos de caixa gerados pelas suas actividades operacionais. No entanto, caso as actividades operacionais do Grupo Inapa não gerem rendimentos suficientes, a Inapa poderá vir a ter de financiar uma parte dos investimentos previstos através do recurso a fontes externas, incluindo empréstimos bancários e ofertas nos mercados de capitais.

O Grupo Inapa está exposto ainda a um conjunto de riscos diversos, nomeadamente riscos de liquidez, riscos de taxa de juro, risco dos preços de matérias-primas, riscos operacionais e outros.





Não obstante terem sido implementadas metodologias criteriosas de gestão por cada tipo de risco ao qual o Grupo Inapa está exposto, perante a ocorrência de cenários excepcionalmente adversos, as políticas e procedimentos utilizados pela Inapa na identificação, acompanhamento, gestão e contenção dos riscos poderão não se revelar totalmente eficazes.

A sociedade considera estar suficientemente apetrechada para um efectivo controlo de risco da actividade da empresa e das empresas por si dominadas, considerando eficaz a acção desenvolvida pelos responsáveis dos seus departamentos de controlo de gestão e financeiro, a quem o controlo de riscos, nomeadamente o controlo da liquidez do Grupo Inapa, está especialmente cometido.

A Inapa gere o risco de liquidez do Grupo actuando em duas vias: procurando que a dívida financeira do Grupo tenha uma elevada componente de médio e longo prazo, com maturidades adequadas à capacidade esperada de geração de fundos, e através do recurso a facilidades de crédito, disponíveis a todo o momento (linhas em conta corrente).

No decurso normal da actividade da Inapa e em resultado da sua estrutura organizativa, o Grupo está sujeito a determinados riscos operacionais, incluindo interrupções no serviço

prestado ou atrasos na prestação de serviços, omissões, erros, e atrasos na implantação de requisitos para a gestão dos riscos.

Estes riscos são acompanhados pela empresa de uma forma contínua, através dos sistemas administrativos e de informação implementados, estando alguns dos riscos operacionais cobertos por apólices de seguros.

As operações desenvolvidas pelo Grupo Inapa estão ainda dependentes do processamento informático.

○ processamento informático envolve a manutenção e tratamento de registos de reporte financeiro, de monitorização e controlo das operações de logística, armazenamento e transporte bem como de contabilidade interna.

Apesar da avaliação que é regularmente efectuada aos sistemas computacionais e de que as suas capacidades se têm vindo a comprovar como adequadas, não é possível garantir em absoluto a total identificação e correcção atempada de todos os problemas relacionados com os sistemas de tecnologias de informação, nem o êxito sistemático na implantação de melhorias tecnológicas.

○ custo da grande maioria da dívida financeira contraída pelo Grupo Inapa está indexado a taxas de referência variáveis,

estando a Inapa por essa via exposta ao risco da evolução das taxas de juro.

Na medida em que a Inapa não cobre a sua exposição a variações adversas nas taxas de juro, tais variações poderão exercer um efeito negativo na sua actividade, situação financeira e resultados.

Contudo, e como forma de gerir estas variações, a área financeira do Grupo Inapa segue em permanência o desenvolvimento do mercado estando em condições de utilizar instrumentos financeiros que permitem minorar os efeitos da volatilidade das taxas de juro.

A capacidade do Grupo Inapa em fazer reflectir nos preços de venda dos seus produtos ou nos preços dos serviços que presta, o aumento dos preços do papel e/ou do petróleo, não é totalmente elástica, podendo suceder que as margens directas dos produtos vendidos e o contributo líquido dos serviços prestados sejam afectados por uma evolução negativa dos mesmos, que poderão fazer aumentar os custos de transporte associados à distribuição e exercer conseqüentemente um efeito negativo na actividade, situação financeira e resultados do Grupo.

Num contexto de consolidação do sector, a Inapa poderá ser alvo de uma oferta pública de aquisição.

Nesse cenário, poderão ocorrer alterações significativas na actual estratégia da Inapa com repercussões nos diversos negócios e mercados onde actua.

○ Grupo Inapa poderá ser afectado negativamente por alterações na legislação e demais regulamentação fiscal aplicável em Portugal, na União Europeia e nos diversos países onde desenvolve a sua actividade.

## outros riscos associados à actividade do Grupo

As unidades do Grupo Inapa, estão sujeitas aos riscos inerentes a qualquer actividade económica, como é o caso de acidentes, avarias ou catástrofes naturais que possam originar prejuízos nos activos do Grupo ou interrupções temporárias na actividade.

## QUESTÕES AMBIENTAIS

### em nome do ambiente

A sustentabilidade ambiental constitui um dos pilares da cultura da Inapa que é partilhada e desenvolvida nos mercados onde opera através de 4 eixos fundamentais: certificação ambiental das participadas, redução dos níveis de CO<sub>2</sub> e recurso às energias renováveis, construção e oferta aos clientes de soluções de tratamento dos desperdícios.

### certificação ambiental

A Inapa ao longo do último triénio efectuou um significativo investimento na certificação ambiental das suas participadas. Para além da Papier Union e da Inapa France, no ano transacto a Inapa Espanha concluiu o seu processo de certificação. A Inapa Portugal tem em fase final a certificação de qualidade ISO 9001 e a certificação ambiental ISO 14001

No âmbito da sua política de compras a Inapa controla a origem da matéria-prima utilizada na produção dos papéis que distribui, ao trabalhar com fornecedores que detêm a certificação FSC ou PEFC, o que implica que o abastecimento de matéria-prima, a madeira, seja proveniente de florestas sustentáveis. Através da sua oferta de papéis reciclados e da acção comercial a Inapa tem, também, uma contribuição positiva no que à preservação do ambiente se refere.

Esta opção reflecte a preocupação do Grupo em contribuir para uma política ambientalmente sustentável não só da Inapa, como também dos nossos clientes.

### ambiente Sustentável

No âmbito da sustentabilidade a Inapa tem em fase final a elaboração do balanço de carbono nas suas operações mais relevantes, designadamente, Alemanha e França.

Na actividade de distribuição o transporte

assume um peso relevante pelo que, também nesta área operacional, a Inapa tem assumido opções estratégicas tendo em vista a preservação do ambiente. De entre estas, e no que diz respeito à frota utilizada, e uma vez que a maioria das empresas do grupo não dispõe de frota própria, a Inapa impõe como requisito aos seus fornecedores de serviços de transporte o cumprimento das normas relativas à emissão de CO<sub>2</sub> em vigor na União Europeia.

No que se refere à frota própria, cujo peso é residual no total do transporte, a Inapa recorre à utilização de veículos Bluetec, que consiste na adição de Adblue ao gasóleo utilizado, com o que é substancialmente reduzida a emissão de CO<sub>2</sub>.



A nossa máxima é: “ o nosso papel é eco-certificado, tal como os nossos camiões, nós utilizamos tecnologia blue tech – para o bem da natureza. “

### energias renováveis

O uso de fontes de energia alternativa, ecologicamente limpa é outra das medidas que tem vindo a ser posta em prática, nos armazéns e escritórios do Grupo. Exemplo disso é a instalação de painéis solares nos armazéns do Grupo a par do uso de energias renováveis nos dois maiores armazéns na Alemanha.

Todas as participadas, nas diversas geografias, têm como objectivo o aumento do recurso a fontes de energia alternativas, mais eficientes, que permitem reduções de consumo e consequentemente mais amigas do ambiente.

### cadeia de fornecimento

A Inapa, para além das suas preocupações ambientais próprias, está consciente da importância de promover a sustentabilidade ambiental ao longo de toda a cadeia do papel – da floresta, passando pela produção, até à distribuição. Em alguns casos, são efectuadas frequentes auditorias internas e externas, de forma a fazer cumprir todos os procedimentos ambientalmente sustentáveis. No âmbito desta política cumpre salientar que a Inapa Suíça foi uma das primeiras empresas europeias de distribuição a obter a certificação da sua cadeia de fornecedores conforme aos procedimentos do ISO 9001.

De referir, ainda, o caso da Papier Union, que em 2009, tinha 79% da sua cadeia de fornecedores certificada, sendo seu objectivo atingir os 90% até 2011.

### tratamento de desperdícios

No que se refere ao tratamento dos desperdícios e para além do seu âmbito próprio, a Inapa tem em curso o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas visando oferecer aos seus clientes soluções económicas, mas eficazes, de tratamento dos seus resíduos. A título de exemplo, poder-se-á referir a oferta de serviços de recolha e tratamento de desperdícios oferecido pela Inapa França em parceria com a Veolia.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL

Falar de responsabilidade social é discutir o papel das empresas na construção do futuro comum.

Entendemos a responsabilidade social como uma contribuição para a construção do futuro sustentável, mais justo e equilibrado, razão pela qual as acções de solidariedade integram a cultura e Gestão da Inapa nas diversas geografias onde opera.

Em nome dos nossos colaboradores e accionistas, em nome de todos, assumimos uma postura socialmente responsável porque acreditamos que pequenos gestos fazem a diferença e podem melhorar um percurso de vida.

Através das nossas participadas respondemos todos os anos a um conjunto de solicitações de organizações de apoio social, cultural e desportivo de âmbito local, nacional ou internacional.

A Inapa é membro do Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE) e tem uma colaboração activa com o Conselho Português para os Refugiados e a Associação Portuguesa de Desenvolvimento e Cultura.

De entre as diversas acções cumpre referir a concessão de bolsas de estudo a jovens dos Países de Língua Oficial Portuguesa, o apoio à União Humanitária de Doentes com Cancro e à Karacter organização vocacionada para projectos de inclusão social, bem como o apoio à Fundação Belga do Cancro na Bélgica.

Na vanguarda das melhores práticas internacionais e inserido no Círculo de Accionistas a Inapa tem promovido, em Portugal, o envolvimento dos accionistas nas iniciativas da empresa qualquer que seja o seu carácter corporativo, de solidariedade social ou de mecenato.

A responsabilidade social integra já a cultura da Inapa no sentido da promoção do bem-estar das comunidades e dos agentes com os quais o Grupo se relaciona, numa perspectiva de participação daqueles no valor gerado.



## CENÁRIO MACROECONÓMICO

O ano de 2009 ficou marcado pela maior crise económica mundial desde a II Guerra Mundial, na sequência da crise do “subprime” em 2007 e da crise financeira mundial que se lhe sucede no ano de 2008, que obrigou Governos e Bancos Centrais a tomarem severas medidas para tentarem limitar o seu impacto económico.

As medidas de contenção que começaram a ser implementadas em 2008, não foram suficientes para anular os efeitos na economia real predominantemente ressentidas ao longo de 2009.

Assim, em 2009 assistimos a um significativo aumento do encerramento de empresas, à subida muito significativa da taxa de desemprego e à estagnação do consumo, circunstâncias que motivaram as maiores dificuldades para as empresas, e para a recuperação da economia.

Ainda em 2008, Governos e bancos centrais começaram a implementar medidas de carácter económico-financeiro e social, como injeções massivas de dinheiro no sistema financeiro, reduções das taxas de juro directoras e apoios sociais com objectivo de ajudar as famílias e as empresas.

As taxas de juro atingiram em 2009 o valor mais baixo de sempre na Zona Euro, com o preço do dinheiro a ser fixado em 1%, o que originou uma redução significativa das taxas Euribor para níveis historicamente baixos, mesmo inferior à da taxa directora do Banco Central Europeu (a taxa Euribor a 3 meses chegou a situar-se abaixo dos 0,67%)

Se este facto poderia ser considerado como um catalisador para o investimento das empresas e dos particulares por via da redução dos encargos financeiros das famílias e das empresas, o certo é que constrangimentos de índole diversa impediram que as medidas assim adoptadas tivessem todo o efeito esperado no momento da sua adopção.

A concessão de crédito desacelerou fortemente, numa altura em que a desconfiança aumentou, o que elevou o

risco de crédito. Maiores dificuldades de financiamento aliadas a “spreads” mais altos acabaram por anular o impacto das descidas de juro e travaram os investimentos das empresas.

O ano foi ainda marcado por uma severa diminuição da confiança de investidores e das famílias, motivando uma quebra dos consumos e dos preços dos bens e serviços.

De acordo com os últimos dados da Comissão Europeia a economia da Zona Euro terá contraído 4%, durante o ano transacto, com a maioria dos países da região a enfrentarem dificuldades sérias para limitarem os efeitos da recessão económica com que se confrontaram.

Neste período, a taxa média de desemprego da região ter-se-á situado em torno dos 9,5%, números que correspondem a máximos históricos no pós-guerra. E este foi um contexto que marcou muitos países onde a Inapa opera, com Espanha a destacar-se com a taxa de desemprego a superar os 19%, no final do ano.

O consumo privado teve também um comportamento negativo tendo contraído 1% face a 2008, de acordo com os dados da Comissão Europeia a taxa de inflação estimada para a Zona Euro, situou-se, em resultado desta retracção do consumo, nos 0,3%.

Depois de dois anos de desafios constantes, em termos económicos, admite-se que se encontrem já reunidas as condições para uma recuperação económica. Os últimos dados apontam para que as economias já estejam a crescer e que 2010 será o ano da efectiva recuperação. A última previsão da Comissão Europeia aponta para que este ano, a Zona Euro cresça em média 0,7%, uma perspectiva que revela algum ânimo em relação aos próximos meses, ainda que com alguma cautela.

## ENQUADRAMENTO SECTORIAL

O difícil enquadramento macroeconómico vivido em toda a Europa teve uma influência decisiva em todo o sector da pasta e papel,

desde a floresta até á distribuição.

Deste ponto de vista 3 factores foram determinantes em termos de impactos para todo o sector:

- A queda dos Produtos Internos Brutos (PIB) na generalidade das economias europeias, com reflexos directos no nível de consumo;
- A deflação ou inflação zero, originada pelas substanciais reduções de consumo, observada na maioria das economias, com impacto na descida dos preços de um conjunto alargado de produtos, entre os quais o papel;
- A taxa de câmbio euro/dólar, que manteve a tendência de um dólar “fraco”, dificultando por essa via as exportações de papel para os EUA.

No sector industrial, foram vários os factores relevantes que se fizeram sentir:

- O encerramento de capacidade industrial instalada continuou, com o objectivo de minorar o desequilíbrio latente há já alguns anos a esta parte, e envolveu a maioria dos maiores produtores mundiais.
- Os produtores recorreram ainda para minorar os efeitos da sobrecapacidade instalada a paragens temporárias de máquinas e a lay-offs de forma a potenciar acréscimos de rentabilidade no sector;
- As vendas de papel na produção registaram um decréscimo de 16%, fortemente influenciadas pela retracção das economias, a redução de stocks na distribuição e a diminuição do consumo de papel;
- Os preços da pasta tiveram um comportamento negativo no decorrer do primeiro semestre do ano, com um significativo aumento na segunda metade de 2009;
- Os preços de papel no produtor apresentaram um comportamento misto, com estagnação ao nível dos papéis revestidos (CWF) e uma descida sensível nos papéis não revestidos (UWF);

Estes factores determinaram que o ano de

2009, não fosse genericamente um ano positivo para a produção de pasta e papel, embora tenha dado sinais de uma boa recuperação no último trimestre do ano.

Na área da distribuição de papel, os efeitos macroeconómicos e de desequilíbrio da indústria a jusante fizeram-se inevitavelmente sentir.

na sequência do já verificado em 2008, a distribuição de papel voltou a ganhar quota de mercado, no que diz respeito ao papel de escrita e impressão distribuído na Europa.

Nos papéis revestidos, os distribuidores ganharam 4% de quota de mercado, sendo responsáveis por 87% das vendas totais

distribuidores é actualmente de 83% das vendas totais.

No que diz respeito aos papéis "Office" a distribuição de papel manteve o seu peso relativo ao nível dos 61% das vendas deste tipo de papéis na Europa.

Com a redução de volumes verificada, aliada ao desequilíbrio da oferta/procura de papel, originado pelo excesso de capacidade industrial instalada, os preços médios de venda de papel estagnaram no segmento de papéis revestidos e tiveram uma ligeira redução nos papéis não revestidos.

A queda do mercado publicitário, que na Europa e no segmento de publicidade para jornais e revistas se cifrou em 16%, originou o encerramento de inúmeras gráficas espalhadas um pouco por todo o continente, e conduziu à diminuição do consumo de papéis gráficos.

De notar no entanto, que o segmento publicitário do chamado "mailing directo" sofreu um ajustamento significativamente inferior ao verificado para os jornais e revistas e para o segmento publicitário em geral, tendo diminuído 4% para o mesmo período e área geográfica.

A concorrência manteve-se forte, no entanto mais disciplinada e preocupada com os níveis de rentabilidade. O ano de 2009 não foi pródigo em movimentos de consolidação, embora o sector pareça estar em condições para que esses movimentos possam ocorrer.

Foi igualmente sensível durante o ano, o aumento do risco de crédito, nomeadamente devido ao encerramento e falência de várias gráficas e transformadoras, às dificuldades de acesso ao crédito e aos seguros de crédito por parte de cada vez mais clientes.

A abordagem da distribuição de papel a outros segmentos de negócio, foi algo que se continuou a verificar no decurso do ano de 2009.

É importante, no entanto, referir que já no 4º trimestre se verificou uma recuperação sensível quer ao nível de actividade comercial, quer ao nível dos preços médios de venda.

Em primeiro lugar a retracção das economias conduziu a uma queda de 12% ao nível dos volumes distribuídos, mesmo assim inferior aos 16% de redução registados na produção.

Este facto demonstra que uma vez mais,

desta família de produtos.

No segmento dos papéis não revestidos, a conquista de quota de mercado foi ainda maior, fixando-se em 10% face a 2008.

Nesta família de produtos o peso dos



## SÍNTESE DA ACTIVIDADE DA INAPA – IPG

Ainda que na análise da situação económico-financeira do Grupo e seu desempenho, no exercício transacto, sobreleve a abordagem consolidada, não pode o Conselho de Administração neste seu relatório, deixar de apresentar uma análise ainda que sumária, da actividade e do desempenho da sociedade em termos individuais.

A Inapa – IPG enquanto sociedade de domínio de um conjunto de empresas operacionais, nas áreas da distribuição do papel, de material de embalagem, de comunicação visual e de consumíveis gráficos e de escritório, para além de coordenar as actividades destas suas filiais, incumbe-lhe muito especialmente definir a política estratégica do Grupo.

A actividade da Inapa - IPG estendeu-se ainda às seguintes áreas de intervenção:

- Definição das linhas de orientação da política comercial a seguir em cada mercado onde operam as suas subsidiárias;
- Definição da política de relacionamento com os seus fornecedores e negociação das condições de compra do Grupo;
- Desenvolvimento das relações com os fornecedores estratégicos do Grupo;
- Definição do posicionamento estratégico e gestão das marcas próprias;
- Definição da política financeira e desenvolvimento das relações com o sistema financeiro;
- Definição e execução do plano de investimento global;
- Planeamento e controlo de gestão;
- Definição das políticas contabilísticas do Grupo;

- Definição dos sistemas de controlo e gestão dos riscos e monitorização da sua execução;
- Controlo interno e supervisão da adopção das políticas definidas para o grupo;
- Desenvolvimento das relações com os accionistas e investidores;
- Definição e coordenação dos sistemas de informação;
- Marketing e comunicação institucional.
- Coordenação jurídica.

A Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA, encerrou o exercício com o resultado líquido de 1, 1 milhões de euros, o que corresponde a uma melhoria de 1,2 milhões de euros face ao exercício anterior, onde se havia verificado um resultado líquido negativo de 96 mil euros.

13 ptPara esta melhoria foi determinante a redução dos fornecimentos e serviços de terceiros e dos custos financeiros.

A prestação de serviços e os proveitos suplementares alcançados atingiram, em 2009, os 11 milhões de euros justificados pelos rendimentos decorrentes dos serviços prestados às subsidiárias e da gestão de compras e marcas. O resultado operacional neste mesmo exercício ascendeu a 6,2 milhões de euros.

A situação líquida era, a 31 de Dezembro de 2009, de 152,6 milhões de euros, um aumento de 1,2 milhões de euros face a 2008. O activo líquido total ascendeu a 368,7 milhões de euros, +10,9 milhões de euros do que em período homólogo, resultante do aumento de Edifícios e outras construções.

## SÍNTESE DA ACTIVIDADE CONSOLIDADA

A evolução do volume de vendas do mercado apresentou, em 2009, uma redução de 12%. As vendas da Inapa evidenciam um comportamento mais

favorável que o mercado, tendo atingido as 887 mil toneladas, com uma queda de 9,8% face ao exercício anterior.

Em valor, as vendas consolidadas da Inapa, cifram-se em 2009 nos 938 milhões de euros, o que representou uma redução de 10,2% face ao ano anterior, face à maior contracção de 11% do mercado. Esta diminuição das vendas reflecte a profunda recessão económica vivida no decorrer do ano, sendo, porém de assinalar que as vendas cresceram 4,3% do 3º para o 4º trimestre do ano, parecendo configurar uma tendência de recuperação, que se admite venha a continuar em 2010.

O preço médio de venda de papel reduziu-se ligeiramente face ao ano anterior (-1,7%), isto não obstante a melhoria verificada no rácio de vendas de armazém, que se situou nos 52%, traduzindo um acréscimo de 1,5% face a 2008 e do reforço do peso relativo das vendas de produtos de maior valor acrescentado.

O crescimento das vendas ao nível dos negócios complementares é uma vez mais de assinalar, tendo atingido os 53 milhões de euros, 15,6% acima do verificado em 2008. Este facto é tão mais significativo quando o crescimento verificado em 2008 relativamente a 2007 foi de 93%.

A margem bruta melhorou 0,6 p.p., fixando-se nos 18,2%, circunstância que traduz o crescente enfoque na rentabilidade das vendas. A margem bruta por tonelada aumentou 3%, limitando o efeito da redução de volumes verificada.

Os custos operacionais reduziram-se 2,8 milhões de euros, fixando-se nos 155,7 milhões de euros, o que representou uma diminuição de 1,8% face a 2008. Esta redução verifica-se pelo terceiro ano consecutivo, cumprindo os objectivos definidos no Plano Estratégico, nomeadamente no que concerne à melhoria da eficiência operacional e à optimização dos recursos disponíveis e de diminuição dos custos operacionais. No último triénio, para o mesmo perímetro societário, observa-se uma redução de 10 milhões de euros anuais ao nível destes custos.

Para este desempenho, contribuíram substancialmente a diminuição em 4% de serviços de terceiros e a manutenção dos custos com o pessoal.

As provisões do exercício aumentaram 21,8%, situando-se nos 4,8 milhões de euros, circunstância que reflecte a difícil conjuntura económica vivida em todo o espaço europeu a par da adopção de uma política prudente na constituição e reforço das provisões para clientes de cobrança duvidosa nas actuais condições de mercado.

O EBITDA recorrente fixou-se nos 32,4 milhões de euros. A redução face a 2008 é consequência directa da diminuição dos volumes vendidos, não obstante as reais melhorias obtidas ao nível da margem bruta e da redução dos custos operacionais. É no entanto de assinalar que a margem Re-EBITDA atingiu os 3,5%, um valor superior à média da verificada no mercado europeu em 2009.

Os custos não recorrentes fixaram-se nos 2,5 milhões de euros, reflectindo o custo das acções desencadeadas no sentido de adequar a estrutura e a organização à retracção do mercado, contudo, com reflexos positivos nos resultados.

As amortizações situaram-se nos 6,3 milhões de euros, 6,1% abaixo de 2008, como consequência do fim do período de amortização de alguns activos.

Os Resultados Operacionais (EBIT) atingiram os 23,7 milhões de euros e a margem EBIT os 2,5%.

A função financeira melhorou 13,2 milhões de euros, não só em razão da redução do passivo médio anual, incluindo securitização, em mais de 53 milhões de euros, como também, da significativa diminuição das taxas de juro. Na sequência desta diminuição a cobertura da função financeira pelo EBITDA recorrente melhorou de 1,28 vezes para 1,7 vezes.

O Resultado Antes de Impostos aumentou 226% fixando-se nos 4,9 milhões de euros, reflexo da melhoria do desempenho operacional e da redução dos custos financeiros.

Os impostos afectos à actividade aumenta-

ram 2,3 milhões de euros, situando-se nos 2,6 milhões de euros. Destes, 1,8 milhões de euros referem-se ao reconhecimento dos impostos diferidos e 0,8 milhões de euros a impostos efectivos do exercício.

O resultado líquido antes de impostos diferidos fixou-se, assim, nos 4 milhões de euros, uma melhoria de 558% face a 2008.

Não obstante o aumento do peso fiscal resultante do reconhecimento de impostos diferidos de exercícios anteriores, o resultado líquido do exercício melhorou 115%, atingindo os 2,2 milhões de euros.

A nível patrimonial são de destacar a redução, face a 2008, em 48,2 milhões de euros do fundo de maneo afecto à actividade suportado pela melhora na gestão de stocks e da cobrança a clientes a par da redução em 53,4 milhões de euros, da dívida, incluindo a operação de securitização.

Este foi o segundo exercício consecutivo de resultados líquidos positivos, na linha dos objectivos definidos no Plano Inapa 2010, o que representa o cumprimento dos compromissos nele estabelecidos não obstante a conjuntura especialmente adversa em que decorreu o exercício.

A situação líquida da Inapa aumentou em 2,3 milhões de euros atingindo os 152,6 milhões de euros, colocando o valor contabilístico das acções em 1,02 euros.

Como reflexo desta melhoria da situação líquida e da redução da dívida remunerada (incluindo securitização) para os 422,2 milhões de euros, o rácio debt/equity melhorou das 3,16 para as 2,77 vezes.

## COMPORTAMENTO EM BOLSA

Após um ano de 2008 que se revelou o pior das últimas décadas, o ano de 2009 representou o retorno da generalidade dos mercados de capitais a valorizações significativas.

Os principais índices mundiais registaram valorizações entre os 19% e os 30%.

Pese embora o contexto macroeconómico fortemente negativo, o mercado português não passou ao lado desta revalorização generalizada, tendo o seu índice mais representativo – PSI20 – registado uma valorização de 33%.

No entanto os volumes transaccionados no mercado português sofreram uma redução sensível fixando-se nos 31,8 mil milhões de euros, o que representou uma redução de 42% face a 2008.

As acções Inapa voltaram em 2009 a apresentar um comportamento substancialmente melhor do que o mercado, quer em termos de volumes transaccionados, quer em termos de evolução da cotação.

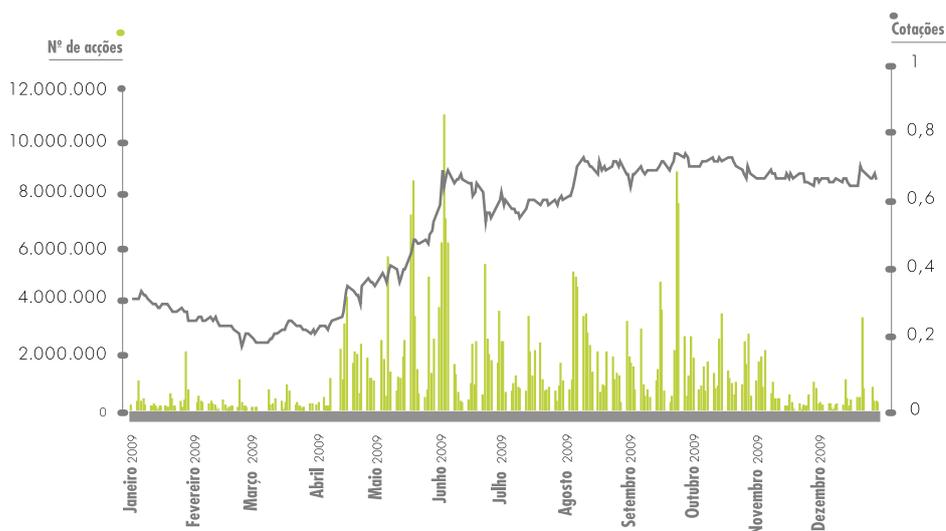
O volume transaccionado atingiu os 349,4 milhões de acções, o que representou um aumento de 88% face a 2008 e representou uma rotação de 2,33 vezes o capital social.

Este crescimento de volume vem em linha com o que se vem verificando desde 2007. Entre 2006 e 2009 o volume de acções Inapa transaccionadas em bolsa cresceu 43 vezes, facto muito invulgar e que demonstra claramente o aumento do interesse por parte dos investidores, tanto mais que a empresa não efectuou qualquer compra de acções próprias.

Paralelamente à evolução descrita, a circunstância de não terem sido comunicadas novas tomadas de participações qualificadas estáveis e de cada vez mais agentes portugueses e internacionais terem intermediado operações sobre acções da Inapa, demonstra um interesse cada vez maior, de um crescente número de investidores, distribuídos por um universo geográfico mais abrangente.

No que respeita ao valor transaccionado, as transacções de acções Inapa atingiram os 201,4 milhões de euros, o que representou um crescimento de 45% face a 2008.

A cotação encerrou o ano nos 0,64 €, traduzindo uma subida de 88,2% face a 31 de Dezembro de 2008, substancialmente maior do que a valorização do índice PSI20 – 33%.



Este desempenho não pode, na perspectiva do Conselho de Administração, ser dissociado de quatro factores fundamentais, que desde 2007 têm sido uma preocupação da sociedade:

- a melhoria do desempenho operacional do Grupo e consequente aumento dos resultados económico-financeiros;
- a alteração do modelo governativo da sociedade, por forma a adequá-lo às melhores práticas nesta matéria;
- a qualidade e o rigor da informação económica-financeira, colocada à disposição dos accionistas e investidores;
- o potencial de valorização dos títulos, assente no bom desempenho demonstrado, na consecução do Plano Inapa 2010 e nas perspectivas de desenvolvimento da Inapa.

Resultado do substancial acréscimo da cotação e dos volumes transaccionados, a Inapa, já após o encerramento do exercício de 2009 irá ascender, pela primeira vez na sua já longa história de empresa cotada, ao principal índice de mercado português – PSI20.

Esta promoção, que muito orgulha o Conselho de Administração reflecte o reconhecimento do mercado pelo esforço dedicado à comunicação, à sua qualidade e regularidade, e fundamentalmente pelo acerto na estratégia definida e na sua execução.

A Inapa continuou a ser acompanhada em termos de análise económico-financeira pelo Banco Português de Investimento e pela Caixa Banco de Investimento, que durante o ano de 2009, emitiram vários relatórios de análise.

Como já referido a regularidade, a qualidade e o rigor da informação é uma prioridade para a Inapa e nesse sentido, as apresentações de resultados anuais e semestrais, a divulgação dos resultados trimestrais, e a demais informação relevante, foram devida e atempadamente divulgadas para o mercado e a todos os seus agentes, garantindo escrupulosamente a igualdade no acesso e ao conteúdo da informação.



Com o objectivo de fazer chegar a comunicação ao maior número possível de agentes de mercado e ao público em geral, em tempo oportuno e com facilidade, cumpre referir o trabalho desenvolvido e colaboração recebida dos meios de comunicação social, para quem a Inapa esteve sempre disponível quer através do Presidente da sua Comissão Executiva, quer através da sua área de Relações com os Investidores. É seu objectivo continuar a estar na linha da frente das melhores práticas de relações com os mercados e seus investidores, bem como em termos de Governo Societário.

O Circulo de Accionistas Inapa, é uma iniciativa inovadora em Portugal, com que esta empresa pretende garantir aos pequenos accionistas o acesso à informação de uma forma célere e atempada e em igualdade de circunstâncias com os demais agentes de mercado.

Esta iniciativa tem como principais objectivos:

- A valorização do estatuto do accionista;
- Corresponder às necessidades de informação dos pequenos accionistas;
- Facultar uma maior proximidade à sociedade, estimulando a participação accionista;
- Permitir o acesso directo à gestão;
- Promover o envolvimento dos accionistas nas iniciativas da empresa, quer sejam de carácter corporativo, de responsabilidade social, formação ou mecenato, entre outras.

Com esta acção a Inapa posiciona-se na vanguarda das melhores práticas internacionais nestas matérias, dando mais um passo no sentido de se afirmar como uma referência também no mercado de capitais nacional.

A criação de valor para o accionista continuará a ser a prioridade do Conselho de Administração, o que a par da adopção das melhores práticas de governação e de comunicação com o mercado, fomentará o desempenho das acções Inapa no mercado.

## ACÇÕES PRÓPRIAS

No decorrer do ano de 2009 a sociedade não alienou ou adquiriu quaisquer acções próprias, pelo que o exercício terminou sem que existissem quaisquer acções próprias em carteira.

### AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES

Não ocorreram durante o exercício em apreço quaisquer negócios entre a sociedade e qualquer um dos seus administradores, acrescendo ainda que à Sociedade não foi solicitada qualquer autorização nesse sentido.

## FACTOS SUBSEQUENTES

Após o encerramento do exercício ocorreu o seguinte facto que merece destaque:

- Anúncio da entrada da Inapa para o índice PSI20.

## PERSPECTIVAS PARA 2010

Após o ano mais difícil das últimas décadas para a generalidade das economias europeias, a recuperação é esperada no decorrer de 2010.

O último trimestre do ano 2009, pareceu já dar alguns sinais de recuperação, nomeadamente no que ao consumo e aos indicadores de confiança diz respeito.

O cenário macroeconómico para 2010, parece antecipar o regresso ao crescimento económico, com os Produtos Internos da maioria das economias a crescerem, embora de uma forma moderada e com ritmos diferenciados.

O consumo deverá revelar alguma recuperação, embora o desemprego se mantenha a níveis historicamente altos, o

acesso ao crédito mais dificultado e com o custo do dinheiro a aumentar, antecipando-se contudo a manutenção de taxas de juro baixas.

No sector do papel, a tendência de recuperação de consumo iniciada no decurso do 4º trimestre de 2009 deverá manter-se no decorrer do ano de 2010, sendo certo que os dados já disponíveis indiciam um 1º trimestre melhor do que o verificado em 2009.

A recuperação do consumo não será no entanto suficiente para reequilibrar a relação entre a oferta e a procura de papel. A taxa de ocupação de máquinas deverá manter-se por essa via baixa, o que seguramente obrigará a generalidade dos produtores europeus a ajustarem as suas produções, nomeadamente com recurso a novos fechos de capacidade ou a paragens de produção e lay offs.

Os preços na produção, deverão apresentar comportamentos mistos, com alguma pressão no segmento de papéis para comunicação social, e com tendência de subida para os papéis revestidos e não revestidos.

Já no início do ano foram anunciadas subidas de preços nos papéis não revestidos



por parte de alguns produtores. Estes anúncios parecem confirmar as expectativas de recuperação dos preços.

A área de distribuição de papel deverá, como aconteceu nos dois últimos anos, continuar a ganhar quota de mercado no total de papel vendido na Europa, o que a par da recuperação esperada do consumo, conduzirá seguramente ao aumento dos volumes vendidos.

A concorrência deverá manter-se forte, não sendo no entanto de descurar eventuais movimentos de parcerias ou consolidação entre distribuidores.

A Inapa manter-se-á fiel aos princípios orientadores definidos no Plano Estratégico Inapa 2010, nomeadamente no que concerne à melhoria da eficiência operacional e à gestão rigorosa e eficaz dos recursos disponíveis.

Nesta perspectiva, a consolidação da posição de liderança no mercado da distribuição de papel e o desenvolvimento das áreas de negócios complementares, serão para 2010 prioridades do Grupo no sentido de aumentar os seus níveis de rentabilidade e criar valor para os accionistas.

A rigorosa gestão dos capitais circulantes, a geração de cash flow operacional e o desinvestimento em activos não estratégicos deverão conduzir a uma redução adicional do nível da dívida remunerada, outra das prioridades da Inapa para 2010.

O ano de 2010 deverá permitir a continuação da melhoria dos resultados operacionais e o aumento da rentabilidade dos capitais afectos.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propomos que os resultados líquidos da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA no montante de 1.074.241,48 euros, sejam levados à conta de Resultados Transitados.



## DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Para cumprimento do disposto no n.º1, alínea c) do art.º 245 do Código de Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação contida no Relatório de Gestão, nas contas anuais, na certificação legal de contas e nos demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento referentes a 31 de Dezembro de 2009, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios sociais, do desempenho e da posição desta sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que tais empresas se defrontam.

Lisboa 24 de Fevereiro de 2010

**Vasco Luís Schulthess de Quevedo Pessanha**

*Presidente do Conselho de Administração*

**Jorge Armindo Carvalho Teixeira**

*Vice-Presidente do Conselho de Administração*

**José Manuel Félix Morgado**

*Administrador e Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração*

**Arndt Jost Michael Klippgen**

*Administrador e Vogal da Comissão Executiva do Conselho de Administração*

**Emídio de Jesus Maria**

*Administrador e Presidente da Comissão de Auditoria*

**Pedro Maria Cabral Norton de Matos**

*Administrador e Vogal da Comissão de Auditoria*

**Abílio Ramos Marques**

*Administrador e Vogal da Comissão de Auditoria*

## CONSUMÍVEIS GRÁFICOS

O profundo conhecimento técnico das equipas e a relação privilegiada com os clientes fizeram da distribuição de consumíveis gráficos uma extensão lógica da distribuição de papéis gráficos. As expectativas quanto ao seu desenvolvimento são positivas já que este tem sido o segmento que tem revelado maiores sinergias com a área de distribuição de papel e onde as possibilidades de *cross selling* são mais evidentes.

O portfolio do Grupo é variado, de grande qualidade e apresenta soluções ambientalmente responsáveis. Dele fazem parte produtos de limpeza, aditivos, cobertores de impressão, vernizes e tintas, estas produzidas com matérias-primas vegetais renováveis.



# '03

CONTAS  
INDIVIDUAIS

# '03

CONTAS  
INDIVIDUAIS



**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009**

Montantes expressos em milhares de Euros

	31 DEZEMBRO 2009		31 DEZEMBRO 2008	
	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS	ACTIVO LIQUIDO	ACTIVO LIQUIDO
<b>ACTIVO IMOBILIZADO</b>				
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>				
Despesas de instalação	3.273,0	2.181,8	1.091,2	2.182,1
Despesas de investigação e desenvolvimento	45,0	27,0	18,0	27,0
Propriedade industrial e outros direitos	97,2	49,0	48,2	11,9
Imobilizações em curso	7,2	-	7,2	-
	<b>3.422,4</b>	<b>2.257,8</b>	<b>1.164,6</b>	<b>2.221,1</b>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	9,3	3,4	5,9	6,7
Equipamento de transporte	6,7	6,7	-	-
Equipamento administrativo	275,4	221,0	54,4	61,4
Outras imobilizações corpóreas	3,8	1,5	2,3	2,7
	<b>295,2</b>	<b>232,7</b>	<b>62,6</b>	<b>70,8</b>
<b>Investimentos financeiros:</b>				
Partes de capital em empresas do grupo associadas e outras	228.501,7	-	228.501,7	226.342,4
Títulos e outras aplicações financeiras	18.087,4	406,6	17.680,8	16,7
Outros empréstimos concedidos	7.628,0	-	7.628,0	7.628,0
Imobilizações em curso	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	25.961,1	-	25.961,1	25.961,1
	<b>280.178,2</b>	<b>406,6</b>	<b>279.771,6</b>	<b>259.948,3</b>
<b>CIRCULANTE</b>				
<b>Dívidas de terceiros-Médio e longo prazo:</b>				
Empresas do grupo	20.517,0	-	20.517,0	24.517,0
Outros devedores	17.042,8	-	17.042,8	16.695,3
	<b>37.559,8</b>	<b>-</b>	<b>37.559,8</b>	<b>41.212,3</b>
<b>Dívidas de terceiros-Curto prazo:</b>				
Clientes, c/c	984,9	-	984,9	1.330,5
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
Empresas do grupo	30.802,5	-	30.802,5	32.158,4
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	30,9
Empresas participadas e participantes	87,2	-	87,2	-
Estado e outros entes públicos	2.398,0	-	2.398,0	698,9
Outros devedores	3.841,2	-	3.841,2	4.062,9
	<b>38.113,9</b>	<b>-</b>	<b>38.113,9</b>	<b>38.281,7</b>
<b>Títulos negociáveis:</b>				
Outros títulos negociáveis	1.625,5	-	1.625,5	5.501,5
	<b>1.625,5</b>	<b>-</b>	<b>1.625,5</b>	<b>5.501,5</b>
<b>Depósitos bancários e caixa:</b>				
Depósitos bancários	214,0	-	214,0	178,6
Caixa	4,5	-	4,5	4,4
	<b>218,5</b>	<b>-</b>	<b>218,5</b>	<b>183,1</b>
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>				
Acréscimos de proveitos	6.047,7	-	6.047,7	6.041,7
Custos diferidos	1.494,8	-	1.494,8	1.618,4
Impostos diferidos	2.676,8	-	2.676,8	2.709,4
	<b>10.219,3</b>	<b>-</b>	<b>10.219,3</b>	<b>10.369,5</b>
<b>total do activo</b>	<b>371.632,8</b>	<b>2.897,2</b>	<b>368.735,7</b>	<b>357.788,3</b>

Montantes expressos em milhares de Euros

<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>31 DEZEMBRO 2009</b>	<b>31 DEZEMBRO 2008</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
Capital	150.000,0	150.000,0
Prémios de emissões de acções	2.937,3	2.937,3
Ajustamento de partes de capital em empresas do grupo e associadas	1.286,5	1.166,7
Reservas:		
Reservas legais	7.500,0	7.500,0
Outras reservas	225,5	225,5
Resultados transitados	-10.458,2	-10.362,1
	<b>151.491,0</b>	<b>151.467,3</b>
Resultado líquido do exercício	1.074,2	-96,1
<b>Total do capital próprio</b>	<b>152.565,2</b>	<b>151.371,2</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Dívidas a terceiros-Médio e longo prazo:</b>		
Empréstimos por obrigações - Não convertíveis	36.750,0	36.750,0
Dívidas a instituições de crédito	22.588,8	22.728,8
Provisões para outros riscos e encargos	-	100,0
Empresas do Grupo	1.415,5	1.414,1
Outros Credores	-	1.431,9
Fornecedores de Imobilizado M/L Prazo	5.488,4	-
	<b>66.242,6</b>	<b>62.424,8</b>
<b>Dívidas a terceiros-Curto prazo:</b>		
Dívidas a instituições de crédito	128.507,3	137.119,9
Fornecedores, c/c	135,0	313,2
Empresas do grupo	2.191,0	10,1
Outros accionistas	11,4	11,4
Fornecedores de imobilizado, c/c	11.645,9	-
Estado e outros entes públicos	199,2	192,9
Outros credores	6.492,5	5.429,5
	<b>149.182,3</b>	<b>143.077,1</b>
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>		
Acréscimos de custos	745,6	915,1
	<b>745,6</b>	<b>915,1</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>216.170,4</b>	<b>206.417,0</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>368.735,7</b>	<b>357.788,3</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DEZEMBRO DE 2009

Montantes expressos em milhares de Euros

	31 DEZEMBRO 2009	31 DEZEMBRO 2008
<b>CUSTOS E PERDAS</b>		
Fornecimentos e serviços externos	762,4	842,0
Custos com o pessoal:		
Remunerações	1.825,6	1.677,4
Encargos sociais:		
Pensões	-	-
Outros	391,1	632,5
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	1.185,9	1.170,4
Provisões	-	100,0
Impostos	283,6	483,9
Outros custos e perdas operacionais	34,9	198,7
<b>(A)</b>	<b>4.483,5</b>	<b>5.104,9</b>
Perdas em empresas do grupo e associadas	3.084,6	2.431,4
Amortizações de Investimentos Financeiros	281,9	-
Juros e Custos Similares:		
Outros	10.167,4	14.185,1
<b>(C)</b>	<b>18.017,5</b>	<b>21.721,4</b>
Custos e perdas extraordinários	265,9	166,1
<b>(E)</b>	<b>18.283,4</b>	<b>21.887,5</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	44,8	-111,6
<b>(G)</b>	<b>18.328,2</b>	<b>21.775,9</b>
Resultado líquido do exercício	1.074,2	-96,1
<b>(A)</b>	<b>19.402,4</b>	<b>21.679,8</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>		
Prestação de serviços	3.694,3	3.994,7
Proveitos suplementares	7.033,9	7.924,6
<b>(B)</b>	<b>10.728,2</b>	<b>11.919,3</b>
Ganhos em empresas do grupo e associadas	5.597,0	5.691,0
Rendim. titul. negociáv. e de outros títulos de participação:		
Outros	756,5	526,6
Outros juros e proveitos similares:		
Outros	1.631,8	2.441,4
<b>(D)</b>	<b>18.713,5</b>	<b>20.578,4</b>
Proveitos e ganhos extraordinários	688,9	1.101,4
<b>(F)</b>	<b>19.402,4</b>	<b>21.679,8</b>
<b>RESUMO</b>		
Resultados operacionais: <b>(B) - (A) =</b>	<b>6.244,7</b>	<b>6.814,4</b>
Resultados financeiros: <b>(D-B) - (C-A) =</b>	<b>-5.548,7</b>	<b>-7.957,4</b>
Resultados correntes: <b>(D) - (C) =</b>	<b>696,0</b>	<b>-1.143,0</b>
Resultados antes de impostos: <b>(F) - (E) =</b>	<b>1.119,0</b>	<b>-207,7</b>
Resultado líquido do exercício: <b>(F) - (G) =</b>	<b>1.074,2</b>	<b>-96,1</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009**

Montantes expressos em milhares de Euros

	31 DEZEMBRO 2009	31 DEZEMBRO 2008
Vendas e prestações de serviços	3.694,3	3.994,7
Custo das vendas e das prestações de serviços	-3.483,8	-3.563,3
<b>Resultados brutos</b>	<b>210,5</b>	<b>431,5</b>
Outros proveitos e ganhos operacionais	8.014,5	9.026,0
Custos de distribuição	-	-
Custos administrativos	-963,1	-759,1
Outros custos e perdas operacionais	-584,5	-948,7
<b>Resultados operacionais</b>	<b>6.677,4</b>	<b>7.749,7</b>
Custo líquido de financiamento	-8.070,8	-11.217,1
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	2.512,3	3.259,6
Ganhos (perdas) em outros investimentos	-	-
Resultados não usuais ou não frequentes	-	-
<b>Resultados correntes</b>	<b>1.119,0</b>	<b>-207,7</b>
Impostos sobre os resultados correntes	-44,8	111,6
<b>Resultados correntes após impostos</b>	<b>1.074,2</b>	<b>-96,1</b>
Resultados extraordinários	-	-
Impostos sobre os resultados extraordinários	-	-
<b>Resultados líquidos</b>	<b>1.074,2</b>	<b>-96,1</b>
<b>Resultados por acção (a)</b>	<b>0,007</b>	<b>-0,001</b>

(a) o número médio ponderado de acções em circulação considerado em 2009 e 2008 foi de 150.000.000 acções

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Método directo (Montantes expressos em milhares de Euros)

	31 DEZEMBRO 2009	31 DEZEMBRO 2008
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de clientes	2.858,4	3.372,5
Pagamentos a fornecedores	-1.063,9	-606,8
Pagamentos ao pessoal	-2.086,1	-2.621,9
<b>Fluxos gerados pelas operações</b>	<b>-291,6</b>	<b>143,9</b>
Pagamento do imposto sobre o rendimento	-9,0	-0,4
Recebimento do imposto sobre o rendimento	74,3	112,8
Outros recebimentos relativos à actividade operacional	10.534,1	14.321,6
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	-706,8	-33.218,9
<b>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</b>	<b>9.601,0</b>	<b>-18.640,9</b>
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	-	-
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-	-
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>	<b>1</b>	<b>9.601,0</b>
		<b>-18.640,9</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	4.261,3	-
Imobilizações corpóreas	1,3	279,8
Juros e proveitos similares	1.806,6	2.751,7
Empréstimos concedidos	19.465,3	14.400,0
Dividendos	128,8	-
	<b>25.663,4</b>	<b>17.431,5</b>
Pagamentos respeitantes a :		
Investimentos financeiros	-3.970,7	-96.784,2
Imobilizações corpóreas	-	-110,9
Imobilizações incorpóreas	-	-33,5
Empréstimos concedidos	-18.574,7	-15.852,5
	<b>-22.545,4</b>	<b>-112.781,1</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>	<b>2</b>	<b>3.117,9</b>
		<b>-95.349,6</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	8.332,1	58.283,9
	<b>8.332,1</b>	<b>58.283,9</b>
Pagamentos respeitantes a :		
Empréstimos obtidos	-13.234,3	-12.504,2
Amortização de contratos de locação Financeira	-379,5	-
Juros e custos similares	-9.883,6	-14.575,1
	<b>-23.497,4</b>	<b>-27.079,3</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>	<b>3</b>	<b>-15.165,3</b>
		<b>31.204,6</b>
Variação de caixa e seus equivalentes	<b>1+2+3</b>	-82.785,9
Efeito das diferenças de câmbio		-0,2
		<b>-2.446,4</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período		64.559,8
Caixa e seus equivalentes no fim do período		-18.226,3
		<b>-2.446,4</b>
		<b>-82.786,1</b>

## CONSUMÍVEIS GRÁFICOS

### RECOLHA DE DESPERDÍCIOS

**A** Inapa tem em curso o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas que visam oferecer aos seus clientes soluções económicas e eficazes de tratamento de resíduos. Disponibiliza a recolha para reciclagem e tratamento, de tintas, chapas, embalagens, etc., contribuindo para a sustentabilidade da actividade gráfica.

Através da implementação de boas práticas ambientais, a empresa procura ir ao encontro das estratégias mais actuais de criação de valor nesta área.



# '04

NOTAS ÀS  
DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
INDIVIDUAIS

# '04

NOTAS ÀS  
DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
DO EXERCÍCIO  
FINDO EM 31 DE  
DEZEMBRO DE  
2009 (VALORES EXPRESSOS  
EM MILHARES DE EUROS,  
EXCEPTO QUANDO  
ESPECIFICAMENTE REFERIDO)

## **INAPA** **INVESTIMENTOS,** **PARTICIPAÇÕES E GESTÃO, SA**

### **INTRODUÇÃO**

A Inapa - Investimentos, Participações e Gestão, SA (Inapa - IPG) é a sociedade dominante do Grupo Inapa e tem por objecto social a propriedade e a gestão de bens móveis e imóveis, a tomada de participações no capital de outras empresas, a exploração de estabelecimentos comerciais e industriais próprios ou alheios e a prestação de assistência às empresas em cujo capital participe. A Inapa - IPG encontra-se cotada na Euronext Lisboa.

**Sede Social:** Rua Castilho nº44 3º, 1250-071 Lisboa, Portugal

**Capital Social:** 150.000.000 euros

**N.I.P.C.:** 500 137 994

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade (POC).

As notas às contas respeitam a ordem estabelecida pelo POC, sendo de referir que os números não indicados neste Anexo não têm aplicação ou não são relevantes.



## Nota 1 DERROGAÇÕES AO POC

As presentes demonstrações financeiras apresentam uma derrogação ao POC relacionada com a valorização subsequente do Goodwill, estando esta a ser efectuada de acordo com a Norma Internacional de Relato Financeiro nº 3, conforme descrito na Nota 3 (i).

## Nota 2 VALORES COMPARATIVOS

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2009 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do período homólogo de 2008.

## Nota 3 PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Sociedade.

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras são os seguintes:

### (i) Investimentos financeiros e títulos negociáveis

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas são valorizados pelo método da equivalência patrimonial. Os restantes investimentos financeiros são valorizados ao custo de aquisição.

Os investimentos financeiros registados pelo método da equivalência patrimonial são inicialmente registados pelo custo de aquisição, sendo acrescido ou reduzido pela diferença (Goodwill) entre este valor e a parte proporcional detida do capital próprio das subsidiárias e associadas, ajustado pelo efeito da atribuição do

justo valor aos activos e passivos à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

O Goodwill encontra-se registado na rubrica de Partes de capital em empresas do grupo.

De acordo com o método da equivalência patrimonial as participações financeiras são ajustadas pelo valor que corresponde à participação detida pela Inapa - IPG nos resultados líquidos das subsidiárias e associadas, pelo que o valor dos dividendos atribuídos por estas empresas é reduzido ao valor do investimento financeiro.

Conforme referido na Nota 1, a Sociedade aplica o disposto na Norma Internacional de Relato Financeiro nº 3 na valorização do Goodwill, subsequente ao seu registo inicial, e de acordo com esta norma o Goodwill não é amortizado, mas é sujeito a testes anuais de imparidade. No caso de ser apurada uma perda por imparidade esta é registada em resultados desse exercício e não pode ser revertida.

A rubrica de títulos e outras aplicações financeiras inclui essencialmente, terrenos, edifícios e equipamento básico não afectos à exploração, os quais estão valorizados ao respectivo custo de aquisição. Os edifícios e equipamento básico são amortizados através do método das quotas constantes segundo as taxas referidas na Nota 3 (ii), sendo o respectivo custo reconhecido em custos e perdas financeiros.

Os títulos negociáveis são registados no activo pelo respectivo custo de aquisição. Quando a diferença entre o custo de aquisição dos títulos negociáveis e o respectivo valor de mercado é significativa e se considera ter carácter permanente é constituído um ajustamento por contrapartida de resultados do exercício. As mais-valias não realizadas, correspondentes à diferença entre o custo de aquisição e o seu valor de mercado, não são reconhecidas.

### (ii) Imobilizações corpóreas

Os bens adquiridos até 1992 foram

objecto de reavaliação, nos termos dos Decretos-Lei nºs 430/78, 219/82, 339-G/84, 118-B/86, 111/88, 49/91 e 264/92. As reservas geradas pelas reavaliações efectuadas nos termos legais, no montante global de 9.251,73 milhares de euros, foram integralmente incorporadas no capital social através de aumentos efectuados em 1986, 1990 e 1997. Os bens adquiridos a partir do exercício de 1992 estão valorizados ao custo histórico.

As amortizações do imobilizado corpóreo são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto, para os bens adquiridos até Dezembro de 1988, e as taxas previstas no Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de Janeiro, para os bens adquiridos a partir de Janeiro de 1989, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens e são como se segue:

Edifícios e outras construções	2% - 5%
Equipamento básico	6,66% - 12,5%
Equipamento de transporte	20% - 50%
Equipamento administrativo	10% - 12,5%

O processo de amortização, por duodécimos, tem início no mês do exercício em que o respectivo bem entra em funcionamento.

### (iii) Imobilizações incorpóreas

São principalmente constituídas pelos custos suportados com o processo de reestruturação do Grupo, com os encargos relacionados com o aumento de capital realizado em 2007 e com projectos diversos que têm vindo a ser desenvolvidos, sendo amortizáveis substancialmente em cinco anos, por duodécimos, com início no mês do ano em que são incorridos ou o projecto concluído. As despesas com o aumento de capital social são amortizadas pelo período de três anos.

**(iv) Contrato de locação**

Os bens cuja utilização decorre de contratos de locação financeira, relativamente aos quais a Sociedade assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à respectiva posse do activo locado, são classificados como imobilizações corpóreas.

Os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do respectivo activo corpóreo são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nos contratos de locação em que o locador assume uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade, sendo a Sociedade locatário, são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos decorrentes da realização destes contratos são registados na demonstração dos resultados durante o período de locação.

**(v) Ajustamentos para créditos de cobrança duvidosa**

São registados ajustamentos para créditos de cobrança duvidosa em função dos riscos de cobrança identificados no final de cada período.

**(vi) Provisões para outros riscos e encargos**

As provisões são reconhecidas, quando e apenas quando, face a uma obrigação (legal ou implícita), resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço, e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

**(vii) Transacções e saldos em moeda estrangeira**

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços. As diferenças de câmbio, favoráveis e

desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registados como proveitos e custos do exercício.

**(viii) Encargos com empréstimos obtidos**

Os encargos incorridos com a realização de empréstimos de médio e longo prazo são registados na rubrica de custos diferidos e são reconhecidos em resultados, de forma sistemática, ao longo do período contratado do empréstimo.

**(ix) Especialização dos exercícios**

A Sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de Acréscimos e diferimentos.

**(x) Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento inclui impostos correntes e impostos diferidos. As situações de impostos diferidos são contabilizadas de acordo com o disposto na Directriz Contabilística nº 28 (ver Nota 6).

**(xi) Demonstração dos fluxos de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Caixa e seus equivalentes corresponde ao somatório dos saldos de Caixa, Depósitos à ordem e descobertos bancários (ver Nota 48 e)). Esta demonstração foi elaborada pelo método directo.

**(xii) Demonstração dos resultados por funções**

A Sociedade elabora a Demonstração dos resultados por funções conforme preconizado pela Directriz Contabilística nº 20 (Ver Nota 49).

**(xiii) Resultado por acção**

O resultado por acção é determinado com base no resultado líquido atribuível aos accionistas da Inapa-IPG e no número médio ponderado de acções em circulação.

## Nota 6

### IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

#### \_impostos correntes

A partir do exercício de 2003, a Sociedade e duas subsidiárias sedeadas em Portugal (Inapa Portugal e Gestinapa) são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, constituído pelas empresas com uma participação igual ou superior a 90% e que cumprem as condições previstas no artigo 63º e seguintes do Código do IRC. A Inapa - IPG, como sociedade dominante, é responsável pelo cálculo do lucro tributável do Grupo, através da soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados nas declarações de rendimentos de cada uma das sociedades dominadas, pertencentes ao Grupo.

O valor do imposto corrente positivo ou negativo é calculado por cada empresa filial com base na sua situação fiscal individual. O eventual ganho ou perda decorrente do regime de tributação consolidada é reconhecido pela Sociedade como proveito ou custo extraordinário no próprio exercício (ver Nota 46).

O pagamento dos impostos sobre lucros é efectuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pela Administração Fiscal dentro dos quatro anos subsequentes. Caso sejam apurados prejuízos fiscais, estes podem ser utilizados nos seis exercícios seguintes, ficando sujeitos a eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais na sequência de revisões que sejam efectuadas às declarações dos exercícios em que são utilizados.

A Sociedade encontra-se sujeita a IRC à taxa normal de 25%, acrescida pela Derrama que corresponde a uma taxa de 1,5%, resultando uma taxa de imposto agregada de 26,5%. A Derrama é aplicada à matéria colectável antes de dedução de prejuízos fiscais.

## \_impostos diferidos

São reconhecidas contabilisticamente, se relevantes, as situações de diferimento de impostos. Os impostos diferidos reconhecidos, correspondem a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos por impostos diferidos são registados quando existam expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos em função da expectativa actual da sua recuperação futura. Os impostos diferidos são registados na demonstração dos resultados, excepto quando relacionados com valores que tenham sido movimentados no capital próprio, facto que implica o seu reconhecimento igualmente no capital próprio.

O valor dos impostos diferidos relativos a 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 é o seguinte:

	31 DEZEMBRO 2009		31 DEZEMBRO 2008		RESULTADO DO EXERCÍCIO DR/(CR)
	BASE	IMPOSTO DIFERIDO	BASE	IMPOSTO DIFERIDO	
<b>IMPOSTO DIFERIDO ACTIVO</b>					
Prejuízos fiscais	10.707	2.677	10.837	2.709	32
Imposto diferido					32
Imposto corrente					13
Imposto sobre o rendimento					45

Os impostos diferidos foram calculados sobre o prejuízo fiscal do Grupo de sociedades. À data de 31 de Dezembro de 2009, o montante por utilizar dos prejuízos fiscais do Grupo de sociedades e os anos limites para a sua utilização são os seguintes:

ANO PREJUÍZO FISCAL	VALOR	ANO LIMITE PARA DEDUÇÃO
2007	9.459	2013
2008	1.248	2014
	10.707	



Em 31 de Dezembro de 2009, o prejuízo fiscal da Sociedade foi apurado da seguinte forma:

2009	
Resultado antes de impostos	1.119,0
Anulação do método da equival. patrimonial	-2.512,4
Outros (a)	-489,0
Prejuízo fiscal	-1.882,4

(a) Corresponde essencialmente à anulação do ganho resultante da tributação pelo Grupo de sociedades (ver Nota 6).

## Nota 7

### VOLUME DE EMPREGO

Durante o exercício a Sociedade teve ao seu serviço, em média, 23 empregados (2008: 24 empregados).

## Nota 8

### IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

Ver Notas 3 (iii) e 10.

## Nota 10

### MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, os movimentos ocorridos nas rubricas do activo immobilizado foram os seguintes:



ACTIVO BRUTO	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>					
Despesas de instalação	3.273,0	-	-	-	3.273,0
Despesas de investigação e desenvolvimento	45,0	-	-	-	45,0
Propriedade industrial e outros direitos	47,7	49,5	-	-	97,2
Imobilizações em curso	-	7,2	-	-	7,2
	<b>3.365,7</b>	<b>56,7</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.422,4</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	9,0	0,3	-	-	9,3
Equipamento de transporte	16,4	-	-9,7	-	6,7
Equipamento administrativo	237,7	37,7	-	-	275,4
Outras imobilizações corpóreas	3,8	-	-	-	3,8
	<b>266,8</b>	<b>38,0</b>	<b>-9,7</b>	<b>-</b>	<b>295,2</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>					
Partes de capital em empresas do grupo e associadas (ver Nota 16)	226.342,4	2.729,6	-441,3	-129,0	228.501,7
Títulos e outras aplicações financeiras	141,4	17.950,0	-4,0	-	18.087,4
Outros empréstimos concedidos	7.628,0	-	-	-	7.628,0
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	25.961,1	-	-	-	25.961,1
	<b>260.073,0</b>	<b>20.679,6</b>	<b>-445,3</b>	<b>-129,0</b>	<b>280.178,2</b>

AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>				
Despesas de instalação	1.090,9	1.090,9	-	2.181,8
Despesas de investigação e desenvolvimento	18,0	9,0	-	27,0
Propriedade industrial e outros direitos	35,7	13,3	-	49,0
	<b>1.144,6</b>	<b>1.113,2</b>	<b>-</b>	<b>2.257,8</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>				
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	2,2	1,2	-	3,4
Equipamento de transporte	16,4	-	-9,7	6,7
Equipamento administrativo	176,2	44,8	-	221,0
Outras imobilizações corpóreas	1,1	0,4	-	1,5
	<b>196,0</b>	<b>46,4</b>	<b>-9,7</b>	<b>232,7</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>				
Títulos e outras aplicações financeiras	124,7	281,9	-	406,6
	<b>124,7</b>	<b>281,9</b>	<b>-</b>	<b>406,6</b>

O movimento ocorrido na rubrica Partes de capital em empresas do grupo resulta essencialmente da (i) aplicação do método da equivalência patrimonial, a que correspondeu um aumento no montante de 2.632 milhares de euros e (ii) um aumento no montante de 97 milhares de euros pelo reforço da participação na Medialivros - Actividades Editoriais, SA e posterior diminuição de 441 milhares de euros corresponde à alienação de 38,2% da participação nessa mesma sociedade, e (iii) da diminuição do montante de 129 milhares de euros correspondente à distribuição de dividendos da Inapa Suíça.

O movimento ocorrido na rubrica de títulos e outras aplicações financeiras, refere-se fundamentalmente à aquisição através da cessão pela subsidiária espanhola do Grupo, dos contratos de locação financeira (Ver Nota 48 (b)) imobiliário e mobiliário, do imóvel destinado a armazém e do respectivo equipamento robotizado sites em Leganés (Madrid). Os bens subjacentes a estes contratos foram posteriormente arrendados à Inapa Espanha, S.A. por um período de 6 anos, encontrando-se as rendas debitadas relativas a esta operação reflectidas em proveitos e ganhos financeiros na rubrica de Rendimentos de investimentos financeiros.

O saldo da rubrica de Outros empréstimos concedidos corresponde ao valor das Junior Notes subscritas no âmbito da operação de titularização de saldos a receber de clientes efectuada por diversas empresas do Grupo Inapa.

A rubrica de Adiantamentos por conta de investimentos financeiros, regista os valores dos adiantamentos efectuados à Gestinapa - SGPS, SA a utilizar para subscrição de futuros aumentos de capital a realizar nesta Sociedade.

Conforme referido na Nota 3 (i), o Goodwill apurado no decurso da aplicação do método da equivalência patrimonial encontra-se registado na rubrica de Partes de capital em empresas do grupo. O Goodwill registado pela Inapa-IPG, juntamente com o restante Goodwill registado nas contas consolidadas do Grupo Inapa, foi atribuído no seu conjunto a cada um dos diversos segmentos de negócio do Grupo e a sua imparidade foi testada igualmente tendo em consideração cada segmento de negócio no conjunto do Grupo. Assim, na sequência do registo em 2006 de uma imparidade ao conjunto do Goodwill do Grupo, não foi praticável quantificar o montante do Goodwill incluído na rubrica acima mencionada.

O Grupo procede anualmente ao cálculo do valor recuperável dos activos e passivos associados à actividade dos vários segmentos de negócio, através da determinação do valor de uso, de acordo com o método de "discounted cash flow".

Os valores dos cálculos foram suportados pelas expectativas do desenvolvimento do mercado, tendo sido elaboradas projecções de "cash flows" futuros, baseados em planos de médio e de longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração que abrangem um período até 2014. As projecções de fluxos de caixa para além do período do plano são extrapoladas, utilizando as taxas de crescimento estimadas apresentadas abaixo. A taxa de crescimento não excede a taxa média de crescimento a longo prazo das diversas actividades.

Os gestores determinam a margem bruta orçada com base na performance passada e nas suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. A taxa de crescimento média ponderada utilizada é consistente com as previsões incluídas nos relatórios do sector. As taxas de desconto utilizadas são depois de impostos e reflectem riscos específicos relacionados com os segmentos relevantes.

Os pressupostos que serviram de base à valorização do Goodwill foram os seguintes:

	2009	2008
Taxa de crescimento das vendas	2%	2%
Margem EBITDA	4,6%	4,6%
Taxa de inflação	2,5%	2,5%
Taxa de desconto após imposto	7,2%	7,7%
Taxa de desconto antes de imposto	8,8%	9,3%

## Nota 12

### CRITÉRIOS DE REAVALIAÇÃO DO IMOBILIZADO

Ver Nota 3 (ii).

## Nota 15

### BENS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Ver Nota 48 e)

## Nota 16

### INFORMAÇÃO RELATIVA A EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a informação financeira relativa a empresas do Grupo e associadas era como segue:

		2009					2008			
PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS DO GRUPO; ASSOCIADAS E OUTRAS	SEDE	ACTIVO*	CAPITAL PRÓPRIO*	RESULTADO LÍQUIDO*	% DE PARTICIPAÇÃO	RESULTADO APROPRIADO	VALOR DE BALANÇO	% DE PARTICIPAÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
<b>A) PORTUGUESAS</b>										
Gestinapa - SGPS, SA	Lisboa	177.825	125.387,1	2.754,0	100,0%	-2.512,6	106.508,8	100,0%	106.508,8	
Medialivros - Actividades Editoriais, SA	Lisboa	**	**	**	3,9%	-89,0	83,1	40,5%	787,5	
Edições Inapa, Lda	Lisboa	2.019,2	20,5	15,5	2,0%	0,0	0,1	0,0%	0,0	
						<b>-2.601,6</b>	<b>106.592,0</b>		<b>107.296,3</b>	
<b>B) ESTRANGEIRAS</b>										
Inapa France, SA	França	210.782,1	142.358,9	118,7	100,0%	-483,0	235.245,1	100,0%	235.245,1	
Inapa Deutschland, GmbH	Alemanha	148.504,2	66.554,1	-2.565,9	47,0%	4.488,0	72.000,0	47,0%	72.000,0	
Inapa Switzerland	Suíça	24.777,7	21.321,7	1.487,4	32,5%	1.109,0	5.123,1	32,5%	5.123,1	
						<b>5.114,0</b>	<b>312.368,2</b>		<b>312.368,2</b>	
Ajuste pela aplicação método da equivalência patrimonial										
							-190.458,5		-193.322,1	
						<b>2.512,4</b>	<b>228.501,7</b>		<b>226.342,4</b>	

\* Informação relativa às demonstrações financeiras estatutárias / \*\* Informação financeira não disponível à data

O resultado apropriado foi apurado após os ajustamentos de regularização no âmbito da aplicação do método da equivalência patrimonial.



## Nota 25

### SALDOS COM O PESSOAL

Os saldos a pagar ao Pessoal ascendem a 269,8 milhares de euros, sendo relativos a férias, subsídios de férias e correspondentes encargos, que serão pagos em 2010. Os saldos a receber ascendem a 21,7 milhares de euros. (2008: 30,1 milhares de euros).

## Nota 32

### RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

A Sociedade prestou várias garantias bancárias, através de diversas instituições financeiras, no valor total de 118.000 milhares de euros, a favor de (i) Inapa France, SAS (6,5 milhões de euros) e, (ii) para efeitos de emissão de papel comercial (111,5 milhões de euros). Adicionalmente foi prestada uma garantia bancária, de carácter operacional e a favor de terceiros no montante de 1.433 milhares de euros.

## Nota 34

### MOVIMENTOS NAS PROVISÕES

	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
Provisão para outros riscos e encargos	100	0	100	0

Em 28 de Março de 2006 a CMVM condenou esta Sociedade numa coima de 300 milhares de euros por infracção ao Art.º 7.º CVM na divulgação dos relatórios e contas relativos aos exercícios de 2002 e 2003.

A Sociedade impugnou judicialmente a decisão da CMVM, tendo por sentença proferida em 22 de Outubro de 2008, o Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa reduzido a coima para 200 milhares de euros. Não se conformando com a sentença proferida, a Sociedade recorreu sucessivamente da mesma para o Tribunal da Relação de Lisboa e para o Tribunal Constitucional. No decorrer do ano de 2009, a Sociedade foi notificada do indeferimento dos recursos interpostos, com o que a decisão proferida pelo Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa se

tornou definitiva. Dessa forma, a provisão de 100 milhares de euros, constituída para o efeito, foi utilizada e reconhecido o diferencial como custo do ano (ver Nota 46).

## Nota 36

### CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, o capital social era representado por 150.000.000 de acções ao portador com o valor nominal de 1,00 euro cada, totalmente subscritas e realizadas.

A Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA, foi notificada ao abrigo dos artigos 16º e 248º - B do Código dos Valores Mobiliários e do Regulamento da CMVM 5 / 2008, da detenção de participações qualificadas pelas seguintes pessoas, singulares ou colectivas:

- Parpública – Participações Públicas, SGPS, SA: - 49.084.738 acções correspondentes a 32,72% do capital e dos direitos de voto;

- Banco Comercial Português, SA, a quem eram de imputar 27.391.047 acções correspondentes 18,26% do capital e dos direitos de voto (\*), e;

- José Augusto Martins Fazendeiro, a quem eram de imputar 3.083.851 acções correspondentes a 2,06% do capital e dos direitos de voto (\*\*).

Não foi esta sociedade notificada, ao abrigo das invocadas disposições legais e regulamentares, de qualquer alteração às participações anteriormente referidas ou por outros titulares a quem sejam de imputar participações sociais atribuindo direitos de votos iguais ou superiores a 2%.

Notas:

(\*) a participação imputável ao Banco Comercial Português, SA decompõe-se da seguinte forma:

- Banco Comercial Português, SA ..... 10.315.846 acções correspondentes a 6,88% dos direitos de voto;
- Fundo de Pensões do Grupo BCP ..... 16.521.635 acções correspondentes a 11,01% dos direitos de voto;
- Banco Millennium BCP investimento, SA ..... 553.566 acções correspondentes a 0,37% dos direitos de voto.

(\*\*) a participação imputável a José Augusto Martins Fazendeiro decompõe-se pela seguinte forma:

- José Augusto Martins Fazendeiro ..... 3.033.851 acções correspondentes a 2,02% dos direitos de voto;
- Albano R.N. Alves - Distribuição de Papel, SA ..... 50.000 acções correspondentes a 0,03% dos direitos de voto.

Em 31 de Dezembro de 2009, a Sociedade não detém acções próprias nem se verificaram neste exercício transacções de acções próprias.

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, os accionistas com participações iguais ou superiores a 2% resumem-se como se segue:



ACCIONISTAS	2009		2008	
	ACCÕES	%	ACCÕES	%
Parpública – Participações Públicas (SGPS), SA	49.084.738	32,72%	49.084.738	32,72%
Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português	16.521.635	11,01%	16.521.635	11,01%
Banco Comercial Português	10.315.846	6,88%	10.315.846	6,88%
Cofihold, SGPS, SA	-	-	6.494.896	4,33%
Banco Millennium BCP Investimento, SA	553.566	0,37%	553.566	0,37%
José Augusto Martins Fazendeiro:				
Próprias	3.033.851	2,02%	3.033.851	2,02%
Albano R. N. Alves-Distribuição de Papel, SA	50.000	0,03%	50.000	0,03%

## Nota 40

### MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO NAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, os movimentos no capital próprio foram os seguintes:

	MOVIMENTO DO PERÍODO			SALDO FINAL
	SALDO INICIAL	AUMENTOS/ DIMINUIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS/ DISTRIBUIÇÕES	
Capital	150.000,0	-	-	150.000,0
Prémios de emissão de acções	2.937,3	-	-	2.937,3
Ajust. partes de capital em empresas do grupo e associadas	1.166,7	119,8	-	1.286,5
Reservas legais	7.500,0	-	-	7.500,0
Outras reservas	225,5	-	-	225,5
Resultados transitados	-10.362,1	-	-96,1	-10.458,2
Resultado líquido do exercício	-96,1	1.074,2	96,1	1.074,2
	<b>151.371,3</b>	<b>1.194,0</b>	<b>-</b>	<b>152.565,2</b>

Na Assembleia Geral realizada a 29 de Abril de 2009, foi aprovada a transferência dos resultados negativos do exercício de 2008 no montante de 96.110,92 euros para resultados transitados.

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

## Nota 43

### REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Inapa - IPG nos exercícios de 2009 e de 2008 foram as seguintes:

	2009	2008
Conselho de administração	716	702

## Nota 42

### DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O custo das prestações de serviços evidenciado na Demonstração dos resultados por funções do exercício ascende a 3.484 milhares de euros e é constituído, fundamentalmente, por custos com pessoal, despesas com deslocações e estadas e amortizações.



## Nota 45

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios de 2009 e de 2008, analisam-se como segue:

	<b>EXERCÍCIOS</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>CUSTOS E PERDAS</b>		
Juros suportados	7.470,5	11.256,5
Perdas em empresas associadas	3.084,6	2.431,4
Amortizações de invest. financeiros	281,9	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	138,5	454,7
Perdas alien. aplic. tesouraria	340,6	-
Outros custos e perdas financeiros	2.217,8	2.473,9
	13.534,0	16.616,5
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-5.548,7</b>	<b>-7.957,4</b>
	<b>7.985,3</b>	<b>8.659,1</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>		
Juros obtidos	1.655,7	2.968,0
Ganhos em empresas associadas	5.597,0	5.691,0
Rendimentos de investimentos financeiros	291,7	-
Diferenças de câmbio favoráveis	110,2	0,1
Ganhos alien. aplic. tesouraria	330,7	-
	<b>7.985,3</b>	<b>8.659,1</b>

As rubricas de Ganhos e Perdas em associadas reflectem a aplicação nos resultados do método de equivalência patrimonial.

## Nota 46

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários nos exercícios de 2009 e de 2008, analisam-se como segue:

	<b>EXERCÍCIOS</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>CUSTOS E PERDAS</b>		
Donativos	10,1	11,0
Perdas em imobilizações (Nota 10)	91,3	113,6
Multas e penalidades (Nota 34)	102,1	6,4
Correcções relativas a exercícios anteriores	62,5	35,1
Outros custos e perdas extraordinários	-	-
	265,9	166,1
<b>Resultados extraordinários</b>	<b>423,0</b>	<b>935,3</b>
	<b>688,9</b>	<b>1.101,5</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>		
Restituição de impostos	-	6,5
Ganhos em imobilizações (Nota 10)	1,7	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	34,7	54,9
Outros proveitos e ganhos extraordinários (a)	652,5	1.040,0
	<b>688,9</b>	<b>1.101,5</b>

(a) corresponde ao ganho com a tributação pelo Grupo de Sociedades (ver Nota 6).

A rubrica de Perdas em imobilizações corresponde à menos valia obtida com a alienação a terceiros dos 38,2% da participação na Medialivros - Actividades Editoriais, SA.

## Nota 48

### OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS

#### a) Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 não existiam dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos. Os saldos com estas entidades eram os seguintes:

	SALDOS DEVEDORES		SALDOS CREDORES	
	2009	2008	2009	2008
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.954,8	284,0	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	443,2	414,9	93,9	-
Segurança Social	-	-	36,1	31,2
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - retenções na fonte	-	-	69,2	161,7
	<b>2.398,0</b>	<b>698,9</b>	<b>199,2</b>	<b>192,9</b>





**b)** Saldos com empresas do Grupo, associadas e outras

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, os saldos com empresas do Grupo eram como segue:

EMPRESA	ACTIVO CURTO PRAZO				ACTIVO MLP	PASSIVO			
	CLIENTES	EMPRESAS DO GRUPO	ACRES. E DIFERIMENTOS	OUTROS DEVEDORES	ACCIONISTAS	EMPRÉSTIMO OBRIGACIONISTA	EMPRES. GRUPO MLP	GRUPO CP	ACRÉSC. E DIFERIMENTOS
Gestinapa - SGPS, SA	-	22.015,8	-	25,6	-	-	-	-	-
Inapa Portugal, SA	69,5	51,2	-	2.351,7	-	-	-	224,5	-
Edições Inapa, Lda	-	1.792,0	-	-	-	-	-	-	-
Inapa France, SA	169,7	1.313,6	-	-	-	36.750,0	-	550,5	35,9
Inapa Espanha, SA	29,2	9,0	-	-	-	-	-	0,5	-
Inapa Deutschland, GmbH	118,8	14,8	-	-	20.517,0	-	-	-	-
Papier Union	274,5	5.600,1	-	-	-	-	-	-	-
Tavistock	32,7	0,1	-	-	-	-	-	-	-
Inapa Suisse	276,4	1,3	-	-	-	-	1.415,5	1.415,5	17,7
Outras	14,2	4,5	-	-	-	-	-	-	-
	<b>984,9</b>	<b>30.802,5</b>	<b>-</b>	<b>2.377,3</b>	<b>20.517,0</b>	<b>36.750,0</b>	<b>1.415,5</b>	<b>2.191,0</b>	<b>53,7</b>
<b>2008</b>									
Gestinapa - SGPS, SA	-	27.498,5	-	-	-	-	-	-	-
Inapa Portugal, SA	63,5	3,8	-	1.895,0	-	-	-	-	-
Medialivros, SA	6,8	12,2	-	-	-	-	-	-	-
Inapa France, SA	199,8	4.597,6	8,5	-	-	36.750,0	-	-	58,3
Inapa Espanha, SA	90,8	0,6	-	-	-	-	-	-	-
Inapa Deutschland, GmbH	125,0	0,7	299,4	-	24.517,0	-	-	-	-
Papier Union	290,9	5,8	-	-	-	-	-	-	-
Tavistock	165,0	0,1	-	-	-	-	-	-	-
Inapa Suisse	303,0	0,7	-	-	-	-	1.414,1	-	22,1
Outras	85,8	38,4	-	-	-	-	-	-	-
	<b>1.330,6</b>	<b>32.158,4</b>	<b>307,9</b>	<b>1.895,0</b>	<b>24.517,0</b>	<b>36.750,0</b>	<b>1.414,1</b>	<b>-</b>	<b>80,4</b>

Os saldos a receber da Gestinapa - SGPS, SA e Edições Inapa, Lda não vencem juros nem têm prazo fixado de reembolso. Os saldos a receber registados em Empresas do Grupo relativos à Inapa France, SA e à Inapa Deutschland, GmbH e à Papier Union vencem juros a taxas correntes de mercado.

Conforme referido na Nota 10, a rubrica de Fornecedores de imobilizado de curto prazo inclui o montante de 10.868 milhares de euros a pagar à Inapa Espanha, relativo ao valor de cessão dos contratos de locação financeira imobiliária e mobiliária, cujo vencimento ocorrerá em Março de 2010, de acordo com o definido contratualmente (ver Nota 10).

### c) Empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 as rubricas de empréstimos analisam-se como segue:

	2009	2008
<b>MÉDIO E LONGO PRAZO</b>		
Empréstimos por obrigações	36.750,0	36.750,0
Dívidas a instituições de crédito	22.588,8	22.728,8
	<b>59.338,8</b>	<b>59.478,8</b>
<b>CURTO PRAZO</b>		
Empréstimos por obrigações	-	-
Dívidas a instituições de crédito	128.507,3	137.119,9
	<b>128.507,3</b>	<b>137.119,9</b>
	<b>187.846,1</b>	<b>196.598,7</b>

Os empréstimos por obrigações correspondem a uma emissão de obrigações efectuada pela Inapa – IPG com reembolso integral em Junho de 2013, vencendo juros a uma taxa Euribor a 12 meses, acrescida de um spread. Em 31 de Dezembro de 2009 estas obrigações encontravam-se na posse da Inapa France, SA. (Nota 48 b).

A rubrica de Dívidas a instituições de crédito de médio e longo prazo e curto prazo (22.588,8 milhares de euros) e curto prazo (4.916,2 milhares de euros) incluem dois financiamentos bancários com vencimentos em 2010, 2011, 2012 e 2013.

A rubrica de Dívidas a instituições de crédito de curto prazo inclui 106.500 milhares de euros, correspondentes à emissão de papel comercial, junto de seis instituições financeiras, reembolsáveis pelo seu valor nominal, durante o prazo de um ano, renovável num período de 5 anos. O restante saldo desta rubrica corresponde a descobertos bancários e contas caucionadas.

Os saldos correspondentes à emissão de papel comercial e descobertos bancários com o Banco Comercial Português, SA ascendem, respectivamente, a cerca de 28.000 milhares de euros e 4.591,1 milhares de euros.

As dívidas a instituições de crédito vencem juros a taxas correntes de mercado.

### d) Outros devedores e credores – médio e longo prazo

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os Outros devedores registados a médio e longo prazo correspondem a um crédito de 16,7 milhões de euros sobre Fimopriv H, SA decorrente da aquisição por esta sociedade de participações de que Inapa - IPG era titular. A Inapa – IPG admite, no futuro, vir a mobilizar este seu crédito para aquisição da participação de que Fimopriv H, SA é titular no capital de Papier Union, GmbH.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2009, encontra-se registada a dívida a receber decorrente da alienação a terceiros da participação detida na Medialivros-Actividades Editoriais, SA, no montante de 347,5 milhares de euros, cujo vencimento

Caixa  
Depósitos bancários  
Títulos negociáveis  
Descobertos bancários

### e) Fornecedores de Imobilizado - médio e longo prazo e curto prazo

Adicionalmente ao referido na alínea b), a rubrica de Fornecedores de imobilizado de médio e longo prazo (5.488,4 milhares de euros) e de curto prazo (777,8 milhares de euros) em 2009 correspondem ao valor em dívida para com o BPI leasing originado com dois contratos de locação financeira com vencimento em 2012 e 2017.

### f) Demonstração dos fluxos de caixa

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, as rubricas de caixa e seus equivalentes detalham-se como segue:

	2009	2008
Caixa	4,5	4,4
Depósitos bancários	214,0	178,6
Títulos negociáveis	-	-
Descobertos bancários	-20.891,2	-18.409,4
	<b>-20.672,7</b>	<b>-18.226,3</b>

ocorrerá faseadamente entre os anos de 2011 a 2014.

Em 31 de Dezembro de 2008 os Outros credores registados a médio e longo prazo incluíam a dívida no valor de 1.431,9 milhares de euros relacionada com a aquisição da parte remanescente que ainda não era detida do capital da Inapa Suíça.

### g) Proveitos suplementares

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a rubrica de Proveitos Suplementares corresponde fundamentalmente a proveitos obtidos pela Sociedade com a intervenção em processos de negociação envolvendo o Grupo Inapa. Deste valor, cerca de 5.885 milhares de euros (2008: 5.733,8 milhares de euros) encontram-se registados em Acréscimos de proveitos.

## Nota 49

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

A demonstração dos resultados por funções foi preparada em conformidade com o estabelecido pela Directriz Contabilística nº 20, a qual apresenta um conceito de resultados extraordinários diferente do definido no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para a preparação da Demonstração dos resultados por natureza. Assim, em 2009 o valor dos resultados extraordinários (423 milhares de euros) apresentado na Demonstração dos resultados por natureza (ver Nota 46), foi reclassificado para as rubricas de outros custos operacionais (265,9 milhares de euros) e para outros proveitos e ganhos operacionais (688,9 milhares de euros), o que proporciona as seguintes diferenças nas diversas naturezas de resultados:



	POR NATUREZAS	RECLASSIFICAÇÃO	POR FUNÇÕES
Resultados operacionais	6.254	423	6.677
Resultados financeiros	- 5.558	-	- 5.558
Resultados correntes	696	423	1.119
Resultados extraordinários	423	- 423	-
Imposto sobre o rendimento	-45	-	-45
Resultado líquido do exercício	1.074	-	1.074

## Nota 50

### INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Sociedade dando seguimento ao disposto na Directriz Contabilística nº 27, deverá complementar a informação financeira existente por segmento de actividade. Esta informação foi preparada pela Sociedade em termos consolidados, pelos segmentos de negócio associados à distribuição de papel e segmentos relativos às actividades de packaging, factoring e visual communication. Contudo, em virtude da especificidade do objecto da informação em termos de contas individuais (ver introdução), o Balanço e a Demonstração dos resultados anexos caracterizam-se pela apresentação como um único segmento de negócio, nomeadamente como prestadora de serviços às empresas do Grupo.

## Nota 51

### CONTINGÊNCIAS

#### passivos contingentes

Em 1 de Agosto de 2007, Papelaria Fernandes – Indústria e Comércio, SA interpôs contra a Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA e suas subsidiárias Inaprest – Prestação de Serviços, Participações e Gestão, SA (sociedade extinta) e Inapa Portugal – Distribuição de Papel, SA uma acção na qual pede, em síntese:

#### a anulação dos seguintes actos:

- de constituição em Junho de 2006 de um penhor mercantil para contra-garantia das cartas de conforto emitidas por Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA como

garantia dos financiamentos mantidos por aquela sociedade junto ao Banco Espírito Santo e da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo;

- dos negócios efectuados em 1991 de concentração das actividades de distribuição de papel na SDP (actual Inapa Portugal) e de produção e comercialização de envelopes na Papelaria Fernandes;
- da aquisição em 1994 da participação detida pela Papelaria Fernandes na SDP (actual Inapa Portugal);
- da compensação de créditos levada a cabo, também em 1994, entre a Papelaria Fernandes e a Inaprest.

### a condenação da Inapa:

- a manter as cartas de conforto emitidas em favor do Banco Espírito Santo e da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo;
- a indemnizar a Papelaria Fernandes em caso de eventual mobilização do penhor mercantil como contra-garantia das cartas de conforto.
- A Papelaria Fernandes – Indústria e Comércio, SA veio, posteriormente, a regularizar as suas responsabilidades perante o Banco Espírito Santo e a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo pelo que:
- as cartas de conforto emitidas pela Inapa - IPG deixaram de ter objecto, tendo sido devolvidas pelos respectivos beneficiários;
- esta Sociedade comunicou, em consequência, à Papelaria Fernandes – Indústria e Comércio, SA a verificação da condição resolutive do penhor mercantil por esta constituído em seu favor.

A acção, à qual foi atribuída um valor de 24.460 milhares de euros, foi contestada pela Inapa - IPG e pela sua subsidiária Inapa Portugal – Distribuição de Papel, SA, aguardando-se presentemente que o Tribunal determine os efeitos na acção da dissolução/liquidação da Inaprest – Prestação de Serviços, Participações e Gestão, SA. O Grupo Inapa entende que do referido processo não deverão resultar encargos relevantes, não tendo sido constituída qualquer provisão.

## Nota 52

### EVENTOS SUBSEQUENTES

**a)** O Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho aprova a criação do novo Sistema de Normalização Contabilística, designado por SNC, revogando o POC, normativo contabilístico actualmente em vigor. A aplicação do SNC é obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2010 e obriga à apresentação de informação comparativa



relativa ao exercício de 2009.

Assim, a Empresa irá aplicar o SNC para o exercício de 2010, pelo que terá de proceder à re-expressão das demonstrações financeiras do exercício de 2009, de acordo com a versão das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010.

A Empresa está a avaliar os impactos da adopção do SNC ao nível dos resultados do exercício e do Capital próprio, bem como o impacto nas suas políticas de gestão do capital e distribuição de dividendos.

O efeito dos impactos acima referidos, na data de transição, será registado essencialmente em resultados transitados, que, consoante a sua magnitude, podem afectar significativamente os rácios e as políticas futuras de financiamento e de distribuição de resultados da Empresa.

**b)** Após 31 de Dezembro de 2009, ocorreu o seguinte evento que merece destaque:

- Anúncio da entrada da Inapa para o índice PSI20.

## INFORMAÇÕES REFERIDAS NO ART.º 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

ACÇÕES DETIDAS PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

### Conselho de Administração

EUROS	QUANTIDADE	DIREITOS DE VOTO
Dr. Vasco Luís Schulthess de Quevedo Pessanha	1.020.000	0,68%
detidas por pessoas ou entidades contempladas no art.º 447º e no n.º 2 do art.º 1º do Regulamento CMVM 7 / 2001 na redacção do Regulamento CMVM 10 / 2005	980.000	0,65%
Dr. José Manuel Félix Morgado	563.631	0,38%
Dr. Jorge Armindo Carvalho Teixeira	0	0%
Dr. Arndt Klippgen	0	0%
Dr. Pedro Maria Cabral Norton de Matos	0	0%
Dr. Abílio Ramos Marques	0	0%
detidas por pessoas ou entidades contempladas no art.º 447º e no n.º 2 do art.º 1º do Regulamento CMVM 7 / 2001 na redacção do Regulamento CMVM 10 / 2005	49.084.738	32,72%
Dr. Emídio de Jesus Maria	0	0%

### Revisor Oficial de Contas

EUROS	QUANTIDADE	DIREITOS DE VOTO
PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda, representada por Ricardo Filipe de Frias Pinheiro - ROC Efectivo	0	0
José Manuel Henriques Bernardo, ROC Suplente	0	0

**AQUISIÇÕES, OPERAÇÕES OU CESSAÇÕES DE TITULARIDADE DE ACÇÕES EMITIDAS POR INAPA – INVESTIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E GESTÃO, SA ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2009 E 31 DE DEZEMBRO DE 2009**

## Vasco Luís Schulthess de Quevedo Pessanha

DATA	QUANTIDADE	PREÇO	MEIO
05.01	20.000	€ 1,00	Compra / transacção fora de Bolsa
02.03	500.000	€ 0,28	Venda / transacção fora de Bolsa
28.07	500.000	€ 0,90	Compra / transacção fora de Bolsa

Acções detidas por pessoa ou entidade contemplada no art.º 447º:

### Sagritávora - Sociedade Agrícola da Quinta do Távora, SA

DATA	QUANTIDADE	PREÇO	MEIO
02.03	500.000	€ 0,28	Compra / transacção fora de Bolsa
28.07	500.000	€ 0,90	Venda / transacção fora de Bolsa

### Sociedade Agrícola da Quinta dos Buxeiros, Lda

DATA	QUANTIDADE	PREÇO	MEIO
05.01	20.000	€ 1,00	Venda / transacção fora de Bolsa

### Informações referidas no art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais e 16.º CVM

Accionistas titulares de participações qualificadas a 31 de Dezembro de 2009

	Nº DE ACÇÕES	% DO CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO
Parpública - Participações Públicas SGPS, SA	49.084.738	32,72%	32,72%
Participação imputável ao Millennium BCP (artº 20 do CVM)	27.391.047	18,26%	18,26%
Banco Comercial Português, SA	10.315.846	6,88%	6,88%
Fundo de Pensões do Grupo BCP	16.521.635	11,01%	11,01%
Banco Millennium BCP Investimento, SA	553.566	0,37%	0,37%
Jorge Augusto Martins Fazendeiro	3.083.851	2,06%	2,06%
Próprias	3.033.851	2,02%	2,02%
Acções detidas por pessoa ou entidade contemplada no artº 447	50.000	0,03%	0,03%

## CONSUMÍVEIS DE ESCRITÓRIO

A venda e distribuição de papéis de escritório, representa cerca de 25% da facturação total do Grupo. Os clientes são todo o tipo de entidades que apresentem necessidades particulares e um nível de serviço bastante exigente. Para eles, a Inapa desenvolveu a filosofia *one stop shop*, criando um ponto de contacto e fornecimento

único disponibilizando para além do papel todo o tipo de consumíveis de escritório - *Office Supplies*.

Através da sua marca de papéis Office Inapa Tecno, o Grupo disponibiliza também uma variedade de *tonners* e tintas com um desempenho semelhante ao dos produtos originais.



# 405

RELATÓRIO DO  
AUDITOR E CERTIFI-  
CAÇÃO LEGAL DE  
CONTAS INDIVIDUAIS

# '05

## RELATÓRIO DO AUDITOR E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS INDIVIDUAIS

### INTRODUÇÃO

#### 1.

Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de €368.736 milhares e um total de capital próprio de €152.565 milhares, incluindo um resultado líquido de €1.074 milhares), as Demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### RESPONSABILIDADES

#### 2.

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

#### 3.

A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

## ÂMBITO

### 4.

O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

### 5.

O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

### 6.

Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## OPINIÃO

### 7.

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas

operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, derogados pela aplicação de Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme referido na Nota 1 do Anexo às demonstrações financeiras, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

## ÊNFASE

### 8.

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para que, conforme referido na Nota 51 do Anexo, em 2007 a Papelaria Fernandes – Indústria e Comércio, SA interpôs contra a Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA uma acção relativa a factos ocorridos em anos anteriores. A Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA considera que não tem qualquer responsabilidade relevante para com a Papelaria Fernandes – Indústria e Comércio, SA em resultado das operações referidas no processo interposto por esta, pelo que não procedeu à constituição de qualquer provisão nas demonstrações financeiras.

Lisboa, 16 de Abril de 2010

PricewaterhouseCoopers & Associados.  
SROC, Lda

Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários  
sob o nº 9077

representada por:

Ricardo Filipe de Frias Pinheiro, R.O.C.

## CONSUMÍVEIS DE ESCRITÓRIO

O recarregamento de toners das máquinas de impressão, industriais ou de uso particular, evita que produtos poluentes e não biodegradáveis sejam depositados na Natureza. Esta é mais uma forma da Inapa deixar a sua “marca verde” numa área de negócio que se desenvolveu bastante nos últimos

anos, na defesa dos critérios da sustentabilidade.

O serviço disponibilizado ajuda, ainda, a que os próprios consumidores sejam incluídos numa prática ambientalmente mais correcta.



2006

CONTAS  
CONSOLIDADAS

# '06

## CONTAS CONSOLIDADAS

### BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 31 DE DEZEMBRO DE 2008

Montantes expressos em milhares de Euros

	NOTAS	31 DEZEMBRO 2009	31 DEZEMBRO 2008
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	7	101.298	104.288
Goodwill	8	138.871	137.941
Outros activos intangíveis	9	110.941	106.239
Partes de capital em empresas associadas	10	1.104	1.594
Activos financeiros disponíveis para venda	11	9.294	13.531
Outros activos não correntes	15	18.933	18.547
Activos por impostos diferidos	12	22.374	26.923
<b>Total do activo não corrente</b>		<b>402.815</b>	<b>409.063</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	13	65.292	83.427
Clientes	14	174.240	210.120
Impostos a recuperar	15	7.567	9.829
Outros activos correntes	15	42.135	44.636
Caixa e equivalentes de caixa	16	7.621	5.345
<b>Total do activo corrente</b>		<b>296.855</b>	<b>353.357</b>
Activos de operações descontinuadas	32	297	391
<b>Total do activo</b>		<b>699.967</b>	<b>762.811</b>

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

**BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 31 DE DEZEMBRO DE 2008**

Montantes expressos em milhares de Euros

	NOTAS	31 DEZEMBRO 2009	31 DEZEMBRO 2008
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital social	18	150.000	150.000
Acções próprias		-	-
Prémios de emissão de acções	19	2.937	2.937
Reservas	19	41.165	41.291
Resultados Transitados	19	-44.753	-46.006
Resultado líquido do exercício		2.165	1.007
		<b>151.514</b>	<b>149.229</b>
Interesses minoritários	21	1.033	1.033
<b>Total do capital próprio</b>		<b>152.547</b>	<b>150.262</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Empréstimos	22	97.610	102.733
Financiamentos associados a activos financeiros	22	-	134.770
Passivos por impostos diferidos	12	18.888	21.622
Provisões	23	825	4.583
Benefícios concedidos a empregados	24	3.075	2.932
Outros passivos não correntes	25	11.443	15.744
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>131.841</b>	<b>282.384</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Empréstimos	22	210.070	228.922
Financiamentos associados a activos financeiros	22	109.244	-
Fornecedores	25	54.012	59.707
Impostos a pagar	25	10.642	11.364
Outros passivos correntes	25	31.611	30.172
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>415.579</b>	<b>330.165</b>
Passivos de operações descontinuadas		-	-
<b>Total do capital próprio e passivo</b>		<b>699.967</b>	<b>762.811</b>

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS SEPARADA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009**

Montantes expressos em milhares de Euros

	NOTAS	2009		2008	
		31 DEZEMBRO	4º TRIMESTRE (Não auditado)	31 DEZEMBRO	4º TRIMESTRE (Não auditado)
<b>TONELADAS</b>		<b>887.361</b>	<b>225.626</b>	<b>983.661</b>	<b>251.198</b>
Vendas e prestação de serviços	26	946.294	237.751	1.052.095	261.475
Outros rendimentos	26	24.539	6.570	25.988	1.016
<b>Total de rendimentos</b>		<b>970.833</b>	<b>244.321</b>	<b>1.078.083</b>	<b>262.491</b>
Custo das vendas		-777.583	-193.416	-872.105	-208.784
Alteração nos inventários		-	-	-	-
Custos com pessoal	27	-77.425	-20.223	-77.938	-20.555
Outros custos	28	-85.825	-21.638	-87.738	-21.996
		<b>29.999</b>	<b>9.044</b>	<b>40.302</b>	<b>11.156</b>
Depreciações e amortizações	29	-6.291	-1.822	-6.706	-1.800
Imparidade de activos não correntes		-	-	-	-
Ganhos/(Perdas) em associadas		-80	3	-252	-85
Função financeira	30	-18.710	-3.837	-31.890	-8.509
<b>Resultados antes de impostos e de operações descontinuadas</b>		<b>4.919</b>	<b>3.389</b>	<b>1.454</b>	<b>763</b>
Imposto sobre o rendimento	31	-2.651	-1.721	-396	-279
<b>Resultado líquido do exercício antes de operações descontinuadas</b>		<b>2.267</b>	<b>1.668</b>	<b>1.058</b>	<b>484</b>
Resultado líquido do exercício das operações descontinuadas	32	-	-	56	56
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>2.267</b>	<b>1.668</b>	<b>1.114</b>	<b>540</b>
<b>Atribuível a :</b>					
Detentores do capital da empresa-mãe		2.165	1.668	1.007	536
Interesses minoritários		102	-	107	4
<b>Resultado por acção de operações continuadas - €</b>					
Básico	20	0,014	0,011	0,007	0,004
Diluído	20	0,014	0,011	0,007	0,004
<b>Resultado por acção de operações descontinuadas - €</b>					
Básico	20	0,000	0,000	0,000	0,000
Diluído	20	0,000	0,000	0,000	0,000

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

## DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Montantes expressos em milhares de Euros

	2009		2008	
	31 DEZEMBRO	4º TRIMESTRE (Não auditado)	31 DEZEMBRO	4º TRIMESTRE (Não auditado)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DE INTERESSES MINORITÁRIOS</b>	<b>2.267</b>	<b>1.668</b>	<b>1.114</b>	<b>540</b>
Justo valor de investimentos financeiros disponíveis para venda	-75	-	-	-
Diferenças de conversão cambial	303	331	1.499	917
<b>Rendimento reconhecido directamente no capital próprio</b>	<b>228</b>	<b>331</b>	<b>1.499</b>	<b>917</b>
<b>Total dos Rendimentos e Gastos reconhecidos no exercício</b>	<b>2.495</b>	<b>1.999</b>	<b>2.613</b>	<b>1.457</b>
<b>Atribuível a :</b>				
Detentores do capital da empresa-mãe	2.393	1.999	2.506	1.453
Interesses minoritários	102	-	107	4
	<b>2.495</b>	<b>1.999</b>	<b>2.613</b>	<b>1.457</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009**

Método directo - Montantes expressos em milhares de Euros

	NOTAS	2009		2008	
		31 DEZEMBRO	4º TRIMESTRE	31 DEZEMBRO	4º TRIMESTRE
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>			(Não auditado)		(Não auditado)
Recebimentos de clientes		1.018.103	286.210	1.121.418	278.663
Pagamentos a fornecedores		-805.215	-201.945	-945.115	-239.646
Pagamentos ao pessoal		-73.878	-21.826	-83.596	-19.837
<b>Fluxos gerados pelas operações</b>		<b>139.010</b>	<b>62.439</b>	<b>92.707</b>	<b>19.181</b>
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-694	-	-1.388	-530
Recebimento do imposto sobre o rendimento		96	88	528	29
Outros recebimentos relativos à actividade operacional		77.339	22.443	81.780	16.405
Outros pagamentos relativos à actividade operacional		-133.754	-61.503	-144.183	-42.693
<b>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</b>		<b>81.997</b>	<b>23.467</b>	<b>29.444</b>	<b>-7.609</b>
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		-	-	-	-
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		-	-	-	-
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>	<b>  1  </b>	<b>81.997</b>	<b>23.467</b>	<b>29.444</b>	<b>-7.609</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Recebimentos provenientes de:					
Investimentos financeiros		4.067	4.067	650	-
Imobilizações corpóreas		358	17	4.138	344
Imobilizações incorpóreas		2	1	4	4
Juros e proveitos similares		1.413	739	6.140	918
Dividendos		-	-	-	-
Adiantamentos para despesas de conta de terceiros		-	-	150	150
		<b>5.839</b>	<b>4.824</b>	<b>11.082</b>	<b>1.416</b>
Pagamentos respeitantes a:					
Investimentos financeiros		-3.634	-704	-8.227	-1.418
Imobilizações corpóreas		-1.642	-277	-2.798	-376
Imobilizações incorpóreas		-4.145	-1.928	-1.264	-618
Adiantamentos para despesas de conta de terceiros		-	57	-	-
Empréstimos concedidos		-799	-744	-3.200	-3.200
		<b>-10.220</b>	<b>-3.597</b>	<b>-15.489</b>	<b>-5.613</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>	<b>  2  </b>	<b>-4.381</b>	<b>1.227</b>	<b>-4.407</b>	<b>-4.196</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Recebimentos provenientes de:					
Empréstimos obtidos		40.906	15.787	119.046	53.166
Aumentos de capital, prest. suplementares e prémios de emissão		5	5	618	618
Aplicações de tesouraria		-	-	-	-
		<b>40.911</b>	<b>15.792</b>	<b>119.665</b>	<b>53.784</b>
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos obtidos		-85.248	-49.007	-198.892	-60.462
Amortizações de contratos de locação financeira		-2.390	-984	-1.264	-106
Juros e custos similares		-21.784	-8.453	-33.933	-10.508
Dividendos		-	-	-	-
Aplicações de tesouraria		-	-	-	-
		<b>-109.422</b>	<b>-58.443</b>	<b>-234.089</b>	<b>-71.076</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>	<b>  3  </b>	<b>-68.511</b>	<b>-42.652</b>	<b>-114.424</b>	<b>-17.291</b>
Variação de caixa e seus equivalentes	<b>  4   =   1   +   2   +   3  </b>	9.105	-17.958	-89.386	-29.096
Efeito das diferenças de câmbio		31	-5	1.746	1.775
		<b>9.136</b>	<b>-17.963</b>	<b>-87.641</b>	<b>-27.321</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período		-94.717	-	-7.076	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16	-85.581	-17.963	-94.717	-27.321
		<b>9.136</b>	<b>-17.963</b>	<b>-87.641</b>	<b>-27.321</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2009

Montantes expressos em milhares de Euros

### ATRIBUÍVEL AOS DETENTORES DE CAPITAL PRÓPRIO DO GRUPO

	CAPITAL	ACCÇÕES PRÓPRIAS	PRÉMIO DE EMISSÃO DE ACCÇÕES	RESERVAS CONVERSÃO CAMBIAL	RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	TOTAL	INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO
<b>SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2008</b>	<b>150.000</b>	-	<b>2.937</b>	<b>-263</b>	<b>-5.871</b>	<b>146.803</b>	<b>1.318</b>	<b>148.121</b>
Total dos rendimentos e gastos reconhecidos no período	-	-	-	1.499	-	1.499	-	1.499
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-102	-102
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-85	-85	-290	-375
Outras variações	-	-	-	-	5	5	-	5
	-	-	-	<b>1.499</b>	<b>-80</b>	<b>1.419</b>	<b>-392</b>	<b>1.027</b>
Resultado líquido do período	-	-	-	-	1.007	1.007	107	1.114
<b>Total Ganhos e perdas do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.499</b>	<b>927</b>	<b>2.426</b>	<b>-285</b>	<b>2.141</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>150.000</b>	<b>-</b>	<b>2.937</b>	<b>1.236</b>	<b>-4.944</b>	<b>149.229</b>	<b>1.033</b>	<b>150.262</b>
<b>SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2009</b>	<b>150.000</b>	<b>-</b>	<b>2.937</b>	<b>1.236</b>	<b>-4.944</b>	<b>149.229</b>	<b>1.033</b>	<b>150.262</b>
Total dos rendimentos e gastos reconhecidos no período	-	-	-	303	-75	228	-	228
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-57	-57	-102	-159
Outras variações	-	-	-	-	-51	-51	-	-51
	-	-	-	<b>303</b>	<b>-183</b>	<b>120</b>	<b>-102</b>	<b>18</b>
Resultado líquido do período	-	-	-	-	2.165	2.165	102	2.267
<b>Total Ganhos e perdas do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>303</b>	<b>1.982</b>	<b>2.285</b>	<b>-</b>	<b>2.285</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>150.000</b>	<b>-</b>	<b>2.937</b>	<b>1.539</b>	<b>-2.962</b>	<b>151.514</b>	<b>1.033</b>	<b>152.547</b>

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

## DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS DE EMBALAGEM

A distribuição de materiais de embalagem é o negócio complementar com mais peso na Inapa, proporcionando uma facturação de 29,8 milhões de euros. Distribuído por duas empresas alemãs, a HTL Verpackung e a Hennesen Potthoff, e pela francesa Carton Service.

Trata-se de um mercado diversificado, englobando caixas de cartão, sacos de plástico, fitas adesivas, caixas arquivadoras, paletes e outros equipamentos e materiais. Paralelamente, a Inapa desenvolve tecnologias e conceitos de embalagem exclusiva. Prevê-se o desenvolvimento desta área de negócio, que tem sinergias interessantes com a área de distribuição.



07

NOTAS ÀS  
DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS

# '07

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DO EXERCÍCIO FINDO  
EM 31 DE DEZEMBRO  
DE 2009 valores  
expressos em milhares  
de euros, excepto quando  
especificamente referido.



### Nota 1 INTRODUÇÃO

A Inapa - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. (Inapa - IPG) é a sociedade dominante do Grupo Inapa e tem por objecto social a propriedade e a gestão de bens, móveis e imóveis, a tomada de participações no capital de outras sociedades, a exploração de estabelecimentos comerciais e industriais, próprios ou alheios, e a prestação de assistência às empresas em cujo capital participe. A Inapa - IPG encontra-se cotada na Euronext Lisbon.

Sede Social: Rua Castilho 44, 3º  
1250-071 Lisboa, Portugal  
Capital Social: 150.000.000 euros  
N.I.P.C.: 500 137 994

O Grupo integra uma "sub-holding" (Gestinapa - SGPS, S.A.), que concentra as participações afectas à Distribuição.

Em resultado do seu plano de desenvolvimento e internacionalização, o Grupo Inapa detém participações, na área da Distribuição, em vários países da Europa, nomeadamente (i) Inapa Deutschland, GmbH sediada na Alemanha, que detém participações na Papier Union, GmbH, a qual é por sua vez titular do capital das sociedades Inapa Packaging, GmbH, Inapa VisualCom, GmbH e PMF- Factoring, GmbH, igualmente sediadas nesse país, (ii) Inapa France, SA e empresas subsidiárias, operando em França e Belux, (iii) Inapa Suisse subsidiária controlada directamente e, indirectamente através da Inapa Deutschland,

GmbH que opera no mercado suíço, (iv) Inapa Portugal – Distribuição de Papel, SA empresa portuguesa do Grupo, (v) Inapa España Distribución Ibérica, SA, operando em Espanha e que detém uma participação na Surpapel, SL (empresa que desenvolve a sua actividade de comercialização de papel) e (vi) em duas empresas localizadas no Reino Unido – Inapa Merchants Holding, Ltd, que detém a participação financeira na Tavistock Paper Sales, Ltd empresa a operar num nicho de mercado. A subsidiária Inapa Packaging, GmbH, detém por sua vez, duas empresas de comercialização de material para embalagem, a Hennessen & Potthoff, GmbH e a HTL - Verpackung, GmbH, respectivamente.

Em finais de 2009, iniciou a sua actividade a empresa sedeadada em Angola, Inapa Angola - Distribuição de Papel, SA, deida pela subsidiária portuguesa Inapa Portugal, SA. Adicionalmente, foi constituída em Novembro de 2009 a empresa Edições Inapa, Lda.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Inapa - IPG em 24 de Fevereiro de 2010.

## Nota 2

### PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

## 2.1\_bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Inapa são preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (SIC), tal como adoptadas

pela União Europeia e em vigor em 31 de Dezembro de 2009.

As demonstrações financeiras consolidadas da Inapa são preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas que constituem o Grupo e que se encontram indicadas na Nota 36.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas, exige a utilização de estimativas e julgamentos relevantes na aplicação das políticas contabilísticas do Grupo. As principais asserções que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou os pressupostos e estimativas mais significativas para a preparação das referidas demonstrações financeiras estão divulgados na Nota 5.

## 2.2\_bases de Consolidação

### Participações financeiras em empresas subsidiárias

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, geralmente representado por mais de 50% dos direitos de voto (subsidiárias), foram incluídas nas demonstrações financeiras anexas pelo método de consolidação integral (Nota 36). O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados nas rubricas de interesses minoritários, no balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidados, respectivamente.

As subsidiárias são incluídas na Consolidação desde a data em que o controlo é adquirido até à data em que o mesmo termine efectivamente.

A contabilização da aquisição de subsidiárias é efectuada pelo método de compra, sendo que na data de aquisição os activos e passivos de cada subsidiária são identificados ao seu justo valor, de acordo com o estabelecido no IFRS 3. Qualquer excesso/ (défice) do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como

diferença de consolidação (Goodwill), o qual se encontra detalhado na Nota 8, e no caso de défice, após reanálise do processo de valorização do justo valor e caso este se mantenha, na demonstração dos resultados do exercício. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para as adequar às políticas contabilísticas em vigor no Grupo. As transacções intercompanhias, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo, bem como os ganhos não realizados são eliminados no processo de consolidação. As perdas não realizadas também são eliminadas salvo se não puderem ser recuperadas em resultado de evidência de imparidade.

### Participações financeiras em empresas associadas

As participações financeiras em empresas nas quais a Inapa exerça, directa ou indirectamente, influência significativa mas não possua controlo, geralmente com investimentos representando entre 20% a 50% dos direitos de voto (associadas), são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas e pelos dividendos recebidos. A variação do capital próprio das associadas resultante do resultado líquido é registada por contrapartida de ganhos ou perdas do período.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como diferenças de consolidação (Goodwill) e mantidas no valor do investimento em associadas (Nota 10). Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do período na rubrica Ganhos/(perdas) em empresas associadas. É feita uma avaliação dos investimentos

em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas de imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objecto de reversão, excepto se corresponderem às diferenças de consolidação.

Quando a participação do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o seu investimento na associada, incluindo contas a receber não cobertas por garantias, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais, excepto se tiver incorrido em obrigações ou efectuado pagamentos em nome da associada.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das associadas para as adequar às políticas contabilísticas em vigor no Grupo. Os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo e as associadas, bem como os ganhos não realizados de transacções intercompanhias, são eliminados no processo de consolidação, na extensão da participação do Grupo nas associadas. As perdas não realizadas também são eliminadas salvo se não puderem ser recuperadas em resultado de evidência de imparidade.

Os investimentos em associadas encontram-se detalhados na Nota 10.

## 2.3\_goodwill (diferenças de consolidação)

As diferenças de consolidação correspondem à diferença entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e o justo valor dos activos e passivos identificáveis (incluindo os passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição. As diferenças de consolidação são registadas na moeda de reporte das subsidiárias, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (euro) à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras do Grupo. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reserva de conversão cambial.

As diferenças de consolidação não são

amortizadas, sendo realizados anualmente testes de imparidade e, sempre que o valor das diferenças de consolidação for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados. Estas perdas de imparidade não podem ser revertidas.

## 2.4\_conversão cambial

As demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda do ambiente económico onde operam. A moeda funcional e de relato do Grupo é o euro.

Todos os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa em vigor na data de cada operação. As diferenças resultantes desta conversão são registadas na demonstração dos resultados.

Para efeitos de conversão das demonstrações financeiras das empresas estrangeiras incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas que utilizam uma moeda funcional diferente da moeda de relato do Grupo, foram utilizados os seguintes critérios:

**Activos e Passivos:** Paridades cambiais vigentes na data do balanço.

**Ganhos e Perdas:** Paridades cambiais médias verificadas no período.

As diferenças de conversão cambial resultantes do processo descrito acima, são registadas em rubrica específica do Capital próprio (Reserva de conversão cambial).

As taxas de câmbio para conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias Inglesas e Suíça foram as seguintes:

- Câmbio da Libra Esterlina utilizado para conversão das rubricas da demonstração dos resultados: 1,1243 euros.
- Câmbio da Libra Esterlina utilizado para conversão das rubricas de balanço: 1,126 euros.

- Câmbio do Franco Suíço utilizado para conversão das rubricas da demonstração dos resultados: 0,6634 euros.

- Câmbio do Franco Suíço utilizado para conversão das rubricas de balanço: 0,67404 euros.

## 2.5\_activos intangíveis

Os activos intangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas de imparidade, e só são reconhecidos na medida em que for provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para o Grupo e desde que o seu valor possa ser medido com fiabilidade.

A rubrica Outros activos intangíveis (Nota 9) é constituída essencialmente por marcas identificadas aquando da aquisição de subsidiárias e registadas inicialmente pelo seu justo valor, utilizadas por Papier Union, GmbH, Inapa France, SA e Inapa Portugal, SA, as quais não são objecto de amortização anual dado que foram avaliadas como tendo uma vida útil indefinida, e são regularmente sujeitas a testes de imparidade efectuados internamente pelo Grupo ou, alternadamente, baseados em avaliações realizadas por uma entidade especializada externa ao Grupo. Quando as perdas de imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objecto de reversão.

Encontram-se também registados nesta rubrica software, patentes e outras licenças, os quais são amortizados pelo método das quotas constantes durante um período que varia entre três e cinco anos, bem como o custo de aquisição de carteiras de clientes que são amortizadas por um período de dez anos.

## 2.6\_activos tangíveis

Conforme disposição transitória prevista no IFRS 1, os terrenos foram registados pelo seu justo valor à data da transição para os IAS/IFRS (1 de Janeiro de 2004). Os ajustamentos resultantes das revalorizações efectuadas aos terrenos, foram registados por contrapartida de capital próprio.

Os outros activos tangíveis adquiridos até

31 de Dezembro de 2003, encontram-se registados ao seu "deemed cost", que corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações e de perdas de imparidade acumuladas.

Os activos tangíveis adquiridos após 1 de Janeiro de 2004, encontram-se registados pelo seu custo de aquisição, deduzido das depreciações e de perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são iniciadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil, que é determinada tendo em conta a utilização esperada pelo Grupo do activo em causa, do seu desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem. O valor residual atribuível ao bem é estimado com base no valor residual prevalecente à data da estimativa de activos semelhantes que tenham atingido o fim das suas vidas úteis e que tenham funcionado sob condições semelhantes àquelas em que o activo será usado.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, a taxas representativas da vida útil estimada, como segue:

Edifícios e outras construções	2% - 10%
Equipamento básico	7,14% - 12,5%
Equipamento de transporte	12,5% - 25%
Equipamento administrativo	10% - 33%

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos tangíveis, são registadas como custo do exercício em que ocorrem.

Se o montante registado é superior ao valor recuperável do activo, efectua-se a sua redução para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas de imparidade.

Aquando de um abate ou alienação, a diferença entre os recebimentos das

alienações e a quantia registada do activo, são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de Outros rendimentos ou Outros custos.

## 2.7\_ contratos de locação

Os bens cuja utilização decorre de contratos de locação financeira, relativamente aos quais o Grupo assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à respectiva posse do activo locado, são classificados como activos tangíveis, sendo amortizados de acordo com a política estabelecida pelo Grupo para os respectivos bens (Notas 7 e 22).

Os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do respectivo activo tangível são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

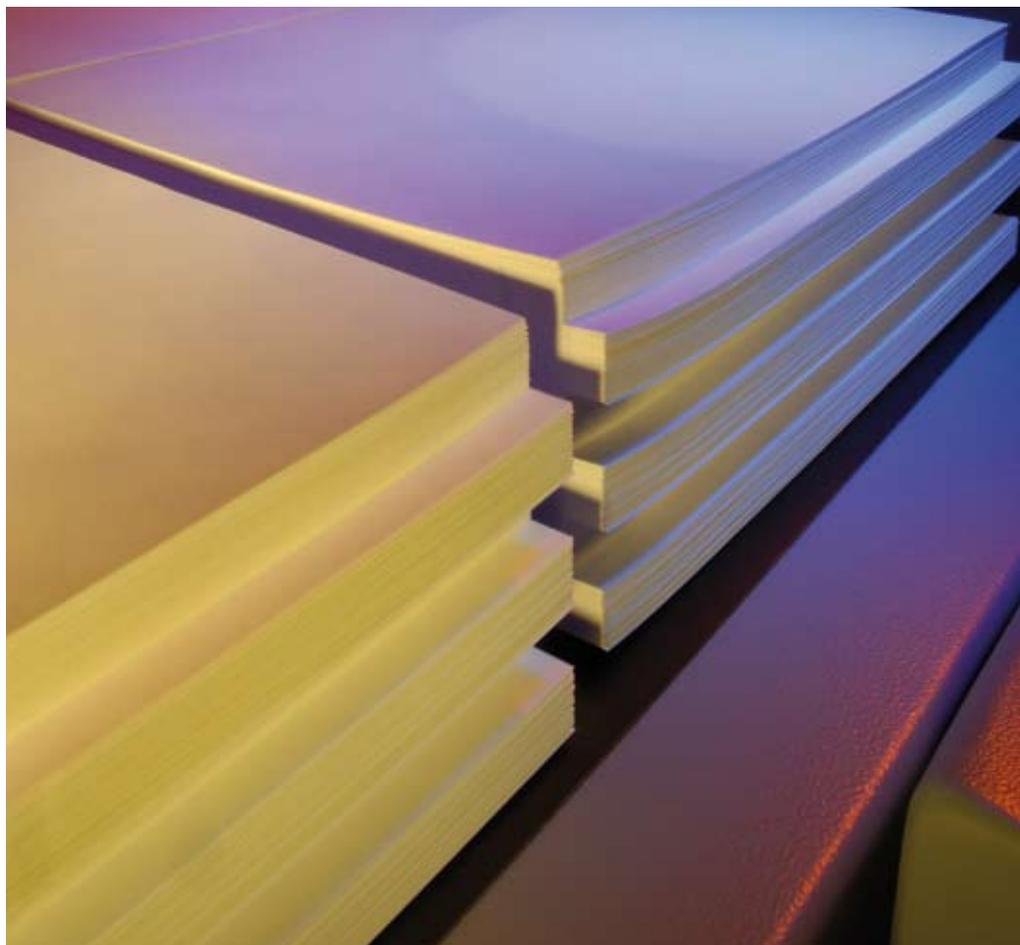
Nos contratos de locação em que o locador assume uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade, sendo o Grupo locatário, são classificadas como locações operacionais (Nota 33 a)). Os pagamentos

decorrentes da realização destes contratos são registados na demonstração dos resultados durante o período da locação.

## 2.8\_ activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda se o seu valor de balanço for principalmente recuperável através de alienação e não do seu uso continuado. Para que estes activos sejam objecto de tal classificação, impõe-se que estejam disponíveis para venda imediata nas suas condições actuais, a venda seja altamente provável e o Conselho de Administração se haja comprometido a executar tal venda, a ocorrer num período de 12 meses, conforme estabelecido no IFRS 5.

Os activos não correntes classificados como detidos para venda, são registados pelo seu valor de aquisição ou pelo seu justo valor, consoante o que for menor, deduzido dos custos expectáveis com a sua venda.



Os activos e os passivos relacionados com operações descontinuadas são apresentados pelo seu valor de realização numa rubrica própria, respectivamente, no activo e no passivo do balanço consolidado e o resultado do período destas operações é registado de forma autónoma na demonstração dos resultados consolidados.

## 2.9\_activos financeiros

O Grupo classifica os activos financeiros como segue (exclui os investimentos financeiros em subsidiárias e em associadas):

### Investimentos detidos até à maturidade:

Activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuam uma maturidade fixada e relativamente aos quais seja intenção do Conselho de Administração a sua manutenção até à data do respectivo vencimento;

### Investimentos registados a justo valor através de resultados:

Activos financeiros cuja detenção tenha por objectivo a sua realização no curto prazo e inclui os activos financeiros detidos para negociação e os instrumentos derivados não afectos a operações de cobertura. Estes activos e passivos são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados;

### Empréstimos concedidos e contas a receber:

Activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que não se encontram cotados em mercados líquidos. Os saldos relativos a estes activos encontram-se registados no balanço consolidado nas rubricas de Clientes, Outros activos correntes e não correntes e Caixa e equivalentes;

### Activos financeiros disponíveis para venda:

Activos financeiros não derivados considerados como disponíveis para

venda ou que não se enquadrem em qualquer das categorias anteriores.

Os investimentos detidos até à maturidade e os empréstimos e contas a receber são classificados como activos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço. Os investimentos registados a justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes.

Os investimentos e desinvestimentos são reconhecidos à data da assinatura dos respectivos contratos de formalização, independentemente da data de liquidação financeira.

Os activos financeiros são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição que corresponde ao seu justo valor naquela data, e incluem as despesas de transacção, com excepção dos investimentos detidos até à maturidade que são registados ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efectiva.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos registados a justo valor através da demonstração dos resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores, por referência ao seu valor de mercado à data de encerramento do balanço. Os activos financeiros disponíveis para venda representativos de partes de capital em acções de empresas não cotadas e no caso de o seu justo valor não ser possível de determinar, são registados ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas de imparidade. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, altura em que o ganho ou perda acumulada que se encontrava registada no capital próprio é registada na demonstração dos resultados. Nas situações em que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e tal situação seja considerada uma perda permanente (imparidade), esta perda é registada na demonstração dos resultados e a parte registada directamente no capital próprio é anulada.

## 2.10\_passivos financeiros

O IAS 39 prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

### Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados:

Passivos financeiros cuja detenção tenha por objectivo a sua realização no curto prazo e inclui os passivos



financeiros detidos para negociação e os instrumentos derivados não afectos a operações de cobertura. Estes passivos são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados; e

### Outros passivos financeiros:

Passivos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que não se encontram cotados em mercados líquidos.

Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos (Nota 2.19) e Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 2.23). Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efectiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

## 2.11 operações de titularização de saldos de clientes

De acordo com o IAS 39, os saldos de clientes objecto de contratos de titularização só são desreconhecidos caso se verifiquem em simultâneo as seguintes condições:

- Transferência do direito a receber a remuneração subjacente ao activo;
- Não retenção de parte substancial dos riscos e benefícios associados ao activo;
- Transferência do controlo sobre as operações.

O Grupo só efectua o desreconhecimento de saldos de clientes ou de outros valores a receber (removidos do activo) quando transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção daqueles activos conforme referido acima. Os saldos a receber não vencidos são incluídos na rubrica de Clientes e os fundos recebidos pela operação de titularização são registados na rubrica de Financiamentos associados a activos financeiros (Notas 22 e 38).

## 2.12 imparidade de activos

É efectuada uma avaliação de imparidade dos activos à data de encerramento do balanço e sempre que ocorra uma alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado (Nota 17). No caso dos activos não correntes que não são amortizados devido a não terem uma vida útil finita, são efectuados testes de

imparidade periodicamente.

Sempre que o valor pelo qual um activo se encontra registado se mostre superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade/provisão, que é registada na demonstração dos resultados ou no capital próprio quando o activo tenha sido reavaliado, situação em que a respectiva revalorização será diminuída. A quantia recuperável é o valor mais alto de entre o justo valor de um activo deduzido dos custos da venda e o seu valor de uso.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando os motivos que provocaram o registo das mesmas deixaram de existir (com excepção das diferenças de consolidação). A reversão é registada na demonstração dos resultados, excepto quando o activo tenha sido reavaliado e a respectiva revalorização registada no capital próprio tenha sido diminuída em resultado da perda de imparidade.

## 2.13 inventários

As mercadorias, o material de conservação e reparação e o material de embalagem são valorizadas ao mais baixo de entre o valor realizável líquido e o custo de aquisição, incluindo as despesas necessárias à sua colocação em armazém. O método do custeio das saídas utilizado pelo Grupo é o do custo médio ponderado.

## 2.14 dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica de Outros custos - Imparidade de activos correntes, para que as mesmas reflectam o seu valor presente realizável líquido.

Os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas à data de cada balanço, são reconhecidas nas demonstrações financeiras do Grupo até ao momento do recebimento das mesmas.

## 2.15 actividade de "factoring"

Conforme referido na Nota 36, uma das subsidiárias do Grupo, sediada na Alemanha, desenvolve actividade de "factoring". Decorrente da actividade de "factoring" o valor a receber de clientes inclui os adiantamentos efectuados nas operações de "factoring" com recurso e o valor das facturas cedidas para cobrança sem recurso, cuja intenção não é a venda no curto prazo, sendo registado na data de aceitação das facturas cedidas pelas entidades aderentes. Como contrapartida, é movimentada a rubrica de Outros passivos correntes.

O Grupo efectua adiantamentos contratuais sobre o valor dos créditos tomados nas operações de factoring. O valor adiantado às entidades aderentes é líquido de comissões e juros, caso aplicáveis.

## 2.16 caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade inferior a 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos.

## 2.17 capital social e acções próprias

Os custos atribuíveis directamente à emissão de novas acções são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao montante recebido em resultado da emissão e encontram-se registados em capital próprio.

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registados no capital próprio.

## 2.18\_dividendos

Os dividendos são registados como passivo no período em que a sua distribuição é aprovada pelos accionistas da Inapa - IPG até à data do seu pagamento.

## 2.19\_empréstimos

Os empréstimos são inicialmente registados no passivo pelo seu valor nominal, líquido de despesas de emissão e subsequentemente ao custo amortizado. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, incluindo prémios e contabilizados na demonstração dos resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios e adicionados ao passivo corrente, quando não sejam liquidados durante o exercício.

Os empréstimos são classificados no passivo corrente, excepto se o Grupo tiver o direito incondicional de diferir o reembolso do empréstimo por um período não inferior a 12 meses a contar da data do balanço.

## 2.20\_imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui impostos correntes e impostos diferidos.

A Inapa - IPG e as suas subsidiárias sedeadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, constituído pelas empresas com uma participação igual ou superior a 90% e que cumprem as condições previstas no artigo 63º e seguintes do Código do IRC. A Inapa - IPG, como sociedade dominante, é responsável pelo cálculo do lucro tributável do Grupo, através da soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados nas declarações de rendimentos de cada uma das sociedades dominadas, pertencentes ao Grupo. As subsidiárias estrangeiras da Sociedade são tributadas de acordo com as regras fiscais vigentes nos respectivos países de origem.

São reconhecidas contabilisticamente, se relevantes, as situações de diferimento de impostos. Os impostos diferidos reconhecidos, correspondem a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos por impostos diferidos são registados quando existam expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos em função da expectativa actual da sua recuperação futura. Os impostos diferidos são registados na demonstração dos resultados, excepto quando relacionados com valores que tenham sido movimentados no capital próprio, facto que implica o seu reconhecimento igualmente no capital próprio.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido nas demonstrações financeiras intercalares, com base na taxa efectiva anual estimada para as demonstrações financeiras anuais.

## 2.21\_provisões

As provisões são reconhecidas, quando e apenas quando, face a uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço, e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data (Nota 23).

## 2.22\_benefícios concedidos a empregados

### Planos de complementos de reforma – benefício definido

As subsidiárias Inapa France, SA e Papier Union, GmbH assumiram a responsabilidade de pagar complementos de pensões de reforma a alguns dos seus funcionários através de planos de pensões de benefício definido.

A responsabilidade da Inapa relativa

a cada um destes planos é estimada, no mínimo anualmente, na data do balanço de cada exercício, por entidades especializadas e independentes utilizando o método das unidades de crédito projectadas. De acordo com o IAS 19, os custos relacionados com as responsabilidades assumidas são registadas à medida que os serviços são prestados pelos funcionários beneficiados pelos planos constituídos.

Conforme permitido pelo IAS 19, o Grupo utiliza o método do “corridor” segundo o qual os ganhos e perdas actuariais apurados, resultantes da diferença entre os pressupostos utilizados no apuramento da estimativa das responsabilidades e a realidade, são diferidos sendo só reconhecidos na demonstração dos resultados na medida em que, no início do exercício, o seu valor acumulado ultrapasse (i) 10% do valor dos fundos afectos à cobertura das responsabilidades das empresas do Grupo e (ii) 10% das responsabilidades por serviços passados, dos dois o mais elevado. Nos exercícios em que o valor inicial acumulado dos ganhos e perdas actuariais ainda não reflectido em resultados ultrapassar os limites acima referidos, o valor inicial em excesso será imputado a resultados do período em função do número médio de anos de trabalho remanescente para os trabalhadores integrados nos planos.

As responsabilidades por serviços passados apuradas, deduzidas do valor de mercado dos fundos que tenham sido constituídos para fazer face a estas responsabilidades e das perdas e ganhos actuariais, são registadas na rubrica de Benefícios concedidos a empregados. Na demonstração dos resultados são registados os custos dos serviços correntes, o custo dos juros, o rendimento esperado dos fundos e o valor a reconhecer relativo a perdas e ganhos actuariais decorrente da aplicação do método do “corridor”, caso este o assim determine.

### Planos de complementos de reforma – contribuição definida

As subsidiárias Tavistock Paper Sales, Ltd e Inapa Suisse têm um plano de contribuição definida para alguns dos



seus empregados, efectuando anualmente uma contribuição para o plano, sendo esta registada como um custo na demonstração dos resultados.

#### Benefícios na data da reforma

De acordo com a legislação local as subsidiárias Inapa France, SA e Logstipack, SA têm a responsabilidade de pagar aos seus funcionários na data de reforma, uma prestação determinada com base no número de anos de trabalho na empresa. O valor desta responsabilidade, em resultado dos serviços passados, é estimado, no mínimo anualmente, na data do balanço de cada exercício, por entidades especializadas e independentes utilizando o método das unidades de crédito projectadas e é registada na rubrica de Benefícios concedidos a empregados, utilizando uma metodologia semelhante à dos planos de benefícios definidos acima referidos.

#### 2.23 fornecedores e outras dívidas a pagar correntes

Os saldos a pagar relativos a fornecedores, impostos e a outros passivos correntes são registados pelo seu valor nominal, que na data do registo inicial corresponde ao seu justo valor.

#### 2.24 reconhecimento de custos e proveitos

Os proveitos resultantes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados quando os riscos e benefícios associados à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. Os proveitos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço. As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As empresas do Grupo registam os

seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes custos e proveitos são registadas nas rubricas de Clientes e Outros activos correntes e de Fornecedores e Outros passivos correntes (Notas 14,15 e 25).

## 2.25 relato por segmentos

Um segmento operacional é um componente identificável do Grupo, que desenvolve actividades de negócio e cuja informação financeira é utilizada no processo de decisão desenvolvido pela Gestão do Grupo.

O Grupo identificou quatro segmentos operacionais: a actividade de distribuição de papel, a actividade de “packaging”, a actividade de “factoring” e a actividade de “visual communication”. Na Nota 6 é apresentada a informação financeira relativamente aos diferentes segmentos operacionais. A actividade de distribuição de papel é desenvolvida em todos os países onde o Grupo está presente, a actividade de “packaging” é desenvolvida em França e na Alemanha, as actividades de “factoring” e de “visual communication” são desenvolvidas na Alemanha.

## 2.26 activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros não seja provável não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados no anexo (ver Nota 34), a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação. São reconhecidas provisões para as situações que satisfaçam as condições previstas na Nota 2.21.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo

quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

## 2.27 eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais (ver Nota 40).

## 2.28 novas normas, interpretações e alterações a normas

Durante o exercício de 2009 entraram em vigor as seguintes normas em resultado da sua publicação pelo IFRIC e da sua adopção pela União Europeia:

- IAS 1 (revisão) - Apresentação das demonstrações financeiras (a partir de 1 de Janeiro de 2009)
- IAS 23 (alteração) - Custos de empréstimos obtidos (a partir de 1 de Janeiro de 2009)
- IAS 32 (alteração) - Instrumentos financeiros: apresentação e consequente alteração à IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras (a partir de 1 de Janeiro de 2009)
- IFRS 1 (alteração) - Adopção pela primeira vez das IFRS e consequente alteração à IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas e consolidadas (a partir de 1 de Janeiro de 2009)
- IFRS 2 (alteração) - Pagamentos baseados em acções (a partir de 1 de Janeiro de 2009)
- IFRS 7 (alteração) - Instrumentos financeiros – Divulgações (a partir de 1 de Janeiro de 2009)
- IFRS 8 - Segmentos Operacionais (a partir

de 1 de Janeiro de 2009)

- IFRIC 9 (alteração) - Derivados embutidos e IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (a partir de 1 de Janeiro de 2009)
- IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes (a partir de 1 de Janeiro de 2009)
- IFRIC 14 - Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interacção com requisitos de contribuições mínimas (a partir de 1 de Janeiro de 2009)
- Melhoria anual das normas em 2008 – melhorias às normas IAS 16, IAS 20, IAS 38 e IAS 40 (a partir de 1 de Janeiro de 2009)

A sua entrada em vigor não teve impacto nas presentes demonstrações financeiras do Grupo.

Foram publicadas pelo IASB e pelo IFRIC novas normas, alterações a normas existentes e interpretações, cuja aplicação ainda não é obrigatória para períodos que se iniciem em 1 de Janeiro de 2009, nomeadamente por não terem sido adoptadas pela União Europeia. Estas normas ou não são relevantes no contexto das presentes demonstrações financeiras ou a Inapa optou por não adoptá-las antecipadamente:

- IAS 24 (alteração) - Partes relacionadas (a partir de 1 de Janeiro de 2011)
- IAS 27 (revisão) - Demonstrações financeiras separadas e consolidadas (a partir de 1 de Julho de 2009)
- IAS 32 (alteração) - Instrumentos financeiros: apresentação e consequente alteração à IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras (a partir de 1 de Fevereiro de 2010)
- IAS 39 (revisão) - Instrumentos financeiros – Itens elegíveis para cobertura (a partir de 1 de Julho de 2009)
- IFRS 1 (alteração) - Adopção pela primeira vez das IFRS (a partir de 1 de Janeiro de 2010)

- IFRS 2 (alteração) - Pagamentos baseados em acções no grupo – transacções pagas em dinheiro (a partir de 1 de Janeiro de 2010)
- IFRS 3 (revisão) - Concentrações de actividades empresariais (a partir de 1 de Julho de 2009)
- IFRS 5 (Melhoria 2008) - Activos detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas (a partir de 1 de Julho de 2009)
- IFRS 9 - Instrumentos financeiros, classificação e mensuração (a partir de 1 de Janeiro de 2013)
- IFRIC 12 - Serviços de concessão (a partir de 30 de Março de 2009)
- IFRIC 14 (alteração) - IAS 19 - Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interacção com requisitos de contribuições mínimas (a partir de 1 de Janeiro de 2011)
- IFRIC 15 - Contratos para a construção de imóveis (a partir de 1 de Janeiro de 2010)
- IFRIC 16 - Cobertura de investimentos em operações estrangeiras (a partir de 1 de Julho de 2009)
- IFRIC 17 - Distribuições em espécie aos accionistas (a partir de 1 de Novembro de 2009)
- IFRIC 18 - Transferência de activos pelos clientes (a partir de 1 de Novembro de 2009)
- IFRIC 19 - Regularização de passivos financeiros com instrumentos de capital (a partir de 1 de Julho de 2010)

Das diversas normas, revisões e alterações referidas acima como já estando publicadas pelo IASB ou pelo IFRIC e que ainda não estão em vigor, só o IFRIC 19, e as alterações ao IFRS 1, IAS 24 e IFRIC 14 é que não se encontram adoptados pela União Europeia, concretizado através da sua publicação nos respectivos Regulamentos.

Adicionalmente, no exercício de 2009 foram introduzidas melhorias a diversas normas, que



resultam da eliminação de inconsistências identificadas e da harmonização da terminologia utilizada. Na sua maioria estas melhorias são para aplicação nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2009, contudo, ainda não se encontram aprovadas pela União Europeia. As normas sujeitas a melhorias foram: IAS 1, IAS 7, IAS 17, IAS 18, IAS 36, IAS 38, IAS 39, IFRS2, IFRS 5, IFRS 8, IFRIC 9 e IFRIC 16.

### Nota 3 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

As actividades do Grupo expõem-no a uma variedade de factores de riscos financeiros: risco de mercado (inclui risco cambial e risco associado à taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A exposição do Grupo a riscos financeiros encontra-se essencialmente associada aos saldos a receber de clientes e aos empréstimos obtidos junto de entidades financeiras, dos quais resultam riscos derivados do incumprimento das condições contratadas e riscos de flutuação das taxas de juro.

A gestão do risco financeiro é conduzida centralmente pela Direcção Financeira localizada em Portugal, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração, e em estreita cooperação com as diversas subsidiárias. As flutuações do mercado

financeiro, nomeadamente, no que se refere às taxas de juro, são analisadas continuamente sendo tomadas as medidas consideradas necessárias para minimizar a exposição do Grupo ao risco financeiro.

#### a) Risco de mercado

##### Evolução das taxas de câmbio

A variação da taxa de câmbio do euro face a outras moedas, nomeadamente a libra inglesa e o franco suíço, pode ter impacto na situação financeira da sociedade, já que a Inapa desenvolve actividades no Reino Unido e na Suíça.

Muito embora estes mercados não representem mais do que 8,2% das vendas do Grupo, eventuais desvalorizações destas moedas face ao euro, poderão ter um impacto negativo na actividade, situação financeira e nos resultados.

O Grupo tem ainda uma exposição indirecta ao dólar norte-americano e outras divisas por via do impacto que variações nestas moedas têm na sua competitividade, uma vez que sempre que o euro valoriza face a outras divisas, os distribuidores que se situam numa zona de influência destas divisas ganham competitividade face aos produtores europeus, que são os principais fornecedores do Grupo.

A tabela seguinte apresenta a exposição do Grupo ao risco da taxa de câmbio a 31 de Dezembro, com base nos valores de balanço dos activos e passivos financeiros do Grupo:

	EURO	LIBRA ESTERLINA	FRANCO SUÍÇO	DÓLAR *	TOTAL
<b>31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>					
<b>Activos</b>					
Caixa e seus equivalentes	5.677	216	1.644	84	7.621
Clientes e Outros activos	222.534	891	11.681	201	235.307
Activos disponíveis para venda	9.294	-	-	-	9.294
<b>Total de activos financeiros</b>	<b>237.505</b>	<b>1.107</b>	<b>13.325</b>	<b>285</b>	<b>252.222</b>
<b>Passivos</b>					
Empréstimos e outros financiamentos	416.591	-	-	333	416.924
Fornecimentos e outros passivos	94.767	447	1.760	92	97.066
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>511.358</b>	<b>447</b>	<b>1.760</b>	<b>425</b>	<b>513.990</b>
<b>Posição financeira líquida em balanço</b>	<b>-273.853</b>	<b>660</b>	<b>11.565</b>	<b>-140</b>	<b>-261.768</b>
<b>31 DE DEZEMBRO DE 2008</b>					
<b>Activos</b>					
Caixa e seus equivalentes	3.591	517	1.237	-	5.345
Clientes e Outros activos	259.852	1.091	12.360	-	273.303
Activos disponíveis para venda	13.512	-	19	-	13.531
<b>Total de activos financeiros</b>	<b>276.955</b>	<b>1.608</b>	<b>13.616</b>	<b>-</b>	<b>292.179</b>
<b>Passivos</b>					
Empréstimos e outros financiamentos	466.424	-	1	-	466.425
Fornecimentos e outros passivos	103.752	205	1.666	-	105.623
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>570.176</b>	<b>205</b>	<b>1.667</b>	<b>-</b>	<b>572.048</b>
<b>Posição financeira líquida em balanço</b>	<b>-293.221</b>	<b>1.403</b>	<b>11.949</b>	<b>-</b>	<b>-279.869</b>

\*A informação é preparada em simultâneo em duas moedas: kwanzas e dólares.

### Evolução das taxas de juro

O custo da maioria da dívida financeira contraída pela Inapa está indexado a taxas de referência variáveis, estando actualmente a Inapa por essa via exposta ao risco de taxa de juro. Na medida em que a Inapa não efectua a cobertura de exposição a variações adversas nas taxas

de juro, tais variações poderão exercer um efeito material negativo na sua actividade, situação financeira e resultados. Contudo, e como forma de gerir estas variações, a área financeira do Grupo segue em permanência o desenvolvimento do mercado estando em condições de utilizar instrumentos financeiros que permitam minorar os efeitos da volatilidade das taxas de juro.

Em 31 de Dezembro de 2009, caso a taxa de referência utilizada nos empréstimos contraídos varie em 0,1%, mantendo todas as restantes variáveis constantes, os encargos financeiros anualizados teriam uma variação de cerca de 430 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2009 o desenvolvimento dos activos e passivos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da maturidade ou data de revisão da taxa de juro ( Euribor 1, 3 ou 6 meses) é apresentado como se segue:

<b>31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>	<b>ATÉ 1 MÊS</b>	<b>1 A 3 MESES</b>	<b>3 A 12 MESES</b>	<b>1 A 5 ANOS</b>	<b>MAIS DE 5 ANOS</b>	<b>TOTAL</b>
<b>ACTIVOS</b>						
<b>Não correntes</b>						
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	1.628	-	-	1.628
<b>Correntes</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	7.621	-	-	-	-	7.621
<b>Total de Activos financeiros</b>	<b>7.621</b>	<b>-</b>	<b>1.628</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.249</b>
<b>PASSIVOS</b>						
<b>Não correntes</b>						
Empréstimos	-	22.589	74.706	315	-	97.610
Outros passivos - locação financeira	11.443	-	-	-	-	11.443
<b>Correntes</b>						
Empréstimos	94.363	29.527	85.983	152	45	210.070
Financiam. assoc. a activos financeiros	109.244	-	-	-	-	109.244
Outros passivos - locação financeira	1.343	-	-	-	-	1.343
<b>Total de Passivos financeiros</b>	<b>216.393</b>	<b>52.116</b>	<b>160.689</b>	<b>467</b>	<b>45</b>	<b>429.710</b>

<b>31 DE DEZEMBRO DE 2008</b>	<b>ATÉ 1 MÊS</b>	<b>1 A 3 MESES</b>	<b>3 A 12 MESES</b>	<b>1 A 5 ANOS</b>	<b>MAIS DE 5 ANOS</b>	<b>TOTAL</b>
<b>ACTIVOS</b>						
<b>Não correntes</b>						
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	13.268	-	-	13.268
<b>Correntes</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	5.345	-	-	-	-	5.345
<b>Total de Activos financeiros</b>	<b>5.345</b>	<b>-</b>	<b>13.268</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18.613</b>
<b>PASSIVOS</b>						
<b>Não correntes</b>						
Empréstimos	-	22.704	78.850	530	649	102.733
Financiam. assoc. a activos financeiros	134.770	-	-	-	-	134.770
Outros passivos - locação financeira	13.402	-	-	-	-	13.402
<b>Correntes</b>						
Empréstimos	88.659	68.845	71.150	78	190	228.922
Outros passivos - locação financeira	1.096	-	-	-	-	1.096
<b>Total de Passivos financeiros</b>	<b>237.927</b>	<b>91.549</b>	<b>150.000</b>	<b>608</b>	<b>839</b>	<b>480.924</b>

## b) Risco de crédito

A Inapa está exposta ao risco de crédito que concede aos seus clientes. O Grupo não tem concentrações de risco de crédito significativas e tem políticas de avaliação e acompanhamento do risco de crédito que asseguram que as vendas sejam efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado.

As empresas, sempre que a solução se mostra adequada às contingências com que se confrontam, recorrem à cobertura destes riscos através da contratação de seguros de crédito.

Adicionalmente, a Inapa segue uma política criteriosa e permanente de monitorização das contas de clientes, nomeadamente tendo em consideração a sua antiguidade e riscos associados e no caso de se verificarem riscos de cobrabilidade estes serão alvo do reconhecimento de uma perda de imparidade.

A exposição máxima ao risco de crédito corresponde aos valores contabilísticos dos activos financeiros apresentados nos quadros seguintes, relativos à concentração do risco de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, a antiguidade dos saldos de clientes e o valor limite dos créditos contratados para a carteira de clientes é como se segue:

	2009	2008
Valores não vencidos	132.904	185.768
Valores vencidos		
de 1 a 30 dias	18.367	8.217
de 31 a 90 dias	9.052	5.247
+ de 91 dias	12.320	9.487
	<b>172.643</b>	<b>208.719</b>
Com risco de cobrança	12.391	13.274
Imparidades	-10.794	-11.873
<b>Saldo líquido de clientes</b>	<b>174.240</b>	<b>210.120</b>
<b>Limite de seguro de crédito contratado</b>	<b>315.286</b>	<b>333.778</b>

Relativamente aos saldos vencidos a Inapa considera não haver riscos relevantes de perdas com a sua cobrança.

#### c) Concentrações de risco de crédito

##### Concentração de activos financeiros por sector de actividade

O quadro abaixo apresenta a exposição da Inapa ao risco de crédito em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, de acordo com os valores de balanço dos activos, categorizados por sector de actividade:

	DISTRIBUIÇÃO	OUTRAS NEGÓCIOS E ACTIVIDADES	TOTAL
<b>31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>			
<b>Activos</b>			
Caixa e seus equivalentes	7.120	501	7.621
Activos financeiros disponíveis para venda	27	9.267	9.294
Clientes e Outros activos	199.985	35.322	235.307
<b>Total de activos</b>	<b>207.132</b>	<b>45.090</b>	<b>252.222</b>
<b>31 DE DEZEMBRO DE 2008</b>			
<b>Activos</b>			
Caixa e seus equivalentes	5.059	286	5.345
Activos financeiros disponíveis para venda	73	13.458	13.531
Clientes e Outros activos	237.129	36.174	273.303
<b>Total de activos</b>	<b>242.261</b>	<b>49.918</b>	<b>292.179</b>

### Concentração de activos financeiros por área geográfica

O quadro abaixo apresenta a exposição da Inapa ao risco de crédito em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 de acordo com os valores de balanço dos activos, categorizados por área geográfica:

	IBÉRIA	FRANÇA	SUIÇA E ALEMANHA	ANGOLA	OUTROS	TOTAL
<b>31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>						
<b>Activos</b>						
Caixa e seus equivalentes	4.470	207	2.575	84	285	7.621
Activos financeiros disponíveis para venda	9.289	5	-	-	-	9.294
Clientes e Outros activos	67.717	65.931	97.901	250	3.508	235.307
	<b>81.476</b>	<b>66.413</b>	<b>100.476</b>	<b>334</b>	<b>3.793</b>	<b>252.222</b>
<b>31 DE DEZEMBRO DE 2008</b>						
<b>Activos</b>						
Caixa e seus equivalentes	754	76	3.846	-	669	5.345
Activos financeiros disponíveis para venda	13.504	5	19	-	3	13.531
Clientes e Outros activos	76.970	78.907	116.871	-	555	273.303
	<b>91.228</b>	<b>78.988</b>	<b>120.736</b>	<b>-</b>	<b>1.227</b>	<b>292.179</b>

#### d) Risco de liquidez

A Inapa gere o risco de liquidez do Grupo actuando em duas vias: garantindo que a componente de médio e longo prazo da sua dívida financeira se adequa à capacidade esperada de geração de fundos e dispondo de facilidades de crédito disponíveis a todo o momento (linhas em conta corrente).

O quadro seguinte analisa os passivos financeiros remunerados do Grupo em 31 Dezembro de 2009 por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual. Os montantes que constam da tabela são cash flows contratuais não descontados.

	MENOS DE 1 MÊS	1 A 3 MESES	3 A 12 MESES	1 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	TOTAL
<b>31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>						
<b>Passivos</b>						
Empréstimos e financiamentos						
Papel comercial	705	25	121.824	-	-	122.554
Empréstimos bancários	267	21.081	82.481	71.977	34.817	210.623
Financ. associados a activos financeiros	307	585	111.970	-	-	112.862
Outros passivos - locação financeira	386	-	1.157	6.982	5.329	13.854
	<b>1.665</b>	<b>21.691</b>	<b>317.432</b>	<b>78.959</b>	<b>40.146</b>	<b>459.893</b>
<b>31 DE DEZEMBRO DE 2008</b>						
<b>Passivos</b>						
Empréstimos e financiamentos						
Papel comercial	46	823	135.178	-	-	136.047
Empréstimos bancários	1.685	21.361	91.435	75.791	45.791	236.063
Financ. associados a activos financeiros	493	987	4.439	140.689	-	146.608
Outros passivos - locação financeira	479	6	1.447	9.011	8.752	19.695
	<b>2.703</b>	<b>23.177</b>	<b>232.499</b>	<b>225.491</b>	<b>54.543</b>	<b>538.413</b>

## Nota 4

### ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A reconciliação do balanço consolidado com as diversas categorias dos activos e passivos financeiros nele incluídos detalha-se como se segue:

	CRÉDITO E VALORES A RECEBER	ACTIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS
<b>31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>			
<b>Activos</b>			
Activos financeiros disponíveis para venda	-	9.294	-
Outros activos não correntes	18.933	-	-
Clientes e Outros activos correntes	216.375	-	-
Caixa e seus equivalentes	7.621	-	-
<b>Activos</b>	<b>242.929</b>	<b>9.294</b>	<b>-</b>
<b>Passivos</b>			
Empréstimos e financiamentos não correntes	-	-	97.610
Outros passivos não correntes	-	-	11.443
Empréstimos correntes	-	-	210.070
Financiamentos associados a activos financeiros	-	-	109.244
Fornecedores e Outros passivos correntes	-	-	85.623
<b>Passivos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>513.990</b>
<b>31 DE DEZEMBRO DE 2008</b>			
<b>Activos</b>			
Activos financeiros disponíveis para venda	-	13.531	-
Outros activos não correntes	18.547	-	-
Clientes e Outros activos correntes	254.756	-	-
Caixa e seus equivalentes	5.345	-	-
<b>Activos</b>	<b>278.648</b>	<b>13.531</b>	<b>-</b>
<b>Passivos</b>			
Empréstimos e financiamentos não correntes	-	-	237.503
Outros passivos não correntes	-	-	15.744
Empréstimos correntes	-	-	228.922
Fornecedores e Outros passivos correntes	-	-	89.877
<b>Passivos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>572.046</b>

O justo valor dos activos e passivos financeiros é semelhante ao seu valor de balanço.

	2009	2008
Em 2009 e 2008 os ganhos e perdas com activos e passivos financeiros analisam-se como segue:		
Ganhos / (perdas) de empréstimos e contas a receber	-3.319	-2.042
Ganhos / (perdas) de outros passivos financeiros	-	-
Ganhos / (perdas) de instrumentos financeiros disponíveis para venda	-46	110
Juros obtidos:		
Provenientes de activos financeiros disponíveis para venda	465	526
Provenientes de empréstimos e outros valores a receber	1.292	1.432
Juros suportados:		
Provenientes de passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	-11.600	-19.224
Custos com comissões, garantias e out. custos com passivos financeiros	-9.056	-14.840
<b>Total de ganhos e perdas líquidos</b>	<b>-22.264</b>	<b>-34.038</b>

## Nota 5

### ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

A preparação das demonstrações financeiras foi realizada em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, por recurso a estimativas e assunções que afectam os montantes reportados de activos e passivos e de proveitos e custos durante o período de reporte. Será de referir que apesar de as estimativas se terem baseado no melhor conhecimento do Conselho de Administração em relação aos eventos e acções correntes, os resultados reais podem, em última análise, vir a diferir das mesmas. É, no entanto, convicção do Conselho de Administração que as estimativas e assunções adoptadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos activos e passivos.

As estimativas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos activos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

#### a) Estimativa de imparidade das diferenças de consolidação (Goodwill) e marcas

O Grupo testa anualmente se existe ou não imparidade das diferenças de consolidação, de acordo com a política contabilística indicada na Nota 2.3. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas (Nota 8).

No cálculo dos fluxos de caixa gerados pelas unidades geradoras de caixa foi estimado um crescimento médio das vendas que no caso de ser inferior em 0,5%, e todas as restantes variáveis permanecessem constantes, não corresponderia à necessidade de registar uma perda de imparidade. Por outro lado, caso a taxa de desconto fosse superior em 0,5 % e as restantes variáveis permanecessem constantes, também não seria registada uma perda de imparidade.

De igual forma são efectuados testes de

imparidade para as marcas registadas em outros activos intangíveis, no âmbito dos quais foram utilizadas estimativas (Nota 9). Caso todas as variáveis permanecessem constantes e a taxa de desconto fosse superior em 0,5%, não corresponderia à necessidade de registar uma perda de imparidade.

#### b) Pressupostos actuariais

As responsabilidades com benefícios definidos são calculadas com base em determinados pressupostos actuariais. A diferença verificada entre os pressupostos utilizados e a realidade podem dar origem a efeitos mais ou menos relevantes nas demonstrações financeiras.

#### c) Imposto sobre o Rendimento

O Grupo está sujeito a impostos sobre o rendimento em diversas jurisdições sendo que o cálculo do imposto efectuado pelo Grupo está sujeito a revisão pelas diversas autoridades fiscais. Quando o resultado final dessas revisões é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nas provisões para impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

Adicionalmente, os activos por impostos diferidos correspondem ao valor de prejuízos fiscais para o qual existe expectativa de recuperação no futuro. A não recuperação dos prejuízos fiscais ou a alteração em futuros exercícios das expectativas de recuperação terão impacto nos resultados do exercício em que a situação se verificar.

#### d) Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efectuada pelo Grupo da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

#### e) Provisões para litígios

O Grupo é parte em algumas acções judiciais em curso, sendo constituídas provisões sempre que de acordo com as estimativas efectuadas pela gestão, com base no parecer dos advogados do Grupo, sejam consideradas necessárias (Nota 2.21).

Uma decisão negativa em qualquer acção em curso poderá ter um efeito adverso para a actividade, situação financeira e resultados do Grupo.

## Nota 6

### RELATO POR SEGMENTOS

A apresentação da informação por segmentos é efectuada de acordo com os segmentos operacionais identificados, que são a actividade de distribuição de papel, a actividade de "packaging", a actividade de "factoring" e a actividade de "visual communication". Estes últimos negócios encontram-se reunidos na rubrica Outros negócios. Em Outras actividades estão registados os valores relativos às "holdings" não imputados aos negócios identificados.

Os resultados e os activos e passivos de cada segmento correspondem àqueles que lhe são directamente atribuíveis ou os que, numa base razoável, lhes podem ser atribuídos. As transferências intersegmentais são efectuadas a preços de mercado e não são materialmente relevantes.



Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, a informação financeira por segmentos operacionais, analisa-se da seguinte forma:

31 DE DEZEMBRO DE 2009	DISTRIBUIÇÃO	OUTROS NEGÓCIOS	OUTRAS ACTIVIDADES	ELIMINAÇ. DE CONSOLID.	CONSOLIDADO
<b>RÉDITOS</b>					
Vendas externas	893.072	44.605	122	-	937.799
Vendas Inter-segmentais	211	4.689	-	-4.900	-
Outros réditos	5.160	1.720	1.615	-	8.495
<b>Réditos totais</b>	<b>898.443</b>	<b>51.014</b>	<b>1.737</b>	<b>-4.900</b>	<b>946.294</b>
<b>RESULTADOS</b>					
Resultados segmentais	20.021	2.871	1.114	-299	23.707
<b>Resultados operacionais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23.707</b>
Gastos de juros	-9.886	-685	-13.932	3.591	-20.912
Proveito de juros	3.449	28	5.239	-6.514	2.202
Impostos s/lucros	-	-	-	-	-2.651
<b>Resultados de actividades ordinárias</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.347</b>
Ganhos/ (perdas) em associadas	-	-	-	-	-80
Resultado operações descontinuadas	-	-	-	-	-
<b>Resultado consolidado líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.267</b>
Atribuível:					
Detentores capital	-	-	-	-	2.165
Interesses minoritários	-	-	-	-	102
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>					
Activos do segmento	599.986	26.902	52.937	-	679.825
Investimento em Associadas	-	-	-	-	-
Activos do Grupo não imputados	-	-	-	-	20.142
<b>Activos totais consolidados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>699.967</b>
Passivos do segmento	234.606	6.955	9.708	-	251.269
Passivos do Grupo não imputados	-	-	-	-	296.151
<b>Passivos totais consolidados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>547.420</b>
Dispêndios de capital fixo	6.452	490	900	-	7.842
Depreciações	5.444	438	409	-	6.291
Provisões (imparidade de activos)	4.513	294	-	-	4.807



31 DE DEZEMBRO DE 2008	DISTRIBUIÇÃO	OUTROS NEGÓCIOS	OUTRAS ACTIVIDADES	ELIMINAÇ. DE CONSOLID.	CONSOLIDADO
<b>RÉDITOS</b>					
Vendas externas	1.006.026	38.137	-	-	1.044.163
Vendas Inter-segmentais	197	2.975	-	-3.172	-
Outros réditos	4.952	1.376	1.604	-	7.932
<b>Réditos totais</b>	<b>1.011.175</b>	<b>42.488</b>	<b>1.604</b>	<b>-3.172</b>	<b>1.052.095</b>
<b>RESULTADOS</b>					
Resultados segmentais	29.780	2.594	1.870	-649	33.595
<b>Resultados operacionais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>33.595</b>
Gastos de juros	-19.703	-1.055	-20.760	7.000	-34.518
Proveito de juros	6.110	15	3.020	-6.517	2.628
Impostos s/lucros	-425	29	-	-	-396
<b>Resultados de actividades ordinárias</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.310</b>
Ganhos/ (perdas) em associadas	-	-	-	-	-252
Resultado operações descontinuadas	-	-	-	-	56
<b>Resultado consolidado líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.114</b>
Atribuível:					
Detentores capital	-	-	-	-	1.007
Interesses minoritários	-	-	-	-	107
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>					
Activos do segmento	647.970	27.396	58.809	-	734.175
Investimento em Associadas	-	-	-	-	-
Activos do Grupo não imputados	-	-	-	-	28.636
<b>Activos totais consolidados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>762.811</b>
Passivos do segmento	250.462	9.051	6.794	-	266.307
Passivos do Grupo não imputados	-	-	-	-	346.242
<b>Passivos totais consolidados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>612.549</b>
Dispêndios de capital fixo	2.306	663	120	-	3.089
Depreciações	6.211	429	67	-	6.707
Provisões (imparidade de activos)	3.854	86	-	-	3.940



Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 e nos exercícios findos naquelas datas, os valores dos activos localizados nos diferentes mercados onde a Inapa tem actividade de distribuição e as vendas por país analisam-se como se segue:



	2009		2008	
	ACTIVOS	VENDAS	ACTIVOS	VENDAS
Alemanha	169.728	475.529	175.747	545.966
França	76.935	216.959	96.893	241.040
Portugal	77.810	65.727	50.745	64.793
Outros	275.513	134.857	324.585	154.227
	<b>599.986</b>	<b>893.072</b>	<b>647.970</b>	<b>1.006.026</b>

#### Activos não correntes por repartição geográfica

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 os valores de activos não correntes de acordo com a sua localização são os seguintes:

	2009					2008				
	ALEMANHA	FRANÇA	PORTUGAL	OUTROS	TOTAL	ALEMANHA	FRANÇA	PORTUGAL	OUTROS	TOTAL
Activo fixo tangível líquido	42.427	29.172	22.452	7.247	101.298	44.020	30.744	12.573	16.951	104.288
Outros activos não correntes	63	1.157	17.653	60	18.933	84	1.057	17.354	52	18.547
	<b>42.490</b>	<b>30.329</b>	<b>40.105</b>	<b>7.307</b>	<b>120.231</b>	<b>44.104</b>	<b>31.801</b>	<b>29.927</b>	<b>17.003</b>	<b>122.835</b>

## Nota 7

### ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios de 2009 e 2008, os movimentos ocorridos no valor dos activos tangíveis, bem como as respectivas amortizações, foram os seguintes:

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TERRENOS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO E OUTROS	EM CURSO	TOTAL
<b>CUSTO DE AQUISIÇÃO</b>							
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2009</b>	27.409	98.398	38.073	4.374	14.181	533	182.968
Diferenças cambiais	-	-	3	3	4	-	10
Aumentos	-	429	472	84	772	34	1791
Alienações	-	-	-261	-1.004	-124	-	-1.389
Transferências / abates	-104	103	396	-7	78	-470	-4
Varição no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>27.305</b>	<b>98.930</b>	<b>38.683</b>	<b>3.450</b>	<b>14.911</b>	<b>97</b>	<b>183.376</b>
<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS</b>							
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2009</b>	-	32.358	30.060	3.833	12.427	-	78.678
Diferenças cambiais	-	-	3	2	4	-	9
Reforço	-	2.236	1.282	201	896	-	4.615
Alienações	-	-	-237	-974	-119	-	-1.330
Transferências / abates	-	131	-5	-43	23	-	106
Varição no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>-</b>	<b>34.725</b>	<b>31.103</b>	<b>3.019</b>	<b>13.231</b>	<b>-</b>	<b>82.078</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>27.305</b>	<b>64.205</b>	<b>7.580</b>	<b>431</b>	<b>1.680</b>	<b>97</b>	<b>101.298</b>

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TERRENOS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO E OUTROS	EM CURSO	TOTAL
<b>CUSTO DE AQUISIÇÃO</b>							
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2008</b>	28.293	98.956	39.501	5.276	14.344	4	186.374
Diferenças cambiais	-	-	280	3	447	-	730
Aumentos	-	205	318	134	1.063	540	2.260
Alienações	-930	-2.593	-425	-1.108	-1.653	-9	-6.718
Transferências / abates	-	2.104	-2.104	-	-	-	-
Varição no perímetro de consolidação	43	-274	503	69	-20	-2	320
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>27.406</b>	<b>98.398</b>	<b>38.073</b>	<b>4.374</b>	<b>14.181</b>	<b>533</b>	<b>182.966</b>
<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS</b>							
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2008</b>	-	30.414	28.975	4.655	12.335	-	76.379
Diferenças cambiais	-	-	258	5	386	-	649
Reforço	-	2.222	1.620	265	1.047	-	5.154
Alienações	-	-1.180	-406	-1.053	-1.280	-	-3.919
Transferências / abates	-	658	-433	5	-256	-	-26
Varição no perímetro de consolidação	-	244	46	-44	195	-	441
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2008</b>	-	<b>32.358</b>	<b>30.060</b>	<b>3.833</b>	<b>12.427</b>	-	<b>78.678</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>27.406</b>	<b>66.040</b>	<b>8.013</b>	<b>541</b>	<b>1.754</b>	<b>533</b>	<b>104.288</b>



Em 31 de Dezembro de 2008, as rubricas Transferências/abates e Varição no perímetro de consolidação, reflectem (i) o efeito da aquisição da Complot e da consolidação pelo método de consolidação integral da Logistipack, (ii) assim como o efeito da alienação da Papéis Carreira Açores, que se encontrava reflectido no saldo inicial.

À data de 31 de Dezembro de 2009, o valor bruto do activo tangível financiado por contratos de locação financeira ascendia a 15.654 milhares de euros (2008: 15.677 milhares de euros), sendo as amortizações acumuladas de 3.102 milhares de euros (2008: 2.732 milhares de euros) e o valor em dívida de 12.816 milhares de euros (2008: 14.498 milhares de euros).

Os bens em regime de locação financeira registavam em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 os seguintes valores líquidos:

	2009	2008
Terrenos	2.182	2.182
Edifícios e outras construções	10.341	10.696
Equipamento transporte	29	67
<b>Total</b>	<b>12.552</b>	<b>12.945</b>

## Nota 8

### GOODWILL

A variação do saldo registado na rubrica Goodwill durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

#### GOODWILL

##### 1 DE JANEIRO DE 2008

Valor de aquisição	142.893
Perdas de imparidade acumuladas	-11.766

**Saldo em 1 de Janeiro de 2008** **131.127**

##### Movimentos em 2008

Diferenças cambiais	-
Aumentos	6.814
Reduções por imparidade	-
Transferências e abates	-
Variações no perímetro de consolidação	-
	<b>137.941</b>

##### 31 DE DEZEMBRO DE 2008

Valor de aquisição	149.707
Perdas de imparidade acumuladas	-11.766

**Saldo em 31 de Dezembro de 2008** **137.941**

##### Movimentos em 2009

Diferenças cambiais	-
Aumentos	930
Reduções por imparidade	-
Transferências e abates	-
Variações no perímetro de consolidação	-
	<b>138.871</b>

##### 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Valor de aquisição	150.637
Perdas de imparidade acumuladas	-11.766

**Saldo em 31 de Dezembro de 2009** **138.871**

Aquando da aquisição de diversas subsidiárias foram apuradas diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos activos e passivos adquiridos.

A variação verificada em 2009 no valor do Goodwill resulta da aquisição de um negócio na área do “visual communication” pela subsidiária Complot pelo montante de 549 milhares de euros, tendo sido atribuído um valor de 58 milhares de euros aos activos líquidos adquiridos.

Adicionalmente, foi efectuado um acerto no Goodwill da actividade de “packaging” no montante de 439 milhares de euros em resultado da concretização de condições previstas no contrato de aquisição, efectuada em exercícios anteriores, de uma das subsidiárias do Grupo.

A variação ocorrida no exercício de 2008 no valor do Goodwill resulta da aquisição da totalidade do capital social de duas empresas, a Complot e a Logistipack – Carton Service, sediadas na Alemanha e em França e que desenvolvem actividade no

“visual communication” e no “packaging”, respectivamente. O valor do Goodwill foi determinado da seguinte forma:

	COMPLOTT	LOGISTIPACK	TOTAL
Valor de aquisição da participação	6.024	1.500	7.524
Valor dos capitais próprios ajustados	593	601	1.194
Goodwill	<b>5.431</b>	<b>899</b>	<b>6.330</b>

Desenvolvendo as subsidiárias uma actividade essencialmente de distribuição de papel, o Conselho de Administração considerou que face à estreita interdependência das operações de distribuição e em cumprimento do IAS 36, se tomasse a actividade distribuidora no seu todo como um grupo de unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo esta abordagem igualmente aplicável à actividade de “packaging” desenvolvida na Alemanha.

Nestas circunstâncias a alocação do Goodwill analisa-se como se segue:

	DISTRIBUIÇÃO		PACKAGING	FACTORING	VISUAL COMMUNICATION	TOTAL
	DISTRIBUIÇÃO	LOGISTIPACK	ALEMANHA	PMF-FACTORING	COMPLOTT	
Goodwill	125.112	899	6.385	553	5.922	138.871

Conforme já foi referido na Nota 2.3., os valores registados em Goodwill são sujeitos a testes de imparidade anuais ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor dos mesmos. O Grupo procede anualmente ao cálculo do valor recuperável dos activos e passivos associados à actividade de distribuição bem como das actividades de “packaging”, de “factoring” e de “visual communication”, através da determinação do valor de uso, de acordo com o método de “discounted cash flow”.

Os valores dos cálculos do teste de imparidade efectuado para efeitos das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009, foram suportados pelas expectativas de desenvolvimento do mercado, tendo sido elaboradas projecções de “cash flows” futuros, baseados em planos de médio e de longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração que abrangem um período até 2014. As projecções de fluxos de caixa para além do período do plano são extrapoladas, utilizando as taxas de crescimento estimadas apresentadas abaixo. As taxas de crescimento consideradas nos testes de imparidade não excedem a taxa média de crescimento a longo prazo da actividade distribuidora nem das restantes operações.

Os gestores determinam a margem bruta orçada com base na performance passada e nas suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. A taxa de crescimento média ponderada utilizada é consistente com as previsões incluídas nos relatórios do sector. A taxa de desconto utilizada é de 7,2% depois de impostos, correspondendo a 8,8% antes de impostos e reflecte riscos específicos relacionados com os segmentos relevantes.

Os pressupostos que serviram de base aos testes de imparidade foram os seguintes:

	31 DE DEZEMBRO DE 2009	31 DE DEZEMBRO DE 2008
Taxa de crescimento das vendas (na perpetuidade)	2%	2%
Margem EBITDA (Distribuição)	4,6%	4,6%
Taxa de inflação	2,5%	2,5%
Taxa de desconto após imposto	7,2%	7,7%
Taxa de desconto antes de imposto	8,8%	9,3%

## Nota 9

### OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios de 2009 e 2008, o movimento ocorrido nos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações foram os seguintes:

	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	ADIANTAMENTOS	TOTAL
<b>CUSTO DE AQUISIÇÃO</b>				
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2009</b>	149.616	-	80	149.696
Diferenças cambiais	-	-	-	-
Aumentos	3.764	-	1.901	5.665
Alienações	-184	-	-	-184
Transferências/abates	1.538	-	-	1.538
Varição no perímetro de consolidação	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009</b>	154.734	-	1.981	156.715
<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS</b>				
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2009</b>	43.457	-	-	43.457
Diferenças cambiais	-	-	-	-
Reforço	1.650	-	-	1.650
Alienações	-37	-	-	-37
Transferências/abates	704	-	-	704
Varição no perímetro de consolidação	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009</b>	45.774	-	-	45.774
<b>Valor líquido</b>	<b>108.960</b>	<b>-</b>	<b>1.981</b>	<b>110.941</b>
<b>CUSTO DE AQUISIÇÃO</b>				
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2008</b>	148.612	-	249	148.861
Diferenças cambiais	17	-	-	17
Aumentos	1.201	-	42	1.243
Alienações	-258	-	-211	-469
Transferências/abates	44	-	-	44
Varição no perímetro de consolidação	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2008</b>	149.616	-	80	149.696
<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS</b>				
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2008</b>	42.069	-	-	42.069
Diferenças cambiais	-	-	-	-
Reforço	1.532	-	-	1.532
Alienações	-159	-	-	-159
Transferências/abates	-41	-	-	-41
Varição no perímetro de consolidação	56	-	-	56
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2008</b>	43.457	-	-	43.457
<b>Valor líquido</b>	<b>106.159</b>	<b>-</b>	<b>80</b>	<b>106.239</b>

A Inapa, identificou como activos intangíveis de vida útil indefinida, um conjunto de marcas próprias geradas e registadas aquando da aquisição das subsidiárias que as detinham, para as quais não existe um limite temporal a partir do qual deixem de gerar benefícios económicos para o Grupo.

O valor dos activos intangíveis em causa é sujeito a testes de imparidade anuais de harmonia com o disposto no IAS 36 de que resultou uma perda de imparidade de 27.464 milhares de euros registada em 2006, fixando-se o seu valor em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, no montante de 103.227 milhares de euros. Os testes de imparidade são baseados alternadamente em avaliação efectuada por uma entidade especializada independente ou em cálculos efectuados pelo Grupo seguindo a mesma metodologia.

Tendo em 2008 sido efectuada uma avaliação externa, em 2009 o Grupo procedeu ao cálculo do valor estimado das marcas utilizando o método do "discounted cash flow". Os pressupostos que serviram de base aos cálculos efectuados foram os seguintes:

### 31 DEZEMBRO DE 2009

Taxa de crescimento das vendas (na perpetuidade)	0%
Taxa de inflação	2,5%
Taxa de desconto após imposto	7,2%

Em 31 de Dezembro de 2009 o restante valor registado em Propriedade industrial e outros direitos líquido de amortizações, no montante de 5.733 milhares de euros (31 de Dezembro de 2008: 3.012 milhares de euros), corresponde essencialmente a custos com software, patentes e outras licenças.

O aumento verificado em 2009 na rubrica de Outros activos intangíveis inclui o custo de aquisição de uma carteira de clientes no montante de 1.850 milhares de euros que será amortizado por um período de 10 anos.

O montante registado em transferências e abates inclui o valor de 1.473 milhares de euros e 698 milhares de euros, respectivamente em custo de aquisição e amortizações acumuladas, como consequência da aquisição e posterior fusão da GIP - Gestão Informática de Papel, Lda.

## Nota 10

### PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, os investimentos em empresas associadas, tinham a seguinte composição:

	31 DE DEZEMBRO DE 2009	31 DE DEZEMBRO DE 2008
Surpapel, SL	1.008	1.002
Medialivros - Actividades Editoriais, SA	46	479
Inapa Angola - Distribuição de Papel, SA	-	63
Inapa Logistics	25	25
Inapa Vertriebsgesellschaft, GmbH	25	25
	<b>1.104</b>	<b>1.594</b>

Em 31 de Dezembro de 2009 e no exercício findo naquela data, a informação financeira relativamente a participações registadas em Partes de capital em empresas associadas é a seguinte:

EMPRESA	SEDE SOCIAL	ACTIVOS	CAPITAIS PRÓPRIOS	PROVEITOS	RESULTADO LÍQUIDO	% DO CAPITAL APROPRIADO	RESULTADO APROPRIADO	VALOR DE BALANÇO
Surpapel, SL	Polígono Industrial Guadalquivir, c/ Tecnologia, 1 41120 Gelves Sevilla	*	*	*	36	25%	9	1.008
Medialivros - Actividade Editoriais, SA	Campo de Santa Clara 160, C/D 1100 Lisboa	*	*	*	*	3,9%	-89	46
Mafipa Netherland B.V (Megapapier)	PO Box 1097 3430 BB Nieuwegein Holanda	122	117	-	-	100%	-	-
Inapa Logistics	Warburgstasse, 28 20354 Hamburg Alemanha	25	25	-	-	100%	-	25
Inapa Vertriebsgesellschaft, GmbH	Warburgstasse, 28 20354 Hamburg Alemanha	25	25	-	-	100%	-	25
							<b>-80</b>	<b>1.104</b>

\* informação financeira não disponível à data

O movimento ocorrido durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, na rubrica de Partes de capital em empresas associadas, foi o seguinte:

<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2008</b>	2.077
Aquisições	333
Alienações	-564
Resultado apropriado	-252
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2008</b>	1.594
Aquisições	97
Alienações	-533
Alterações no perímetro de consolidação	-63
Resultado apropriado	9
<b>Saldo final em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>1.104</b>

Em 2009 e 2008 as aquisições incluem o reforço no capital social da Medialivros, SA no montante de 97 milhares de euros e de 270 milhares de euros, respectivamente. Em finais de 2009 foi alienado a terceiros, 38,2% do capital social desta sociedade tendo originado uma menos valia de cerca de 91 milhares euros.

O remanescente das adições ocorridas no exercício de 2008 correspondia ao capital social da empresa constituída nesse exercício, a Inapa Angola - Distribuição de Papel, SA, que iniciou a sua actividade em finais de 2009 passando a ser consolidada pelo método integral (ver Notas 36 e 37).

## Nota 11

### ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, a rubrica Activos financeiros disponíveis para venda tinha a seguinte composição:

	2009	2008
BANIF - Unidades de participação em fundos de investimento	1.626	5.612
Outros	7.668	7.919
	<b>9.294</b>	<b>13.531</b>

O movimento ocorrido durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, na rubrica Activos financeiros disponíveis para venda foi o seguinte:

Saldo em 1 de Janeiro de 2008	13.421
Aquisições	200
Alienações	-200
Variação de justo valor	110
<b>Saldo final em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>13.531</b>
Aquisições	-
Alienações	-4.126
Variação de justo valor	-111
<b>Saldo final em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>9.294</b>



Durante o exercício de 2009 foram alienadas pela Inapa IPG, SA unidades de participação que detinha no BANIF – Unidades de participação em fundos de investimento tendo originado uma menos valia de 46 milhares de euros.

## Nota 12

### IMPOSTOS DIFERIDOS

Todas as situações que possam vir a afectar significativamente os impostos futuros encontram-se registadas nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008.

Em 2009 e 2008, o movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos, foi o seguinte:

	01-01-2009	VARIAÇÕES NO PERÍMETRO	RESERVAS DE JUSTO VALOR E OUTRA RESERVAS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	31-12-2009
<b>ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS</b>					
Provisões tributadas	59	-	-	-5	54
Prejuízos fiscais reportáveis	23.164	-	-	-4.640	18.524
Outros	3.700	-	-	96	3.796
	<b>26.923</b>	-	-	<b>-4.549</b>	<b>22.374</b>
<b>PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS</b>					
Reavaliação de activos imobilizados	-9.225	-	-	1.203	-8.022
Amortizações	-8.903	-	-	-1.156	-10.059
Outros	-3.494	-	-	2.687	-807
	<b>-21.622</b>	-	-	<b>2.734</b>	<b>-18.888</b>
<b>Impostos diferidos líquidos</b>	<b>5.301</b>	-	-	<b>-1.815</b>	<b>3.486</b>

	01-01-2008	VARIAÇÕES NO PERÍMETRO	RESERVAS DE JUSTO VALOR E OUTRA RESERVAS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	31-12-2008
<b>ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS</b>					
Provisões tributadas	368	-	-	-309	59
Prejuízos fiscais reportáveis	21.742	-	-	1.422	23.164
Outros	3.872	-	-	-172	3.700
	<b>25.982</b>	-	-	<b>941</b>	<b>26.923</b>
<b>PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS</b>					
Reavaliação de activos imobilizados	-9.155	-	-	-70	-9.225
Amortizações	-8.394	-	-	-509	-8.903
Outros	-3.531	-	-	37	-3.494
	<b>-21.080</b>	-	-	<b>-542</b>	<b>-21.622</b>
<b>Impostos diferidos líquidos</b>	<b>4.902</b>	-	-	<b>399</b>	<b>5.301</b>

São reconhecidos impostos diferidos activos sobre prejuízos fiscais na medida em que seja provável a realização do respectivo benefício fiscal, através da existência de lucros tributáveis futuros. O Grupo reconheceu impostos diferidos activos no valor de 18.524 milhares de euros referentes a prejuízos fiscais que podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros, e que se detalham como se segue:

EMPRESA	VALOR DO IMPOSTO	DATA LIMITE DE UTILIZAÇÃO
Inapa France	9.966	ilimitado
Grupo Português	2.678	2013-2014
Inapa Distribución Ibérica (Espanha)	3.773	2018-2023
Inapa Belgique	1.549	ilimitado
Inapa Suisse	287	2010-2011
Outras	271	
	<b>18.524</b>	

## Nota 13

### INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, os Inventários decompõem-se como se segue:

	2009	2008
Produtos acabados e intermédios	916	-
Mercadorias	65.609	85.004
	<b>66.525</b>	<b>85.004</b>
Ajustamento para valor de realização (Nota 17)	-1.233	-1.577
	<b>65.292</b>	<b>83.427</b>

Não foram consignadas existências como garantia do cumprimento de obrigações contratuais.

## Nota 14

### CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, os Clientes decompõem-se como segue:

	2009	2008
<b>Clientes</b>		
Clientes c/ corrente	154.212	182.473
Clientes c/ letras	18.431	26.246
Clientes cobrança duvidosa	12.391	13.274
	<b>185.034</b>	<b>221.993</b>
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 17)	-10.794	-11.873
<b>Clientes - saldo líquido</b>	<b>174.240</b>	<b>210.120</b>

Durante os exercícios de 2009 e 2008, o Grupo reconheceu uma perda por imparidade no montante 4.612 milhares de euros e de 3.297 milhares de euros, respectivamente, relativo ao reforço da imparidade de clientes, o qual foi registado na rubrica de Outros custos. (Nota 28)



## Nota 15

### IMPOSTOS A RECUPERAR E OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, a rubrica de Impostos a recuperar decompõem-se como se segue:

	2009	2008
Imposto sobre o Rendimento	1.955	6.353
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4.817	3.083
Outros impostos	795	393
	<b>7.567</b>	<b>9.829</b>

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, os saldos das rubricas Outros activos correntes e não correntes analisam-se como segue:

	2009	2008
<b>Outros activos não correntes</b>		
Outros devedores	18.933	18.547
	<b>18.933</b>	<b>18.547</b>
<b>Outros activos correntes</b>		
Empresas participadas e participantes	93	86
Adiantamentos a fornecedores	2.089	264
Outros devedores	11.214	15.783
Acréscimo de proveitos	27.789	27.538
Custos diferidos	950	965
	<b>42.135</b>	<b>44.636</b>

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, a rubrica Outros devedores – não correntes inclui um crédito de 16,7 milhões de euros da Inapa - IPG sobre a Fimopriv H, SA decorrente da aquisição por esta sociedade de participações de que a Inapa - IPG era titular. A Inapa - IPG admite, no futuro, vir a mobilizar este seu crédito para aquisição da participação de que Fimopriv H, SA é titular no capital de Papier Union, GmbH.

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, a rubrica de Acréscimo de proveitos corresponde, fundamentalmente, à especialização no final do exercício do valor a receber relativo a proveitos obtidos pelo Grupo resultantes de processos de negociação, sobre compras e bónus sobre compras a receber dos fornecedores. Adicionalmente, a rubrica de Custos diferidos inclui juros pagos, despesas bancárias e outros encargos financeiros especializados no final do exercício e a serem reconhecidos no exercício seguinte.

## Nota 16

### CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A discriminação de caixa e equivalentes de caixa em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, analisa-se como se segue:

	2009	2008
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	7.561	5.275
Numerário	60	70
Caixa e seus equivalentes no balanço	<b>7.621</b>	<b>5.345</b>
Descobertos bancários	-93.202	-100.062
Caixa e seus equivalentes na demonstração de fluxos de caixa	<b>-85.581</b>	<b>-94.717</b>

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de Empréstimos (Nota 22).

## Nota 17

### IMPARIDADES

Durante os exercícios de 2009 e 2008, as imparidades de activos reconhecidas tiveram os seguintes movimentos:

	GOODWILL	OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	INVENTÁRIOS	CLIENTES	TOTAL
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2008</b>	11.766	27.464	2.049	13.438	54.717
Reforço	-	-	644	3.297	3.941
Utilizações	-	-	-1.121	-4.718	-5.839
Reversões	-	-	-	62	62
Reclassificações	-	-	-	-292	-292
Variações no perímetro de consolidação	-	-	5	69	74
Ajustamento cambial	-	-	-	17	17
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2008</b>	11.766	27.464	1.577	11.873	52.680
Reforço	-	-	51	4.612	4.663
Utilizações	-	-	-396	-5.749	-6.145
Reversões	-	-	-	56	56
Variações no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-
Ajustamento cambial	-	-	1	2	3
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009</b>	11.766	27.464	1.233	10.794	51.257



## Nota 18

### CAPITAL SOCIAL E ACCÇÕES PRÓPRIAS

#### Capital social

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, o capital social era representado por 150.000.000 de acções ordinárias com o valor nominal de 1 euro cada. O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Com excepção da Parpública – Participações Públicas, SGPS, SA, que detinha 49.084.738 acções que correspondiam, a 31 de Dezembro, a 32,72% do capital e dos direitos de voto, do Banco Comercial Português, SA, a quem são de imputar 27.391.047 acções correspondentes 18,26% do capital e dos direitos de voto (\*) e do Sr. José Augusto Martins Fazendeiro, a quem são de imputar 3.083.851 acções correspondentes a 2,06% do capital e dos direitos de voto (\*\*), não eram conhecidos

à data do encerramento do exercício outras pessoas, singulares ou colectivas, que fossem titulares ou a quem fossem de imputar participações sociais atribuindo direitos de votos iguais ou superiores a 2%.

(\*) a participação imputável ao Banco Comercial Português, SA decompõe-se pela seguinte forma:

- Banco Comercial Português, SA ..... 10.315.846 acções correspondentes a 6,88% dos direitos de voto;
- Fundo de Pensões do Grupo BCP ..... 16.521.635 acções correspondentes a 11,01% dos direitos de voto;

Banco Millennium BCP investimento, SA

.. 553.566 acções correspondentes a 0,37% dos direitos de voto.

(\*\*) a participação imputável ao Sr. José Augusto Martins Fazendeiro decompõe-se pela seguinte forma:

- Sr. José Augusto Martins Fazendeiro ..... 3.033.851 acções correspondentes a 2,02% dos direitos de voto;
- Albano R.N. Alves - Distribuição de Papel, SA .. 50.000 acções correspondentes a 0,03% dos direitos de voto.

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, os accionistas com participações iguais ou superiores a 2% resumem-se como se segue:

ACCIONISTA	2009		2008	
	ACÇÕES	%	ACÇÕES	%
Parpública – Participações Públicas (SGPS), SA	49.084.738	32,72%	49.084.738	32,72%
Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português	16.521.635	11,01%	16.521.635	11,01%
Banco Comercial Português	10.315.846	6,88%	10.315.846	6,88%
Cofihold, SGPS, SA	-	0,00%	6.494.896	4,33%
Banco Millennium BCP Investimento, SA	553.566	0,37%	553.566	0,37%
José Augusto Martins Fazendeiro:				
Próprias	3.033.851	2,02%	3.033.851	2,02%
Acções detidas por pessoa ou entidade contemplada no artº 447	50.000	0,03%	50.000	0,03%

#### Acções próprias

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, o Grupo não detinha acções próprias.

## Nota 19

### PRÉMIOS DE EMISSÃO DE ACÇÕES, RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, as rubricas Prémios de emissão de acções, Reservas e Resultados transitados decompõem-se da seguinte forma:

	2009	2008
Prémios de emissão de acções	<b>2.937</b>	<b>2.937</b>
Reserva de conversão cambial	1.539	1.236
Reservas de reavaliação	31.901	32.330
Reserva legal	7.500	7.500
Outras reservas	225	225
	<b>41.165</b>	<b>41.291</b>
Resultados transitados	<b>-44.753</b>	<b>-46.006</b>

Os Prémios de emissão de acções correspondem à diferença entre o valor nominal das acções da Inapa - IPG adquiridas e o seu valor de realização e não são distribuíveis sob a forma de dividendos mas poderão ser utilizados para incorporação no Capital ou para cobertura de prejuízos.

A Reserva de conversão cambial inclui a diferença da conversão cambial de todos os activos e passivos do Grupo expressos em moedas estrangeira para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As Reservas de reavaliação correspondem ao valor dos bens reavaliados à data de transição para os IAS/IFRS.

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

De acordo com a decisão tomada em 29 de Abril de 2009 pela Assembleia Geral da Inapa - IPG, os resultados negativos das demonstrações financeiras individuais do exercício de 2008 no montante de - 96.110,92 euros foram transferidos para resultados transitados.

## Nota 20

### RESULTADOS POR ACÇÃO

O cálculo do resultado básico por acção baseia-se no resultado líquido atribuível aos accionistas da Inapa - IPG e no número médio ponderado de acções ordinárias em circulação. Em virtude de não existirem operações diluidoras das acções da Inapa - IPG, o resultado diluído por acção é igual ao resultado básico por acção, conforme segue:

	2009	2008
Resultado líquido do exercício em euros	2.165.130	1.007.489
Número médio ponderado de acções ordinárias	150.000.000	150.000.000
Resultado básico por acção - em euros	0,014	0,007
Resultado diluído por acção - em euros	0,014	0,007
Resultado básico por acção de operações continuadas - em euros	0,014	0,007
Resultado diluído por acção de operações continuadas - em euros	0,014	0,007
Resultado básico por acção de operações descontinuadas - em euros	0,000	0,000
Resultado diluído por acção de operações descontinuadas - em euros	0,000	0,000

## Nota 21

### INTERESSES MINORITÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, o valor da rubrica Interesses minoritários incluída no capital próprio, refere-se às seguintes empresas subsidiárias:

	2009	2008
Papier Union	968	968
Outros	65	65
	<b>1.033</b>	<b>1.033</b>

## Nota 22

### EMPRÉSTIMOS E OUTROS FINANCIAMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, os empréstimos tinham a seguinte composição:

		2009	2008
<b>DÍVIDA CORRENTE</b>			
<b>Empréstimos bancários</b>			
Descobertos bancários e financiamentos de curto prazo	a)	93.202	100.062
Papel comercial, reembolsável pelo seu valor nominal, com maturidade até um ano, renovável	b)	111.500	124.000
Financiamento de médio e longo prazo (parcela com maturidade até 1 ano)	c)	5.368	4.860
		210.070	228.922
<b>Financiamentos associados a activos financeiros - titularização de créditos (Nota 38)</b>		109.244	-
<b>Total da dívida corrente</b>		<b>319.314</b>	<b>228.922</b>
<b>DÍVIDA NÃO CORRENTE</b>			
<b>Empréstimos bancários</b>			
Financiamento de médio e longo prazo	c)	97.610	102.733
		97.610	102.733
<b>Financiamentos associados a activos financeiros - titularização de créditos (Nota 38)</b>		-	134.770
<b>Total da dívida não corrente</b>		<b>97.610</b>	<b>237.503</b>
		<b>416.924</b>	<b>466.425</b>

a) Os descobertos bancários têm períodos de renovação anuais e vencem juros à taxa Euribor a 1 ou 3 meses acrescida de um spread médio de 1,74 pontos percentuais.

b) A dívida relativa a Papel comercial detalha-se como se segue:

i) Programa de Papel Comercial, emitido pela Inapa - IPG em 2005 com garantia de subscrição, no valor de 30.000.000 euros, a ser reembolsado em 5 prestações anuais e iguais, vencendo-se a primeira em 2006 e a última em 2010. A taxa de juro nominal máxima é a taxa Euribor

do período de emissão acrescida de 1,25 pontos percentuais. Em 31 de Dezembro de 2009, o valor deste programa ascendia a 6.000.000 euros. Os juros são debitados nas datas das emissões.

ii) Programa de Papel Comercial, emitido pela Inapa - IPG em 2009 com

garantia de subscrição, no valor de 15.000.000 euros, a ser reembolsado em 2010. A taxa de juro nominal máxima é a taxa Euribor do período de emissão acrescida de 2,5 pontos percentuais. Os juros são debitados nas datas das emissões.

**iii)** Programa de Papel Comercial, emitido pela Inapa - IPG em 2005 com garantia de subscrição, no valor de 29.000.000 euros, a ser reembolsado em 2010. A taxa de juro nominal máxima é a taxa Euribor do período de emissão acrescida de 0,65 pontos percentuais. Os juros são debitados nas datas das emissões.

**iv)** Programa de Papel Comercial, emitido em 2009 conjuntamente pela Inapa - IPG e pela Inapa Portugal com garantia de subscrição, no valor de 20.000.000 euros, a ser reembolsado em 5 prestações, vencendo-se a 1ª em Outubro de 2009 e a última em 2014. A taxa de juro nominal máxima é a taxa Euribor do período de emissão acrescida de 1,8 pontos percentuais. Em Dezembro de 2009 o valor deste programa ascendia a 18.500.000 euros. Os juros são debitados nas datas das emissões.

**v)** Programa de Papel Comercial, emitido pela Inapa - IPG em 2006 com garantia de subscrição no valor de 5.000.000 euros, a ser reembolsado em 2011. A taxa de juro nominal é a taxa Euribor do período de emissão acrescida de 1,3 pontos percentuais. Os juros são debitados nas datas das emissões.

**vi)** Programa de Papel Comercial, emitido pela Inapa - IPG em 2008 com garantia de subscrição, no valor de 22.000.000 euros, a ser reembolsado em 3 prestações anuais, vencendo-se a primeira em 2011 e a última em 2013. A taxa de juro nominal máxima é a taxa Euribor do período de emissão acrescida de 1,4 pontos percentuais. Os juros são debitados nas datas das emissões.

**vii)** Programa de Papel Comercial, emitido pela Inapa - IPG em 2008 com

garantia de subscrição, no valor de 11.000.000 euros, a ser reembolsado em 2013. A taxa de juro nominal máxima é a taxa Euribor do período de emissão acrescida de 1,5 pontos percentuais. Os juros são debitados nas datas das emissões.

**viii)** Programa de Papel Comercial, emitido pela Inapa Portugal em 2005 com garantia de subscrição no valor de 5.000.000 euros, a ser reembolsado em 2010. A taxa de juro nominal é a taxa Euribor do período de emissão acrescida de 0,25 pontos percentuais. Os juros são debitados nas datas das emissões.

**c)** O financiamento de médio e longo prazo detalha-se, essencialmente, como se segue:

**i)** Empréstimos bancários no valor de 74.700 milhares de euros. Vencem juros à taxa Euribor a 6 meses acrescido de 1,75 pontos percentuais. Os juros são debitados semestralmente, em Abril e Outubro. Os empréstimos serão reembolsados em 10 prestações anuais, a primeira em 2009 e a última em 2018.

**ii)** Empréstimo bancário no valor de 21.000 milhares de euros. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses acrescido de 1,5 pontos percentuais. Os juros são debitados trimestralmente. O empréstimo será integralmente reembolsado em 2013.

**iii)** Empréstimo bancário no valor de 922,1 milhares de euros. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses acrescido de 2,5 pontos percentuais. Os juros são debitados mensalmente sendo o capital reembolsado em iguais prestações mensais até 2012.

**iv)** Empréstimo bancário no valor de 667 milhares de euros. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses acrescido de 3 pontos percentuais. Os juros são debitados trimestralmente. O empréstimo é reembolsado em 6 prestações trimestrais, a primeira em Setembro de 2010 e a última em 2011.

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 a dívida relativa a locações financeiras incluída nas rubricas de Outros passivos (Nota 25), era a seguinte:

	2009	2008
<b>Dívida relativa a locações financeiras</b>		
Fornecedores de Imobilizado não correntes - locação financeira	11.443	13.402
Fornecedores de Imobilizado correntes - locação financeira	1.373	1.096
	<b>12.816</b>	<b>14.498</b>
<b>Dívida relativa a locações financeiras</b>		
Valor das rendas - não descontado		
• a menos de 1 ano	386	479
• a mais de 1 ano e a menos de 5 anos	8.139	10.464
• a mais de 5 anos	5.329	8.752
	<b>13.854</b>	<b>19.695</b>
<b>Encargo financeiro a suportar</b>	<b>-1.038</b>	<b>-5.197</b>
	<b>12.816</b>	<b>14.498</b>



Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, os empréstimos obtidos não correntes, correntes e as responsabilidades com contratos de locação financeira apresentam os seguintes termos e prazos de reembolso:

			<b>2009</b>			
	<b>MOEDA</b>	<b>TX. DE JURO MEDIA</b>	<b>INFERIOR A 1 ANO</b>	<b>1 A 5 ANOS</b>	<b>SUPERIOR A 5 ANOS</b>	<b>TOTAL</b>
Descobertos bancários	Eur	3,0%	93.202	-	-	93.202
Papel Comercial	Eur	4,8%	111.500	-	-	111.500
Empréstimos	Eur	4,8%	5.368	64.410	33.200	102.978
Financiam. assoc. a activos financeiros	Eur	3,0%	109.244	-	-	109.244
Responsabilidades locação financeira	Eur	2,2%	1.373	6.294	5.149	12.816
			<b>320.687</b>	<b>70.704</b>	<b>38.349</b>	<b>429.740</b>

			<b>2008</b>			
	<b>MOEDA</b>	<b>TX. DE JURO MEDIA</b>	<b>INFERIOR A 1 ANO</b>	<b>1 A 5 ANOS</b>	<b>SUPERIOR A 5 ANOS</b>	<b>TOTAL</b>
Descobertos bancários	Eur	5,7%	100.061	-	-	100.061
Descobertos bancários	CHF	3,7%	1	-	-	1
Papel Comercial	Eur	6,9%	124.000	-	-	124.000
Empréstimos	Eur	6,3%	4.860	60.856	41.877	107.593
Financiam. assoc. a activos financeiros	Eur	4,9%	-	134.770	-	134.770
Responsabilidades locação financeira	Eur	5,6%	1.096	5.933	7.469	14.498
			<b>230.018</b>	<b>201.559</b>	<b>49.346</b>	<b>480.923</b>

Em 31 de Dezembro de 2009, o Grupo tinha disponíveis cerca de 74.800 milhares de euros relativos a linhas de crédito que não se encontravam utilizadas (31 de Dezembro de 2008: 38.800 milhares de euros).

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, o montante líquido da dívida financeira consolidada é o seguinte:

	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Empréstimos		
Correntes	210.070	228.922
Não correntes	97.610	102.733
	<b>307.680</b>	<b>331.655</b>
Financiamentos associados a titularização de créditos	109.244	134.770
Dívidas por locações financeiras	12.816	14.498
	<b>429.740</b>	<b>480.923</b>
Caixa e seus equivalentes	7.621	5.345
Investimentos financeiros negociáveis (títulos cotados)	-	-
Investimentos financeiros disponíveis para venda (títulos cotados)	-	-
	<b>7.621</b>	<b>5.345</b>
	<b>422.119</b>	<b>475.578</b>

## Nota 23

### PROVISÕES

Durante os exercícios de 2009 e de 2008, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de Provisões:

<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2008</b>	776
Reforço	4.238
Utilizações	-444
Transferências	-13
Variações no perímetro de consolidação	26
Ajustamento cambial	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>4.583</b>
Reforço	461
Utilizações	-4.096
Transferências	-123
Variações no perímetro de consolidação	-
Ajustamento cambial	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>825</b>

O saldo desta rubrica corresponde a provisões para fazer face aos riscos inerentes a litígios associados a processos judiciais em curso.

Em 31 de Dezembro de 2008 nas provisões em causa incluía-se uma provisão de 3,8 milhões de euros, registada para cobertura dos riscos associados a um processo de contraordenação instaurado à Papier Union, GmbH pela Autoridade da Concorrência Alemã (Bundeskartellamt) em

momento anterior à sua aquisição pelo Grupo.

O montante encontrava-se definitivamente fixado no valor acima referido, sendo de sublinhar que, por força do contrato de compra e venda, a responsabilidade por tal coima incumbe aos anteriores accionistas que, para garantia do respectivo pagamento, constituíram, um “escrow account” junto ao Deutsche Bank (sucursal de Iserlohn) pelo montante de 11,3 milhões

de euros. O crédito da sociedade sobre os anteriores accionistas encontrava-se, na mesma data relevado na rubrica de Outros devedores pelo montante da coima acima mencionada (3,8 milhões de euros).

Relativamente ao processo de contraordenação de que a sociedade foi objecto por parte da acção interposta por Papelaria Fernandes – Indústria e Comércio, SA, ver Nota 34 – Contingências.



## Nota 24

### BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A EMPREGADOS

Conforme referido na Nota 2.22, o Grupo implementou planos de pensões de benefícios definidos, relativamente a alguns dos seus trabalhadores. Adicionalmente, atribui outro tipo de benefícios pós-emprego conforme abaixo descritos.

	2009	2008
<b>SALDOS NO BALANÇO PARA:</b>		
<b>Benefícios concedidos a empregados:</b>		
Complementos de pensões de reforma - benefícios definidos	1.028	1.071
Outros benefícios pós-emprego - benefícios definidos	1.848	1.774
Outros	199	87
	<b>3.075</b>	<b>2.932</b>
<b>GASTOS NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS:</b>		
Complementos de pensões de reforma - benefícios definidos	151	127
Outros benefícios pós-emprego - benefícios definidos	238	204
Complementos de pensões de reforma - contribuição definida	471	477
	<b>860</b>	<b>808</b>

#### a) Planos de pensões de benefícios definidos

##### Empresas localizadas em Portugal

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, não existem quaisquer planos de pensões para membros dos órgãos sociais ou empregados das sociedades portuguesas do Grupo.

##### Inapa France, SA

Existem planos de benefício definido para nove colaboradores da Inapa France, cuja gestão é efectuada por uma entidade externa. A responsabilidade encontra-se financiada em parte pelo justo valor dos activos geridos por uma entidade externa (companhia de seguros), sendo efectuadas entregas anuais.

Os estudos actuariais efectuados por uma entidade independente, reportados a 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, consideraram os seguintes pressupostos actuariais:

	2009	2008
Taxas previstas de evolução salarial	2,5%	2,5%
Taxas de desconto	5,20%	6,30%
Tábua de mortalidade	INSEE 2000-2002	INSEE 2000-2002

De acordo com o respectivo estudo actuarial, em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, o valor presente da obrigação correspondente aos benefícios de reforma definidos e respectiva provisão contabilística, era como segue:

<b>SALDOS DO BALANÇO</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Responsabilidades por serviços passados	883	1.348
Valor dos activos do Fundo	47	506
Valor actual das responsabilidades não cobertas	<b>836</b>	<b>842</b>
Custo dos serviços passados não reconhecidos	-836	-842
<b>Responsabilidade Líquida</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

O movimento registado nas responsabilidades com serviços passados relativas a complementos com pensões e respectivo fundo constituído foi como se segue:

<b>RESPONSABILIDADES</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Saldo inicial	1.348	1.289
Serviços correntes	39	70
Custo dos juros	55	68
Perdas/ (ganhos) actuariais	20	-16
Benefícios Pagos	-579	-63
<b>Saldo Final</b>	<b>883</b>	<b>1.348</b>

Os movimentos registados no fundo constituído foram como se segue:

<b>FUNDO</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Saldo inicial	506	431
Contribuições para o fundo	123	125
Retorno esperado dos activos do plano	7	19
(Perdas)/ganhos actuariais (dif. entre rend. esperado e real)	-10	-6
Prestações pagas	-579	-63
<b>Saldo Final</b>	<b>47</b>	<b>506</b>

Os movimentos verificados nos custos dos serviços passados não reconhecidos em resultados foram os seguintes:

<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PASSADOS NÃO RECONHECIDOS</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Saldo inicial	842	858
Perdas/(ganhos) actuariais do período não reconhecidos em resultados	30	-10
Reconhecimentos em resultados de ganhos/(perdas) actuariais	-36	-6
<b>Saldo Final</b>	<b>836</b>	<b>842</b>

Os valores reconhecidos na demonstração de resultados, são como se seguem:

<b>CUSTOS DO EXERCÍCIO</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Custos dos serviços correntes	39	70
Custo de juros	55	68
Rentabilidade esperada dos activos do plano	-7	-19
Reconhecimento de (ganhos)/perdas actuariais	34	6
<b>Total incluído em Custos com pessoal</b>	<b>121</b>	<b>125</b>

#### Papier Union, GmbH

A Papier Union, GmbH, atribuiu a 28 dos seus actuais colaboradores e ex-colaboradores, activos e pensionistas, um esquema de complemento de pensões de reforma (trancado em 1982), calculado tendo por base 0,4% do salário auferido em cada ano de serviço na empresa até ao máximo de 12%. A responsabilidade relativa a este plano de pensões não está coberta por qualquer fundo constituído para o efeito, pelo que se encontra integralmente registada no balanço do Grupo.

Esta responsabilidade, apurada tendo por base um estudo actuarial efectuado por uma entidade independente, para efeitos de aplicação da Norma Internacional de Relato Financeiro nº 19, é reconhecida em balanço na rubrica de Benefícios concedidos a empregados e ascende, em 31 de Dezembro de 2009, a 1.028 milhares de euros (2008: 1.071 milhares de euros).

Os estudos actuariais efectuados por uma entidade independente, reportados a 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, consideraram os seguintes pressupostos actuariais:

	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Taxas previstas de evolução salarial	2,0%	2,0%
Taxas de desconto	5,0%	6,3%
Taxa de crescimento das pensões	2,0%	2,0%
Tábua de mortalidade	Heubeck2005 G	Heubeck2005 G

De acordo com o respectivo estudo actuarial, em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, o valor presente da obrigação correspondente aos benefícios de reforma definidos e respectiva provisão contabilística, eram como se segue:

<b>SALDOS DO BALANÇO</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Responsabilidades por serviços passados	1.076	998
Custo dos serviços passados não reconhecidos	-48	73
Responsabilidade Líquida	<b>1.028</b>	<b>1.071</b>

O movimento registado nas responsabilidades com serviços passados foi como se segue:

<b>RESPONSABILIDADES</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Saldo inicial	998	1.259
Serviços correntes	5	13
Custo dos juros	61	54
Perdas/(ganhos) actuariais	86	-254
Benefícios pagos	-74	-74
<b>Saldo final</b>	<b>1.076</b>	<b>998</b>

Os movimentos verificados nos custos dos serviços passados não reconhecidos em resultados foram os seguintes:

<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PASSADOS NÃO RECONHECIDOS</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Saldo inicial	-73	103
Perdas/(ganhos) actuariais do período não reconhecidos em resultados	121	-176
Amortização de perdas/(ganhos) actuariais diferidas em exercícios anteriores	-	-
<b>Saldo Final</b>	<b>48</b>	<b>-73</b>

Os valores reconhecidos na demonstração de resultados, são como se seguem:

<b>CUSTOS DO EXERCÍCIO</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Custos dos serviços correntes	5	13
Custo de juros	61	54
Reconhecimento de perdas/(ganhos) actuariais - "curtailment"	-36	-65
<b>Total incluído em Custos com pessoal</b>	<b>30</b>	<b>2</b>

#### **b) Outros benefícios definidos pós-emprego**

De acordo com a legislação local, a subsidiária francesa é obrigada a pagar aos seus funcionários na data da reforma e de uma única vez, um montante definido com base no número de anos de trabalho na empresa, na categoria profissional e no salário auferido à data da reforma. O valor dessas responsabilidades que se encontra registado no balanço em 31 de Dezembro de 2009, ascende a cerca de 1.543 milhares de euros (2008: 1.485 milhares de euros).

As responsabilidades relativas a estes benefícios de reforma por serviços prestados foram determinadas com base nos seguintes pressupostos actuariais:

	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Taxas previstas de evolução salarial	2,1%	2,1%
Taxas de desconto	5,20%	6,30%
Tábua de mortalidade	INSEE 2000-2002	INSEE 2000-2002

De acordo com o respectivo estudo actuarial, em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, o valor presente da obrigação correspondente aos benefícios de reforma definidos e respectiva provisão contabilística, era como segue:

<b>SALDOS DO BALANÇO</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Responsabilidades por serviços passados	1.688	1.457
Custo dos serviços passados não reconhecidos	-145	28
<b>Responsabilidade Líquida em balanço</b>	<b>1.543</b>	<b>1.485</b>

Os movimentos registados nas responsabilidades com serviços passados relativas a benefícios de reforma foram como se segue:

<b>RESPONSABILIDADES</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Saldo inicial	1.457	1.610
Varição de perímetro	-	-
Serviços correntes	78	94
Custo dos juros	92	84
Perdas/(Ganhos) actuariais	173	-295
Benefícios Pagos	-112	-36
<b>Saldo final</b>	<b>1.688</b>	<b>1.457</b>

Os valores reconhecidos na demonstração de resultados são como se seguem:

<b>CUSTOS DO EXERCÍCIO</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Custos dos serviços correntes	78	94
Custo de juros	92	84
Amortização de perdas/(ganhos) actuariais diferidas	-	7
<b>Total incluído em Custos com pessoal</b>	<b>170</b>	<b>185</b>

Os movimentos verificados nos custos dos serviços passados não reconhecidos em resultados foram os seguintes:

<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PASSADOS NÃO RECONHECIDOS</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Saldo inicial	-28	275
Perda/(ganhos) actuariais do período não reconhecidos em resultados	173	-296
Amortização de (perdas)/ganhos actuariais diferidas em exercícios anteriores	-	-7
<b>Saldo Final</b>	<b>145</b>	<b>-28</b>

Adicionalmente, a Inapa France atribui aos seus colaboradores que à data da reforma tenham mais de 20 anos de casa, uma contribuição fixa calculada com base na antiguidade da seguinte forma:

<b>ANTIGUIDADE</b>	<b>MONTANTE</b>
20 anos	0,5 mês salário líquido
30 anos	2/3 mês salário líquido
35 anos	1 mês salário líquido
40 anos	1 mês salário líquido

As responsabilidades em 31 de Dezembro de 2009, ascendendo a 305 milhares de euros (2008: 289 milhares de euros), encontram-se totalmente registadas em balanço. Estas foram calculadas de acordo com os seguintes pressupostos, tendo por base a tábua de mortalidade INSEE 2000-2002 e o valor actual dos salários projectados, para o pessoal no activo:

	2009	2008
Taxas previstas de evolução salarial	1,5%	1,5%
Taxas de desconto	5,20%	6,30%
Tábua de mortalidade	INSEE 2000-2002	INSEE 2000-2002

Os movimentos registados nas responsabilidades com serviços passados relativas a benefícios de reforma foram como se segue:

RESPONSABILIDADES	2009	2008
Saldo inicial	289	324
Serviços correntes	15	18
Custo dos juros	18	17
Perdas/(Ganhos) actuariais	35	-16
Benefícios Pagos	-52	-54
<b>Saldo final</b>	<b>305</b>	<b>289</b>

Os valores reconhecidos na demonstração de resultados, são como se seguem:

CUSTOS DO EXERCÍCIO	2009	2008
Custos dos serviços correntes	15	18
Custo de juros	18	17
(Ganhos)/Perdas actuariais	35	-16
<b>Total incluído em Custos com pessoal</b>	<b>68</b>	<b>19</b>

**c) Planos de pensões de contribuição definida**

Existem igualmente planos de contribuição definida para a Tavistock Paper Sales, Ltd, subsidiária no Reino Unido, que tem um plano de contribuição definida para um dos seus empregados, e para a Inapa Suíça. O valor das contribuições efectuadas no exercício de 2009 por estas subsidiárias ascendeu a 8 milhares de euros (2008: 7 milhares de euros) e 463 milhares de euros (2008: 470 milhares de euros), respectivamente, e encontram-se ambas registadas na rubrica de Custos com pessoal.



## Nota 25

### ESTADO, OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES, FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 a rubrica de Estado decompõe-se como se segue:

	2009	2008
Imposto sobre o Rendimento (Nota 31)	1.049	1.162
Imposto sobre o Valor Acrescentado	7.772	8.285
Contribuição para a Segurança Social	1.821	1.917
	<b>10.642</b>	<b>11.364</b>

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, a rubrica de Outros passivos não correntes, Fornecedores e Outros passivos correntes, decompõe-se como se segue:

	2009	2008
<b>Outros passivos não correntes</b>		
Outros credores	-	2.342
Fornecedores de imobilizado	11.443	13.402
	<b>11.443</b>	<b>15.744</b>
<b>Fornecedores</b>		
Conta corrente	42.193	53.060
Conta letras	17	347
Facturas em recepção e conferência	11.802	6.300
	<b>54.012</b>	<b>59.707</b>
<b>Outros passivos correntes</b>		
Adiantamento de clientes	973	1.288
Fornecedores de imobilizado	2.011	1.116
Outros credores	16.566	16.436
Acréscimos e diferimentos	12.061	11.332
	<b>31.611</b>	<b>30.172</b>

Os saldos com fornecedores de imobilizado estão, essencialmente, relacionados com contratos de locação financeira (Notas 7 e 22).

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 a rubrica de Acréscimos e diferimentos analisa-se como se segue:

	2009	2008
Custos com o pessoal a pagar	6.125	5.038
Especialização de juros	1.017	2.119
Custos com transportadores	1.730	2.110
Apoio marketing	905	126
Especialização de outros encargos bancários	369	347
Juros debitados a clientes	54	108
Outros	1.861	1.484
	<b>12.061</b>	<b>11.332</b>

## Nota 26

### VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

As Vendas e prestações de serviços, dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, distribuem-se da seguinte forma:

	2009	2008
Vendas de Mercadorias e de Outros produtos	937.799	1.044.163
Prestações de Serviços	8.495	7.932
	<b>946.294</b>	<b>1.052.095</b>

Em 2009 e 2008, os saldos da rubrica Outros rendimentos analisam-se como se segue:

	2009	2008
Proveitos suplementares	451	397
Descontos de pronto pagamento líquidos	10.081	11.318
Outros rendimentos	14.007	14.273
	<b>24.539</b>	<b>25.988</b>

Os Outros rendimentos referem-se a serviços debitados a clientes, publicidade, recuperação de dívidas, rendas por aluguer de espaço, entre outros.



## Nota 27

### CUSTOS COM PESSOAL

Em 2009 e 2008, os saldos da rubrica Custos com pessoal analisam-se como se segue:

	2009	2008
Salários e ordenados	58.123	58.177
Contribuições para a Segurança Social	13.794	13.912
Custos com pensões	860	808
Outros custos com pessoal	4.648	5.041
	<b>77.425</b>	<b>77.938</b>

A rubrica de Outros custos com pessoal inclui indemnizações por rescisões de contrato de trabalho, no montante de 1.559 milhares de euros (2008: 2.435 milhares de euros).

Durante o período o Grupo teve ao seu serviço, em média, ao longo do ano, 1.484 empregados (2008: 1.489), dos quais 1.351 (2008: 1.359) em empresas sediadas no estrangeiro e 5 empregados resultantes das novas subsidiárias adquiridas.

## Nota 28

### OUTROS CUSTOS

Em 2009 e 2008, os saldos da rubrica Outros custos analisam-se como se segue:

	2009	2008
Gastos administrativos	76.219	79.110
Impostos indirectos	2.428	2.693
Outros custos	2.371	1.995
Imparidade de activos correntes (ver Nota 17 e 23)	4.807	3.940
	<b>85.825</b>	<b>87.738</b>

## Nota 29

### DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

Em 2009 e 2008, os saldos desta rubrica analisam-se como se segue:

	2009	2008
Activos fixos tangíveis	4.641	5.174
Activos intangíveis	1.650	1.532
	<b>6.291</b>	<b>6.706</b>

## Nota 30

### FUNÇÃO FINANCEIRA

Os custos e proveitos financeiros dos exercícios de 2009 e 2008, têm a seguinte composição:

	2009	2008
<b>PROVEITOS FINANCEIROS</b>		
Juros obtidos	1.167	1.754
Ganhos na alienação de investimentos	331	-
Diferenças de câmbio favoráveis	113	-
Outros proveitos e ganhos financeiros	590	874
	<b>2.201</b>	<b>2.628</b>
<b>CUSTOS FINANCEIROS</b>		
Juros suportados	11.600	19.224
Perdas na alienação de investimentos	468	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	255	455
Outros custos e perdas financeiros	8.588	14.839
	<b>20.911</b>	<b>34.518</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-18.710</b>	<b>-31.890</b>

A rubrica de Outros custos e perdas financeiras engloba, entre outros, custos associados a contratos de titularização (2009: 4.977 milhares de euros, 2008: 10.261 milhares de euros), custos com a emissão de papel comercial (2009: 1.713 milhares de euros; 2008: 1.537 milhares de euros), comissões de garantia (2009: 685 milhares de euros; 2008: 880 milhares de euros), de locação financeira (2009: 655 milhares de euros, 2008: 917 milhares de euros) e imposto de selo (2009: 319 milhares de euros, 2008: 516 milhares de euros).

## Nota 31

### IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 tem a seguinte composição:

	2009	2008
Imposto corrente	-836	-795
Imposto diferido (Nota 12)	-1.815	399
	<b>-2.651</b>	<b>-396</b>

De acordo com a legislação fiscal em vigor em cada país, as declarações fiscais das empresas incluídas na consolidação estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período, que em Portugal é de quatro anos. Na generalidade dos países onde o Grupo desenvolve actividade, os prejuízos fiscais

podem ser deduzidos à colecta apurada em exercícios seguintes, sendo em Portugal por um período máximo de 6 anos e nos restantes países por um período superior, estando contudo sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais.

O Conselho de Administração do Grupo

entende que eventuais correcções que possam ser efectuadas pelas autoridades fiscais como resultado de inspecções/revisões não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2009.

O imposto sobre o lucro do Grupo antes de impostos difere do montante teórico que resultaria da aplicação ao lucro consolidado da taxa média ponderada de impostos sobre lucros como se segue:

	2009	2008
Resultado líquido antes de imposto sobre os lucros	4.919	1.510
Taxa nominal média sobre o lucro	-1.475	-468
Valor do imposto sobre o rendimento	-2.651	-396
	<b>-1.176</b>	<b>72</b>
Retenção na fonte de impostos sobre juros de obrigações	-	-111
Impacto da cessão de armazém - empresa do Grupo	-1.369	-
Impacto da alienação de investimentos financeiros	-	-29
Diferenças permanentes - Portugal	-101	72
Diferenças permanentes - França	-403	-611
Diferenças permanentes outros países	-20	-70
Alterações nas taxas de imposto - saldos iniciais	762	890
Outros	-45	-69
	<b>-1.176</b>	<b>72</b>

Em 2009 a taxa nominal média ponderada do imposto sobre os lucros foi de 30% (2008: 31%).

## Nota 32

### OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Os activos e passivos relacionados com a Inapa Itália foram apresentados como operações descontinuadas em virtude do Conselho de Administração ter tomado a decisão em Julho de 2007 de deixar de desenvolver qualquer actividade em Itália. Em 31 de Dezembro de 2009, a Inapa Itália encontrava-se liquidada.

DESIGNAÇÃO	SEDE SOCIAL	% DE PARTICIPAÇÃO	ACTIVIDADE	DATA DE INCORPORAÇÃO
Inapa Italia, SpA	Strada Statale Padana Superiore 315/317, I – 20090 Vimodrone Milão, Itália	100,0	Distribuição papel	1998

Encontra-se ainda registado em balanço o valor de 297 milhares de euros a receber de terceiros.

## Nota 33

### COMPROMISSOS

#### a) Locação Operacional

O Grupo arrenda diversos escritórios, armazéns e equipamentos de transporte através de contratos de locação operacional. Os contratos possuem diversos prazos, cláusulas de reajustamento e direitos de renovação.

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 o valor das rendas vincendas, de acordo com a sua data de vencimento é o seguinte:

	2009	2008
A menos de 1 ano	4.847	5.043
A mais de 1 ano e a menos de 5 anos	10.531	12.758
A mais de 5 anos	1.260	2.174
	<b>16.638</b>	<b>19.975</b>

Em 2009 e 2008 foram registados em custos do exercício os montantes de 7.339 milhares de euros e de 6.182 milhares de euros, respectivamente relativos a locações operacionais.

## b) Garantias

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, as responsabilidades assumidas, pelo Grupo, perante terceiros, por garantias prestadas, eram as seguintes:

	2009	2008
<b>GARANTIAS BANCÁRIAS</b>		
A favor de instituições financeiras	118.000	130.500
A favor de terceiros e de carácter operacional	1.433	2.822
<b>GARANTIAS REAIS</b>		
Sobre activos fixos tangíveis	-	615
	<b>119.433</b>	<b>133.937</b>

Em 31 de Dezembro de 2009, os compromissos financeiros, referentes a garantias prestadas pela Sociedade, a diversas instituições financeiras, totalizavam 118 milhões de euros (2008: 130,5 milhões de euros), dos quais cerca de (i) 6,5 milhões de euros (2008: 6,5 milhões de euros) a favor da Inapa France, para efeitos de empréstimos contraídos e (ii) 111,5 milhões de euros (2008: 124 milhões de euros) para efeitos de emissão de papel comercial da Inapa – IPG.

## c) Outros

Uma das empresas do Grupo Inapa (Inapa Portugal), celebrou no ano de 2006, dois contratos com a Caixa Leasing e Factoring e com o Millennium BCP, respectivamente, mediante os quais estas entidades se obrigam a assegurar-lhes um serviço de gestão e liquidação de facturas a fornecedores.

Ao abrigo destes contratos as referidas instituições financeiras procedem à liquidação de facturas de fornecedores nas

datas previamente acordadas com a Inapa Portugal, procedendo esta às respectivas liquidações nas datas de vencimento daquelas.

Em 31 de Dezembro de 2009, os valores adiantados a fornecedores no âmbito dos referidos contratos totalizavam cerca de 5.910 milhares de euros (2008: 4.849 milhares de euros).

## Nota 34 CONTINGÊNCIAS

### Passivos contingentes

Em 1 de Agosto de 2007, Papelaria Fernandes – Indústria e Comércio, SA interpôs contra Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA e suas subsidiárias Inaprest – Prestação de Serviços, Participações e Gestão, SA (sociedade extinta) e Inapa Portugal – Distribuição de Papel, SA uma acção na qual pede, em síntese:

a anulação dos seguintes actos:

- de constituição em Junho de 2006 de um penhor mercantil para contra-garantia das cartas de conforto emitidas por Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA como garantia dos financiamentos mantidos por aquela sociedade junto ao Banco Espírito Santo e à Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo;
- dos negócios efectuados em 1991 de concentração das actividades de distribuição de papel na SDP (actual Inapa Portugal) e de produção e comercialização de envelopes na Papelaria Fernandes;
- da aquisição em 1994 da participação detida pela Papelaria Fernandes na SDP (actual Inapa Portugal);
- da compensação de créditos levada a cabo, também em 1994, entre a Papelaria Fernandes e a Inaprest.

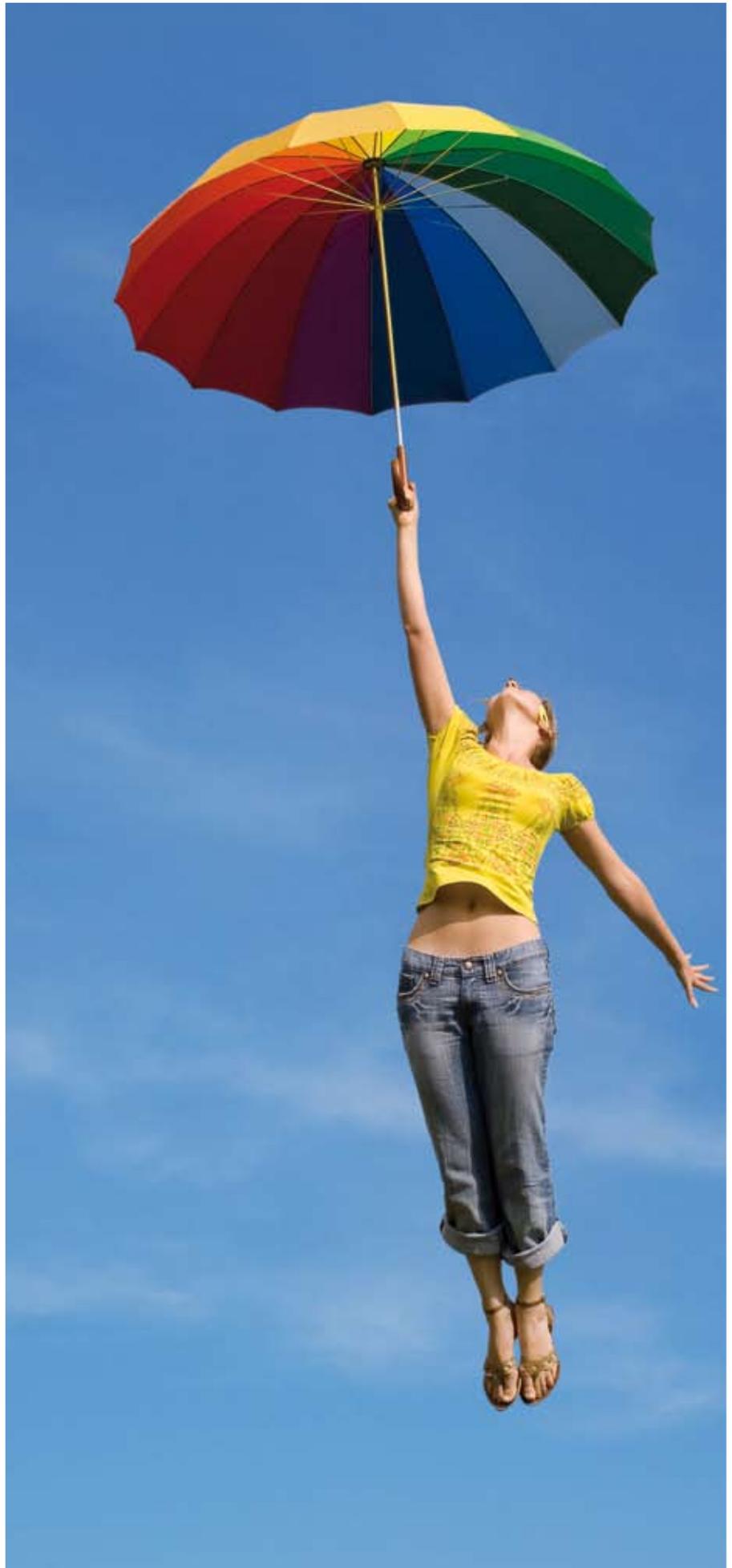
a condenação da Inapa:

- a manter as cartas de conforto emitidas em favor do Banco Espírito Santo e da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo;
- a indemnizar a Papelaria Fernandes em caso de eventual mobilização do penhor mercantil como contra-garantia das cartas de conforto.

A Papelaria Fernandes – Indústria e Comércio, SA veio, posteriormente, a regularizar as suas responsabilidades perante o Banco Espírito Santo e a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo pelo que:

- as cartas de conforto emitidas pela Inapa - IPG deixaram de ter objecto tendo sido devolvidas pelos respectivos beneficiários;
- esta sociedade comunicou, em consequência, à Papelaria Fernandes – Indústria e Comércio, SA a verificação da condição resolutive do penhor mercantil por esta constituído em seu favor.

A acção, à qual foi atribuída um valor de 24.460 milhares de euros, foi contestada pela Inapa - IPG e pela sua subsidiária Inapa Portugal – Distribuição de Papel, SA, aguardando-se presentemente que o Tribunal determine os efeitos na acção da dissolução / liquidação de Inaprest – Prestação de Serviços, Participações e Gestão, SA. O Grupo entende que deste processo não deverão resultar impactos financeiros, não tendo em consequência sido constituída qualquer provisão.



## Nota 35

### TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 com entidades relacionadas do Grupo são os seguintes:

	2009					
	CLIENTES	OUTROS ACTIVOS CORRENTES	EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	FORNECEDORES IMOBILIZADO	FORNECEDORES	OUTROS PASSIVOS CORRENTES
Surpapel SL	26	-	-	-	-	9
Megapapier	-	-	-	-	-	-
Medialivros	-	87	-	-	-	-
BCP	-	-	113.363	6.519	1	-
	<b>26</b>	<b>87</b>	<b>113.363</b>	<b>6.519</b>	<b>1</b>	<b>9</b>

	2008					
	CLIENTES	OUTROS ACTIVOS CORRENTES	EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	FORNECEDORES IMOBILIZADO	FORNECEDORES	OUTROS PASSIVOS CORRENTES
Surpapel SL	36	1	-	-	-	-
Megapapier	-	-	-	-	-	-
Medialivros	102	95	-	-	69	-
BCP	118	-	123.974	7.589	8	-
	<b>256</b>	<b>96</b>	<b>123.974</b>	<b>7.589</b>	<b>77</b>	<b>-</b>

Durante os exercícios de 2009 e 2008, as transacções efectuadas com entidades relacionadas do Grupo, foram como se segue:

	2009			
	VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	OUTROS PROVEITOS	OUTROS CUSTOS	CUSTOS FINANCEIROS
Surpapel SL	104	-	22	-
Megapapier	-	-	-	-
Medialivros	77	44	-	-
BCP	-	-	-	7.527
	<b>181</b>	<b>44</b>	<b>22</b>	<b>7.527</b>

	2008			
	VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	OUTROS PROVEITOS	OUTROS CUSTOS	CUSTOS FINANCEIROS
Surpapel SL	164	25	2	-
Megapapier	-	-	-	-
Medialivros	86	39	6	-
BCP	754	-	-	9.415
	<b>1.004</b>	<b>64</b>	<b>8</b>	<b>9.415</b>

## Remuneração dos Órgãos Sociais

As remunerações pagas pela Inapa – IPG aos membros dos Órgãos sociais em 2009 e 2008, analisam-se como se segue (euros):

	2009	2008
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>		
Remunerações	715.850	702.001
Benefícios pós-emprego	-	-
Outros benefícios de longo prazo	-	-
Benefícios de cessação de emprego	-	-
Pagamentos em acções	-	-
	<b>715.850</b>	<b>702.001</b>
<b>COMISSÃO DE AUDITORIA*</b>		
Remunerações	<b>87.000</b>	<b>74.276</b>
<b>MESA DA ASSEMBLEIA GERAL</b>		
Remunerações	<b>7.000</b>	<b>7.000</b>

\*Remunerações pagas aos membros da Comissão de Auditoria incluídas no valor das remunerações do Conselho de Administração.

## Nota 36

### EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As subsidiárias incluídas na consolidação, mediante a aplicação do método da consolidação integral, à data de 31 de Dezembro de 2009, são conforme segue:

DESIGNAÇÃO	SEDE SOCIAL	% DE PARTICIPAÇÃO DO GRUPO	ACTIVIDADE	DETENTORA DIRECTA	DATA DE INCORPORAÇÃO
Gestinapa - SGPS,SA	Rua Castilho, n° 44-3° 1250-071 Lisboa	100,00	SGPS	Inapa – IPG, SA	Junho 1992
Inapa-Portugal, SA	Rua das Cerejeiras, n° 5, Vale Flores São Pedro de Penaferrim 2710 Sintra	99,75	Distribuição papel	Gestinapa -SGPS,SA	1988
Inapa Distribución Ibérica, SA	c/ Delco Polígono Industrial Ciudad del Automóvil 28914 Leganés, Madrid	100,00	Distribuição papel	Gestinapa- SGPS, SA	Dezembro 1998
Inapa France, SA	91813 Corbeil Essones Cedex França	100,00	Distribuição papel	Inapa – IPG, SA	Maior 1998
Logistipack – Carton Service,SA	14, Impasse aux Moines 91410 Dourdon France	100,00	Embalagem	Inapa France, SA	Janeiro 2008

DESIGNAÇÃO	SEDE SOCIAL	% DE PARTICIPAÇÃO DO GRUPO	ACTIVIDADE	DETENTORA DIRECTA	DATA DE INCORPORAÇÃO
Inapa Belgique	Vaucampsan, 30 1654 Huizingen Belgica	99,94	Distribuição papel	Inapa-France, SA	Maió 1998
Inapa Luxembourg	211, Rue des Romains. L. 8005 Bertrange Luxemburgo	97,75	Distribuição papel	Inapa Belgique	Maió 1998
Inapa Deutschland, GmbH	WarburgstraÙ, 28 20354 Hamburgo Alemanha	100,00	Holding	Gestinapa- SGPS, SA	Abril 2000
Papier Union, GmbH	WarburgstraÙe, 28 20354 Hamburgo Alemanha	94,90	Distribuição papel	Inapa Deutschland, GmbH	Abril 2000
PMF- Print Medien Factoring , GmbH	WarburgstraÙ, 28 20354 Hamburgo Alemanha	94,90	Factoring	Papier Union, GmbH	Setembro 2005
Inapa Packaging, GmbH	WarburgstraÙ, 28 20354 Hamburgo Alemanha	94,90	Holding	Papier Union, GmbH	2006
HTL Verpackung, GmbH	Werner-von-Siemens Str 4-6 21629 Neu Wulmstrof Alemanha	94,90	Embalagem	Inapa Packaging, GmbH	Janeiro 2006
Hennessen & Potthoff, GmbH	Tempelsweg 22 Tonisvorst Alemanha	94,90	Embalagem	InapaPackaging, GmbH	Janeiro 2006
Inapa Viscom, GmbH	WarburgstraÙ, 28 20354 Hamburgo Alemanha	100,0	Holding	Papier Union, GmbH	Janeiro 2008
Complot Papier Union, GmbH	Industriestrasse 40822 Mettmann Alemanha	100,0	Comunicação Visual	Inapa VisCom, GmbH	Janeiro 2008
Inapa – Merchants, Holding, Ltd	Torrington House, 811 High Road Finchley N12 8JW Reino Unido	100,00	Holding	Gestinapa – SGPS, SA	1995
Tavistock Paper Sales, Ltd	1st Floor- The Power House Wantage OX12 8PS Reino Unido	100,00	Distribuição papel	Inapa- Merchants Holding, Ltd	Fevereiro 1998
Inapa Suisse	Althardstrasse 301 8105 Regensdorf Suisse	100,00	Distribuição papel	Inapa-IPG,SA e Papier Union, GmbH	Maió 1998
Inapa Angola Distribuição de Papel,SA	Rua Amílcar Cabral n° 211 Edifício Amílcar Cabral 8° Luanda, Angola	100,00	Distribuição papel	Inapa Portugal,SA	Dezembro 2009
Edições Inapa, Lda	Rua Castilho, 44-3° 1250-071 Lisboa	100,00	Editorial	Inapa-IPG,SA e Gestinapa,SGPS,SA	Novembro 2009
Inapa Italia SpA (ver Nota 32)	Strada Statale Padana Superiore 315/317 I – 20090 Vimodrone Milão - Itália	100,00	-	Inapa-France, SA	1998

Durante o exercício de 2009, e em resultado do início da sua actividade a Inapa Angola Distribuição de Papel, SA, passou a ser consolidada pelo método integral, bem como a Edições Inapa, Lda, empresa constituída em 2009.

A nossa participada Papier Union, GmbH deu-nos conta da aplicação à Inapa - IPG, SA do disposto no parágrafo 3, Secção 264 do Código Comercial Alemão.

As partes relacionadas consideradas relevantes para efeitos das demonstrações financeiras foram as subsidiárias, mencionadas acima, as associadas, mencionadas na Nota 10, os accionistas, mencionados na Nota 18 e os Órgãos Sociais.

Todas os saldos e transacções com as subsidiárias foram anuladas no processo de consolidação. Todos os saldos e transacções com as associadas, não consolidadas pelo método de consolidação integral (Notas 10 e 37), e demais empresas participadas pelo Grupo Inapa encontram-se evidenciados na Nota 35.

## Nota 37

### EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

As participações que a seguir se indicam não foram incluídas no processo de consolidação pelo método da consolidação integral. O efeito da sua não integração não é materialmente relevante, tendo sido registadas pelo método da equivalência patrimonial, conforme referido nas Notas 10 e 2.2. A Megapapier não foi consolidada pelo método da consolidação integral por ser intenção do Grupo a sua liquidação,

tendo sido valorizada por um valor nulo.

## Nota 38

### TITULARIZAÇÃO DE CRÉDITOS

O Grupo procedeu, a uma operação de titularização de créditos, dividida em duas fases, uma em finais de 2003 e outra em 2004, no valor total de 140 milhões de euros, decomposta em 70 milhões de euros cada, pelo período de 7 anos renovável.

Esta operação revestiu-se de características inovadoras no mercado português já que se tratou de uma efectiva cessão de créditos.

Em 2007, o Conselho de Administração reapreciou o critério de reconhecimento da operação de titularização no âmbito das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS). Não obstante a efectiva transferência de parte relevante dos riscos relativos a esses créditos, o Conselho decidiu adoptar as recomendações da CMVM.

Nesse sentido, estes créditos encontram-se registados no balanço na rubrica Clientes por contrapartida da rubrica Financiamentos associados a activos financeiros (Nota 22).

A operação de titularização foi efectuada através de (i) uma entidade com finalidade especial (SPV) com sede na República da Irlanda que emitiu títulos para financiamento da operação, divididos em "senior notes" no montante de 140 milhões de euros e "junior notes" no montante de 7.628 milhares de euros, estando estas últimas subordinadas às primeiras, e (ii) de três entidades que adquiriram os saldos de clientes ao Grupo.



As "junior notes" que vencem juros à taxa de 5%, foram adquiridas pelo Grupo e encontram-se registadas na rubrica Activos financeiros disponíveis para venda (ver Nota 11). As "senior notes" vencem juros à taxa Euribor a 1 mês acrescidas de um spread de 0,625%.

EMPRESA	SEDE SOCIAL	DETENTORA DIRECTA	% DE PARTICIPAÇÃO
Megapapier - Mafipa Netherlands BV	PO Box 1097 - 3430 BB Nieuwegein Holanda	Inapa France, SA	100%
Inapa Logistics	Warburgstrasse,28 - 20354 Hamburg - Alemanha	Papier Union, GmbH	100%
Inapa Vertriebsgesellschaft GmbH	Warburgstrasse,28 - 20354 Hamburg - Alemanha	Papier Union, GmbH	100%



## Nota 40

### EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de Dezembro de 2009, ocorreu o seguinte evento que merece destaque:

- Anúncio da entrada da Inapa para o índice PSI20.

## INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do nº 1 do Artº21 do Decreto-lei nº 411/91, de 17 de Outubro, informamos não serem as empresas consolidadas devedoras de quaisquer contribuições, vencidas, à Segurança Social e ao Estado.

## Nota 39

### CUSTOS SUPORTADOS COM SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ACTUAIS AUDITORES/REVISORES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, os custos suportados com serviços prestados, às empresas subsidiárias, pelos principais auditores/revisores, foram os seguintes:

	2009	2008
Serviços de Revisão Legal de Contas e de auditoria	480.000	476.600
Serviços de assessoria fiscal	6.300	6.300
Outros	950	-
	<b>487.250</b>	<b>482.900</b>



## DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS DE EMBALAGEM

### PACKAGING E O RECICLADO

O papel reciclado é uma área em franco crescimento e que demonstra o empenho do grupo na promoção de produtos ambientalmente sustentáveis.

Para citar um exemplo, em 2009 Papier Union conheceu um aumento de 30% em vendas neste sector.

The background of the page is a grayscale photograph of several stacks of cardboard boxes. Each box is labeled with the word 'FRAGILE' and 'GLASS' in bold, uppercase letters, accompanied by two upward-pointing arrows. The boxes are stacked in a way that creates a sense of depth and repetition, with some boxes in the foreground being more in focus than others in the background.

# '08

## RELATÓRIO DO AUDITOR E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS CONSOLIDADAS

# '08

## RELATÓRIO DO AUDITOR E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS CONSOLIDADAS

### INTRODUÇÃO

#### 1.

Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de €699.967 milhares e um total de capital próprio de €152.547 milhares, o qual inclui interesses minoritários de €1.033 milhares e um resultado líquido de €2.165 milhares), a Demonstração dos resultados consolidados separada, a Demonstração do rendimento integral consolidado, a Demonstração das alterações no capital próprio consolidado e a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### RESPONSABILIDADES

#### 2.

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

#### 3.

A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa,

verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

## ÂMBITO

### 4.

O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

### 5.

O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

### 6.

Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## OPINIÃO

### 7.

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA em 31 de Dezembro de 2009, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

## ÊNFASE

### 8.

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para que, conforme referido na Nota 34 do Anexo, em 2007 a Papelaria Fernandes – Indústria e Comércio, SA interpôs contra a Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA uma acção relativa a factos ocorridos em anos anteriores. A Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA considera que não tem qualquer responsabilidade relevante para com a Papelaria Fernandes – Indústria e Comércio, SA em resultado das operações referidas no processo interposto por esta, pelo que não procedeu à constituição de qualquer provisão nas demonstrações financeiras consolidadas.

Lisboa, 16 de Abril de 2010

PricewaterhouseCoopers & Associados.  
SROC, Lda

Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários  
sob o nº 9077

representada por:

Ricardo Filipe de Frias Pinheiro, R.O.C.

# COMUNICAÇÃO VISUAL

As novas tecnologias de impressão, a inovação nos materiais de suporte e os novos conceitos de comunicação, conduziram à entrada da Inapa, em 2007, nesta área de negócio, que tem vindo a apresentar um desempenho francamente animador.

Trata-se de um segmento de

negócio que apresenta a maior taxa de crescimento dentro da indústria gráfica, e que inclui os materiais de impressão, os consumíveis, a venda dos equipamentos de impressão, software e a respectiva manutenção.

Na Alemanha, o Grupo encontra-se entre os cinco primeiros operadores do mercado.



The background features a close-up, slightly blurred view of a desk. On the left, a calendar page for the month of February is visible, showing dates from 1 to 29. A colorful bookmark with segments in blue, yellow, pink, and grey is placed over the calendar. The overall lighting is soft and natural, suggesting an indoor setting.

# 09

## RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA

# '09

## RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA

### INTRODUÇÃO

#### 1.

A Comissão de Auditoria do Conselho de Administração de Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA vem, para cumprimento do disposto na alínea g) do art.º 423º-F do Código das Sociedades Comerciais, apresentar o relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, relativos ao exercício findo em 31-12-2009, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados, apresentados pelo Conselho de Administração.

### FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

#### 2.

No exercício em apreço a Comissão de Auditoria acompanhou a evolução da actividade da sociedade e das suas subsidiárias em Portugal e no estrangeiro, tendo, designadamente:

- Zelado pela observância da lei e dos estatutos;
- Verificado a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificado a exactidão dos documentos de prestação de contas;
- Verificado que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados.

A Comissão de Auditoria procedeu, em especial, ao acompanhamento da preparação e à análise da informação financeira periódica objecto de divulgação nos termos regulamentares, tendo para o efeito os seus membros, individual ou colectivamente, mantido reuniões e outros contactos considerados apropriados, quer com a administração executiva e com os responsáveis dos departamentos envolvidos, quer com o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo.

Foram também objecto de especial consideração pela Comissão a análise dos principais

riscos e dos respectivos sistemas de gestão e controlo interno existentes.

Neste particular, e com o objectivo de uma mais aprofundada análise, a Comissão de Auditoria efectuou no exercício de 2009:

- Entrevistas específicas individualizadas com cada um dos seis Directores de Inapa IPG, no sentido de conhecer mais de perto os contornos das suas atribuições e competências nas respectivas áreas de responsabilidade, bem como os principais aspectos da gestão dos riscos, nomeadamente, identificação, avaliação de impacto, mecanismos e procedimentos de mitigação e controlo interno e externo exercidos.
- Uma visita de trabalho a subsidiárias na Alemanha, que assumem preponderância quer em termos das diversas actividades exercidas quer em termos do peso no conjunto do Grupo Inapa, para conhecer mais de perto e apreciar os aspectos operacionais relacionados com os negócios e actividades desenvolvidos, e a respectiva organização, funcionamento e controlo.

Foram objecto de análise as operações que legal ou estatutariamente requerem a intervenção específica da Comissão de Auditoria.

A Comissão de Auditoria fiscalizou os processos de preparação de informação financeira e de revisão de contas, bem como a independência do Revisor Oficial de Contas. Neste particular a Comissão analisou e apreciou especificamente a prestação de serviços de assessoria fiscal e outros serviços, ainda que de limitada expressão, pela rede a que pertence o Revisor Oficial de Contas, designadamente quanto às condições concretas em que os serviços foram prestados e às salvaguardas adoptadas, que considerou apropriadas à preservação da independência do referido Revisor.

Durante o exercício de 2009, para além de ter participado em todas as reuniões do Conselho de Administração, no âmbito das suas responsabilidades e competências próprias a Comissão de Auditoria realizou 11 (onze) reuniões e efectuou diversas outras diligências que entendeu necessárias e apropriadas.

No decurso da sua actividade fiscalizadora,

de que foram elaboradas as correspondentes actas, não se deparou a Comissão de Auditoria com quaisquer constrangimentos dignos de registo.

## PARECER SOBRE OS RELATÓRIOS E CONTAS

### 3.

A Comissão de Auditoria examinou o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 (nas quais se incluem o balanço, as demonstrações de resultados, as demonstrações dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio, bem como as respectivas notas anexas. As demonstrações individuais foram elaboradas de harmonia com o Plano Oficial de Contabilidade (derrogado quanto à valorização do Goodwill, conforme nota nº 1 do respectivo Anexo) e as demonstrações consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

A Comissão de Auditoria examinou as Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria sobre a Informação Financeira, individual e consolidada, emitidos pelo Revisor Oficial de Contas da Sociedade, documentos com os quais concorda.

Face aos elementos mencionados e à acção por si desenvolvida, a Comissão de Auditoria é do parecer que o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, referentes ao exercício de 2009, bem como a proposta de aplicação de resultados constante no Relatório de Gestão, estão de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, pelo que merecem aprovação em Assembleia Geral.

## DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

### 4.

Para cumprimento do disposto no nº1, alínea c) do artº 245º do Código de Valores

Mobiliários, os membros da Comissão de Auditoria do Conselho de Administração da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação contida no Relatório de Gestão, nas contas anuais, na certificação legal de contas e nos demais documentos de prestação de contas, individuais e consolidados, exigidos por lei ou regulamento referentes a 31 de Dezembro de 2009, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios sociais, do desempenho e da posição desta sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que tais empresas se defrontam.

Lisboa 16 de Abril de 2010

A Comissão de Auditoria

**Emídio de Jesus Maria**

*Administrador e Presidente da Comissão de Auditoria*

**Abílio Ramos Marques**

*Administrador e Vogal da Comissão de Auditoria*

**Pedro Maria Cabral Norton de Matos**

*Administrador e Vogal da Comissão de Auditoria*



## LOGÍSTICA

**D**isposta a tornar-se uma fornecedora de serviços, a Inapa desenvolve soluções à medida dos clientes. Com cerca de 300 camiões em circulação a servir uma área de armazenagem com mais de 180 mil metros quadrado, a sua logística é uma mais-valia em qualquer dos países onde está implantada.

Para os actuais clientes da área de distribuição de papel o conceito resulta num único ponto de contacto desde a encomenda de papel, até ao levantamento e distribuição do material pós-impressão nas datas acordadas, junto dos seus respectivos clientes. A Inapa torna-se, assim, numa referência em serviços lo-gísticos para a indústria gráfica e transformadora.



10

RELATÓRIO  
DE GOVERNO  
SOCIETÁRIO

# '10

## RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

### Introdução

O presente Relatório de Governo Societário foi elaborado em cumprimento do disposto no Regulamento n.º 1/2007 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ("CMVM") e pelas Recomendações sobre o Governo das Sociedades Cotadas, publicadas pela CMVM em Setembro de 2007, estando ambos os documentos disponíveis no sítio da CMVM, em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt).

Neste sentido, sem prejuízo da publicação pela CMVM do Regulamento n.º 1/2010, a Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. ("Inapa" ou a "Sociedade"), ao abrigo da circular da CMVM de 26 de Janeiro de 2010, optou por observar o modelo de relatório de governo societário estabelecido no citado Regulamento n.º 1/2007, uma vez que já se encontrava numa fase muito avançada da preparação deste relatório.



# Capítulo 0

## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

### 01.

Indicação do local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos dos governos das sociedades aos quais o emitente se encontre sujeito e, se for o caso, aqueles a que tenha voluntariamente escolhido sujeitar-se

O texto dos códigos do governo das sociedades referente à Sociedade encontra-se disponível ao público:

- na sede na sociedade sita na Rua Castilho, n.º 44 – 3.º andar, em Lisboa;
- no sítio institucional da sociedade em [www.inapa.pt](http://www.inapa.pt); e
- no sítio institucional da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)

Este relatório estará também disponível em qualquer dos locais indicados, em formato autónomo e como anexo ao Relatório e Contas anual da Sociedade, sendo deste parte integrante.

### 02.

Indicação discriminada das recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades da CMVM adoptadas e não adoptadas:

RECOMENDAÇÃO / CAPÍTULO	CUMPRIMENTO	REMISSÃO / RELATÓRIO
<b>ASSEMBLEIA GERAL</b>		
<b>I.1 MESA DA ASSEMBLEIA GERAL</b>		
<b>I.1.1.</b> O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	<b>Sim</b>	
<b>I.1.2.</b> A remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo das sociedades.	<b>Sim</b>	<b>1.3</b>
<b>I.2. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA</b>		
<b>I.2.1.</b> A antecedência do depósito ou do bloqueio das acções para a participação em Assembleia Geral imposta pelos estatutos não deve ser superior a 5 dias úteis	<b>Sim</b>	<b>1.4</b>
<b>I.2.2.</b> Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período até que a sessão seja retomada devendo bastar-se com a antecedência ordinária exigida na primeira sessão	<b>Sim</b>	<b>1.5</b>

RECOMENDAÇÃO / CAPÍTULO	CUMPRIMENTO	REMISSÃO / RELATÓRIO
<b>I - ASSEMBLEIA GERAL</b>		
<b>I.3. VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO</b>		
<b>I.3.1.</b> As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária do voto por correspondência	Sim	1.8
<b>I.3.2.</b> O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis	Sim	1.8
<b>I.3.3.</b> As sociedades devem prever, nos seus estatutos, que corresponde um voto a cada acção	Sim	1.6
<b>I.4. QUÓRUM E DELIBERAÇÕES</b>		
<b>I.4.1.</b> As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei	Não	1.7
(pelo contrato de sociedade é exigido, que em primeira convocação estejam presentes ou representados accionistas que detenham pelo menos 1/3 do capital social, não apenas para as deliberações contempladas no n.º 2 do art.º 383.º CSC, mas para todas as deliberações da assembleia geral. Tal derrogação ao principio assenta no entendimento, já antigo nesta sociedade, de que as deliberações devem ter um mínimo de base accionista representativa, sobretudo para defesa da posição dos pequenos accionistas individuais)		
<b>I.5. ACTAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOPTADAS</b>		
<b>I.5.1.</b> As actas das reuniões da Assembleia Geral devem ser disponibilizadas aos accionistas no site internet da sociedade no prazo de 5 dias, ainda que não constituam informação privilegiada, nos termos legais e deve ser mantido neste site um acervo histórico das listas de presença, das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas, pelo menos, nos três anos antecedentes	Sim	
<b>I.6. MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES</b>		
<b>I.6.1.</b> As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas	Sim	
(os estatutos da sociedade não contemplam quaisquer medidas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição)		

RECOMENDAÇÃO / CAPÍTULO	CUMPRIMENTO	REMISSÃO / RELATÓRIO
<b>I - ASSEMBLEIA GERAL</b>		
<b>I.6. MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES</b>		
<b>I.6.2.</b> Os estatutos das sociedades que, respeitando o princípio da alínea anterior, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que seja consignado que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação da Assembleia Geral a manutenção ou não dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal e que nessa deliberação se contam os votos emitidos sem que aquela limitação funcione	<b>Sim</b>  (os estatutos da sociedade não contemplam quaisquer medidas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição)	
<b>I.6.3.</b> Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração	<b>Sim</b>	<b>1.13</b> <b>1.14</b> <b>1.15</b>
<b>II – ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO</b>		
<b>II.1. TEMAS GERAIS</b>		
<b>II.1.1. Estrutura e Competência</b>		
<b>II.1.1.1.</b> O órgão de administração deve avaliar no seu relatório de governo o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar	<b>Sim</b>	
<b>II.1.1.2.</b> As sociedades devem criar sistemas internos de controlo para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário	<b>Sim</b>	<b>2.4</b>
<b>II.1.1.3.</b> Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento, os quais devem ser divulgados no site da internet da sociedade	<b>Sim</b>	<b>2.6</b>

RECOMENDAÇÃO / CAPÍTULO	CUMPRIMENTO	REMISSÃO / RELATÓRIO
<b>II – ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO</b>		
<b>II.1. TEMAS GERAIS</b>		
<b>II.1.2. Incompatibilidades e independência</b>		
<b>II.1.2.1.</b> O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos	Sim	2.9
<b>II.1.2.2.</b> De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não podem em caso algum ser inferior a ¼ do número total de administradores	Sim	2.9
<b>II.1.3. Elegibilidade e nomeação</b>		
<b>II.1.3.1.</b> Consoante o modelo aplicável o Presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para Matérias Financeiras, deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções	Sim	2.9 2.10
<b>II.1.4. Política de comunicação de irregularidades</b>		
<b>II.1.4.1.</b> A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio com os seguintes elementos.  <b>1.</b> Indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações;  <b>2.</b> Indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante	Sim	2.22
<b>II.1.4.2.</b> As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo das sociedades	Sim	

RECOMENDAÇÃO / CAPÍTULO	CUMPRIMENTO	REMISSÃO / RELATÓRIO
-------------------------	-------------	----------------------

<b>II – ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO</b>		
--	--	--

<b>II.1. TEMAS GERAIS</b>		
---------------------------	--	--

<b>II.1.5. Remuneração</b>		
----------------------------	--	--

<b>II.1.5.1.</b>	<b>Sim</b>	<b>II.18</b>
------------------	------------	--------------

A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade. Neste contexto:

**(i)**

A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente baseada no desempenho, devendo tomar por isso em consideração a avaliação do desempenho realizado periodicamente pelo órgão ou comissão competentes;

**(ii)**

A componente variável deve ser consistente com a maximização do desempenho de longo prazo da empresa e dependente da sustentabilidade das variáveis de desempenho adoptadas;

**(iii)**

Quando tal não resulte directamente de imposição legal, a remuneração dos membros não executivos do órgão de administração deve ser exclusivamente constituída por uma quantia fixa.

<b>II.1.5.2.</b>	<b>Sim</b>	
------------------	------------	--

A Comissão de Remunerações e o órgão de administração devem submeter à apreciação pela Assembleia Geral anual de accionistas uma declaração sobre a política de remunerações, respectivamente, dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes na acepção do n.º 3 do art.º 248-B CVM. Neste contexto, devem, nomeadamente, ser explicitados aos accionistas os critérios e os principais parâmetros propostos para a avaliação do desempenho para determinação da componente variável, quer se trate de prémios em acções, opções de aquisição de acções, bónus anuais ou de outras componentes.

<b>II.1.5.3.</b>	<b>Sim</b>	
------------------	------------	--

Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas Assembleias Gerais anuais de accionistas

RECOMENDAÇÃO / CAPÍTULO	CUMPRIMENTO	REMISSÃO / RELATÓRIO
<b>II – ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO</b>		
<b>II.1. TEMAS GERAIS</b>		
<b>II.1.5. Remuneração</b>		
<b>II.1.5.4.</b> Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do art.º 248.º-B CVM. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso este ainda não tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em Assembleia Geral as principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do art.º 248.º-B CVM.	<b>Sim</b> (a sociedade não tem em vigor planos de atribuição de acções e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções. Não tem igualmente em vigor qualquer sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes.)	<b>3.10</b>
<b>II.1.5.5.</b> A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais, distinguindo-se, sempre que for caso disso, as diferentes componentes recebidas em termos de remuneração fixa e de remuneração variável, bem como a remuneração recebida em outras empresas do Grupo ou em empresas controladas por accionistas titulares de participações qualificadas.	<b>Sim</b>	<b>2.20</b>
<b>II.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>		
<b>II.2.1.</b> Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o governo da sociedade.	<b>Sim</b>	<b>2.3</b>
<b>II.2.2.</b> O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita (i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade, (ii) definir a estrutura empresarial do grupo, (iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	<b>Sim</b>	<b>2.3</b>

RECOMENDAÇÃO / CAPÍTULO	CUMPRIMENTO	REMISSÃO / RELATÓRIO
<b>II – ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO</b>		
<b>II.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>		
<p><b>II.2.3.</b> Caso o Presidente do Conselho de Administração exerça funções executivas, o Conselho de Administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o governo da sociedade.</p>	<p><b>Sim</b> (O Presidente do Conselho de Administração não exerce funções executivas )</p>	<p><b>2.1</b></p>
<p><b>II.2.4.</b> O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos, referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.</p>	<p><b>Sim</b></p>	<p><b>2.1</b></p>
<p><b>II.2.5.</b> O órgão de administração deve promover uma rotação do membro com o pelouro financeiro, pelo menos no fim de cada dois mandatos.</p>	<p><b>Sim</b> (O membro do órgão de administração com o pelouro financeiro está a cumprir o seu primeiro mandato como administrador)</p>	
<b>II.3. ADMINISTRADOR-DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO</b>		
<p><b>II.3.1.</b> Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.</p>	<p><b>Sim</b></p>	
<p><b>II.3.2.</b> O Presidente da Comissão Executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do Conselho de Administração e, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.</p>	<p><b>Sim</b></p>	
<p><b>II.3.3.</b> O Presidente do Conselho de Administração Executivo deve remeter ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da comissão para as matérias financeiras as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.</p>	<p><b>Não Aplicável</b> (a estrutura de administração é a de Conselho de Administração com Comissão de Auditoria )</p>	

## RECOMENDAÇÃO / CAPÍTULO

## CUMPRIMENTO

## REMISSÃO / RELATÓRIO

## II – ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

## II.4. CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL

## II.4.1.

O Conselho Geral e de Supervisão, além do cumprimento das competências de fiscalização que lhe estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do Conselho de Administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o Conselho Geral e de Supervisão deve pronunciar-se incluem-se (i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade, (ii) a estrutura empresarial do Grupo e (iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.

## Não Aplicável

(a estrutura de administração é a de Conselho de Administração com Comissão de Auditoria)

## II.4.2.

Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem ser objecto de divulgação no site da internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.

## Sim

## II.4.3.

Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida, referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.

## Sim

## II.4.4.

A Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.

## Sim

(Com o esclarecimento de que a Comissão de Auditoria apenas foi constituída em 31 de Maio de 2007, em reunião da assembleia geral que igualmente procedeu à eleição do auditor externo, pelo que, por esse facto, não lhe foi dado propô-lo nem estabelecer a respectiva remuneração)

## II.4.5.

A Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.

## Sim

RECOMENDAÇÃO / CAPÍTULO	CUMPRIMENTO	REMISSÃO / RELATÓRIO
<b>II – ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO</b>		
<b>II.5. COMISSÕES ESPECIALIZADAS</b>		
<p><b>II.5.1.</b> Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para (i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes, (ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar, tendo em vista a sua melhoria.</p>	<p><b>Não Aplicável</b> (atendendo à dimensão da sociedade, do seu Conselho de Administração e às funções desempenhadas pela Comissão de Auditoria, não se justifica a constituição de qualquer das comissões enunciadas )</p>	
<p><b>II.5.2.</b> Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.</p>	<p><b>Sim</b></p>	<p><b>2.19</b></p>
<p><b>II.5.3.</b> Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem.</p>	<p><b>Não Aplicável</b> (não existem comissões especializadas no âmbito do Conselho de Administração )</p>	
<b>III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA</b>		
<b>III.1. DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO</b>		
<p><b>III.1.1.</b> As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.</p>	<p><b>Sim</b></p>	<p><b>3.12</b></p>

RECOMENDAÇÃO / CAPÍTULO	CUMPRIMENTO	REMISSÃO / RELATÓRIO
<b>III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA</b>		
<b>III.1. DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO</b>		
<b>III.1.2.</b> A seguinte informação disponível no site da internet deve ser divulgada em inglês:	<b>Sim</b>	<b>3.12</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no art.º 171.º do Código das Sociedades Comerciais;</li> <li>b) Estatutos;</li> <li>c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado;</li> <li>d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso;</li> <li>e) Documentos de prestação de contas;</li> <li>f) Calendário semestral de eventos societários;</li> <li>g) Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral;</li> <li>h) Convocações para a realização da Assembleia Geral.</li> </ul>		

## 0.3

Quando a estrutura ou as práticas de governo da sociedade diverjam das recomendações da CMVM ou de outros códigos a que a sociedade se sujeite ou tenha voluntariamente aderido, devem ser explicitadas as partes de cada código que não são cumpridas e as razões dessa divergência.

A Sociedade procedeu a uma análise pormenorizada sobre o cumprimento das recomendações da CMVM em matéria de governo da sociedade e concluiu que a estrutura e as práticas de governo da sociedade adoptadas não divergem das recomendadas pela CMVM (com excepção da referida em I.4.1. supra, encontrando-se devidamente explicitadas no quadro incluído em 0.2 as razões de tal divergência).

## 0.4

O órgão social ou a comissão em causa deve ajuizar em cada momento da independência de cada um dos seus membros e fundamentar aos accionistas, através de declaração incluída no relatório sobre o governo da sociedade, a sua apreciação, seja no momento da designação, seja quando se verifique circunstância superveniente que determine a perda da independência.

Declaração de cumprimento dos critérios de independência

Os seguintes administradores observam os critérios de independência previstos no artigo 414.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais ("CSC"):

- José Manuel Félix Morgado
- Jorge Armindo Carvalho Teixeira
- Arndt Jost Michael Klippgen
- Emídio de Jesus Maria
- Pedro Maria Cabral Norton de Matos

e, caso os mesmos se entendessem aplicáveis, não estariam abrangidos pelas incompatibilidades definidas no artigo 414.º-A do mesmo diploma:

- José Manuel Félix Morgado
- Arndt Jost Michael Klippgen
- Emídio de Jesus Maria

## Capítulo 1

### ASSEMBLEIA GERAL

#### 1.1

#### Membros da Mesa da Assembleia Geral

A composição da actual Mesa da Assembleia Geral é a seguinte:

##### Presidente

Dr. João Vieira de Almeida

##### Secretário

Dr.ª Sofia Barata

#### 1.2

#### Data de início e termo dos respectivos mandatos

Os membros da Mesa da Assembleia Geral para o triénio 2007/2009 foram eleitos por deliberação dos accionistas adoptada em reunião realizada no dia 31 de Maio de 2007.

#### 1.3

#### Remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Por deliberação da Comissão de Remunerações de 21 de Maio de 2008 a remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral foi fixada em € 5.000,00 (cinco mil euros) por cada assembleia a que presida.

#### 1.4

#### Antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na Assembleia Geral

O n.º 1 do artigo décimo terceiro dos estatutos da Sociedade estabelece que *"podem exercer o direito de voto os accionistas que, pelo menos desde o quinto dia útil anterior ao da data da Assembleia Geral sejam titulares de acções da sociedade, devendo, para o efeito, com a mesma antecedência de cinco dias ter as acções averbadas em seu nome no livro de registo de acções, quando nominativas ou, quando ao portador, tê-las à guarda nos cofres da sociedade ou depositadas em instituições de crédito ou entidade por lei equiparada para o efeito devendo dar conhecimento ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral desse depósito e do número de acções em tal situação até três dias úteis antes da reunião mencionada e ainda manter essa titularidade até a data da Assembleia Geral."*

#### 1.5

#### Regras aplicáveis ao bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral

O contrato de sociedade da Inapa prevê, no n.º 1 do artigo décimo terceiro, que *"as acções manter-se-ão em regime de bloqueio apenas até ao encerramento dos trabalhos da sessão da Assembleia Geral a que respeitar; em caso de suspensão dos trabalhos da Assembleia Geral, por período superior a 5 dias úteis, o accionista que pretenda participar e exercer o seu direito de*

*voto na sessão em que os trabalhos devam ser retomados, deverá dar conhecimento ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com pelo menos três dias úteis de antecedência, do número de acções que mantém em depósito junto a instituição de crédito ou entidade por lei equiparada para o efeito, desde pelo menos o quinto dia útil anterior ao da retoma dos trabalhos."*

#### 1.6

#### Numero de acções a que corresponde um voto

O n.º 5 do artigo décimo terceiro do contrato de sociedade da Inapa estipula que *"por cada acção averbada ou depositada nos termos do n.º 1. do presente artigo contar-se-á um voto"*, encontrando-se desta forma assegurada a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação accionista.

O contrato de sociedade não estabelece quaisquer limites à contagem de direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.

Os estatutos da Sociedade prevejam, no n.º 2 do artigo décimo, que a Sociedade pode emitir acções preferenciais sem voto, até à presente data, a Sociedade não fez uso desta faculdade estatutária.

#### 1.7

#### Regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial

As disposições estatutárias nesta matéria constam dos n.ºs 2 e 3 do artigo décimo sétimo do contrato de sociedade, as quais prevêem, respectivamente, que:

- *"A Assembleia Geral poderá funcionar em primeira convocação quando estejam presentes ou representados accionistas cujas acções, correspondam pelo menos, a um terço do capital social."*

- “Em segunda convocação poderá a Assembleia Geral funcionar validamente, seja qual for o número de accionistas presentes ou representados e o quantitativo do capital a que as respectivas acções correspondem.”

Os estatutos da sociedade não contemplam quaisquer regras relativas a sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

## 1.8

### Regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência

As regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência integram os n.ºs 2, 3 e 4 do artigo décimo terceiro do contrato de sociedade as quais prevêem, respectivamente, que:

- “Os accionistas podem exercer os seus direitos de voto por correspondência, devendo, para o efeito, dirigir ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral uma carta registada com aviso de recepção com pelo menos três dias úteis de antecedência relativamente à data da sessão da Assembleia Geral a que respeitar.”
- “Os votos por correspondência contam para a formação do quórum constitutivo da Assembleia Geral, cabendo ao Presidente da Mesa verificar a sua autenticidade e regularidade, bem como assegurar a sua confidencialidade até ao momento da votação. Considera-se revogado o voto por correspondência emitido no caso de presença do accionista ou do seu representante na Assembleia Geral.”
- “Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos.”

## 1.9

### Disponibilização de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência

A Inapa disponibiliza aos seus accionistas um modelo especialmente elaborado para o exercício do direito de voto por correspondência, seu sítio, em <http://www.inapa.pt/>, na área de investidores, capítulo “Ass. Geral de Accionistas”, o qual, de todo o modo, ser-lhes-á remetido sempre que solicitado.

## 1.10

### Prazo que deve mediar entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da Assembleia Geral

De acordo com o previsto no n.º 2 do artigo décimo terceiro do contrato de sociedade:

- “Os accionistas podem exercer os seus direitos de voto por correspondência, devendo, para o efeito, dirigir ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral uma carta registada com aviso de recepção com pelo menos três dias úteis de antecedência relativamente à data da sessão da assembleia-geral a que respeitar.”

## 1.11

### Exercício do direito de voto por meios electrónicos

Até ao presente não foi possível conciliar as exigências técnicas do exercício do voto por meios electrónicos com as preocupações da Inapa de que as reuniões da Assembleia Geral se realizem num local com as condições de espaço adequadas e satisfatórias para os seus accionistas, sendo, de resto, importante referir que a Sociedade não recebeu, até ao momento, por parte dos seus accionistas, qualquer manifestação de interesse pela utilização desta modalidade de exercício do direito de voto.

## 1.12

### Informação sobre a intervenção da Assembleia Geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração

A atribuição e fixação das remunerações e retribuições dos membros do Conselho de Administração compete a uma comissão constituída por três membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de três anos, sendo admitida a sua reeleição por uma ou mais vezes, a Comissão de Remunerações. Esta comissão tem estado sempre presente, através de, pelo menos, um dos membros, em todas as reuniões da Assembleia Geral da Sociedade.

A Assembleia Geral procede à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração da sociedade anualmente, aquando da apreciação das contas anuais. A avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração em assembleia geral é concluída com a aprovação de um voto de confiança em todos ou alguns dos órgãos de administração e fiscalização e respectivos membros ou com a destituição de algum ou alguns destes membros.

Na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 28/2009, de 19 de Julho, e da subsequente adopção de regulamentação (Regulamento n.º 1/2010) e recomendações pela CMVM no domínio do Governo das Sociedades Cotadas, a Inapa irá apresentar na próxima assembleia geral aos seus accionistas uma declaração sobre política de remunerações dos membros dos seus órgãos sociais contendo informação específica sobre:

- mecanismos que permitam o alinhamento de interesses do órgão de administração com os interesses da sociedade;
- critérios de definição da componente variável da remuneração;
- existência de planos de atribuição de acções ou de opção de aquisição de acções por parte de membros dos órgãos de administração e fiscalização;

- possibilidade de o eventual pagamento da componente variável da remuneração ocorrer, no todo ou em parte, após o apuramento dos resultados referentes a todos os exercícios compreendidos no mandato do órgão social em causa;
- mecanismos de limitação da remuneração variável no caso de os resultados apurados no exercício antecedente evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa ou que façam esperar que esta deterioração se venha a verificar no exercício em curso.

A Sociedade não dispõe de planos de atribuição de acções e/ou de opções de aquisição de acções ou planos de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.

## 1.13

**Medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração**

A Sociedade não adoptou qualquer medida desta natureza.

## 1.14

**Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade, bem como os efeitos respectivos, salvo se pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, excepto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais**

A Inapa não é parte em acordos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem por efeito



da mera mudança de controlo da sociedade contanto que esta mudança não interfira na capacidade da Inapa de honrar os seus compromissos e que a nova estrutura accionista esteja em condições de oferecer equivalentes garantias de solvabilidade, sem prejuízo da existência de cláusulas contratuais de *change of control standard*, presentes em contratos de financiamento bancário de médio longo prazo celebrados pela Sociedade.

## 1.15

**Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos**

**Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.**

Não se encontram em vigor quaisquer acordos celebrados entre a Sociedade e membros do seu órgão de administração e/ou dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam a atribuição de indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

## Capítulo 2

# ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

### TEMAS GERAIS

## 2.1.

### Composição dos órgãos da sociedade.

Por deliberação da Assembleia Geral de 31 de Maio de 2007, a sociedade adoptou como estrutura de administração e fiscalização o modelo contemplado na alínea b) do n.º 1 do artigo 278.º do Código das Sociedades Comerciais, o qual é composto por um Conselho de Administração, compreendendo uma Comissão de Auditoria, e um Revisor Oficial de Contas.

Têm os referidos órgãos a seguinte composição:

#### Conselho de Administração

##### Presidente

Vasco Luis Schulthess de Quevedo Pessanha

##### Vice-Presidente

Jorge Arindo Carvalho Teixeira

##### Administrador

José Manuel Félix Morgado  
Arndt Jost Michael Klippgen  
Emídio de Jesus Maria  
Pedro Maria Cabral Norton de Matos  
Abílio Ramos Marques

#### Comissão Executiva

##### Presidente

José Manuel Félix Morgado

##### Administrador

Arndt Jost Michael Klippgen

#### Comissão de Auditoria

##### Presidente

Emídio de Jesus Maria

##### Administrador

Pedro Maria Cabral Norton de Matos  
Abílio Ramos Marques

#### Revisor Oficial de Contas e auditor externo

##### ROC efectivo

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., representada por Ricardo Filipe de Frias Pinheiro

##### ROC suplente

José Manuel Henriques Bernardo

Decorridos três exercícios sujeitos a este modelo de governação, é entendimento deste órgão que o mesmo tem correspondido cabalmente às necessidades da Sociedade, tanto em termos de gestão como de acompanhamento e controlo da sua actividade por parte dos órgãos de fiscalização.

Não foram detectados até à presente data quaisquer constrangimentos decorrentes da sua aplicação que aconselhem a adopção de medidas correctivas do modelo adoptado.

## 2.2

### Identificação e composição das comissões especializadas constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade.

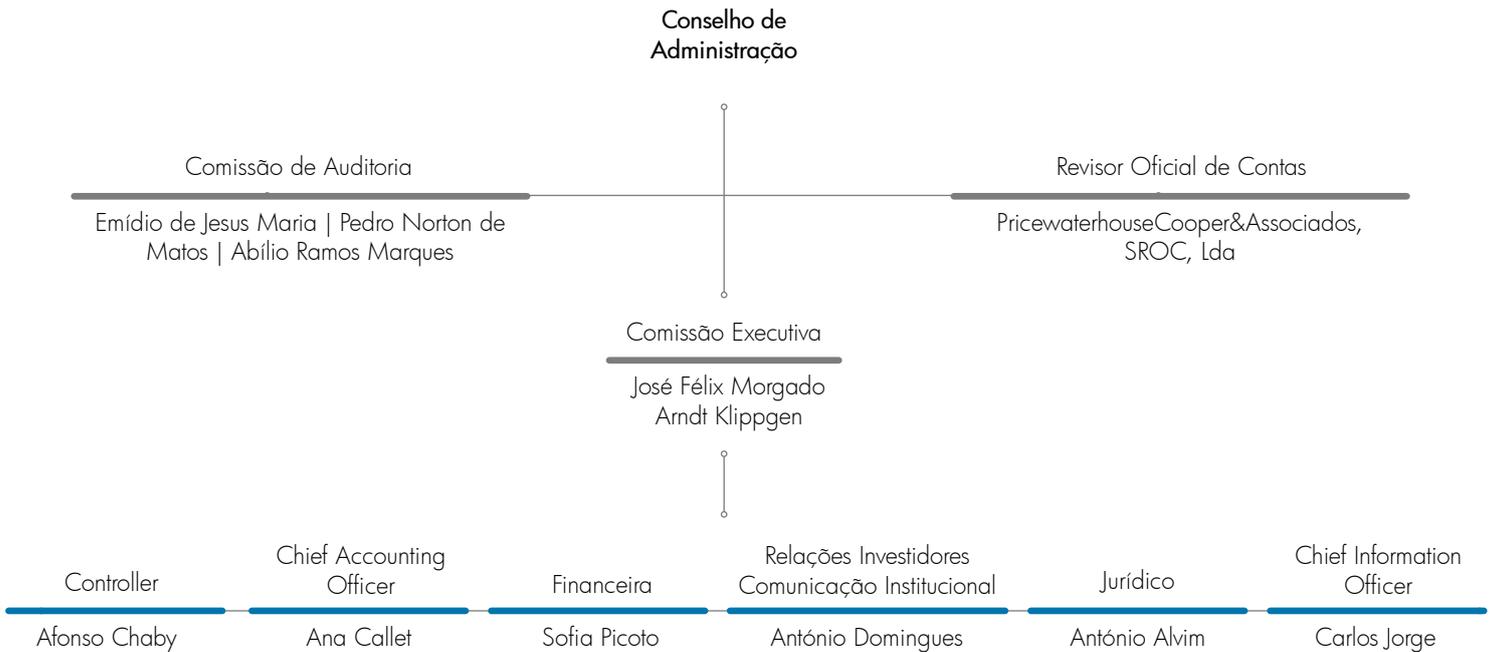
Atendendo à reduzida dimensão do Conselho de Administração e às funções desempenhadas pela Comissão de Auditoria, a Sociedade entende que não se justifica a constituição de qualquer das comissões enunciadas.



## 2.3

Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre o âmbito das delegações de competências, ou distribuição de pelouros entre os titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização e a lista de matérias indelegáveis.

A estrutura funcional dos órgãos sociais e respectivas comissões é a seguinte:



Nos termos do disposto no artigo vigésimo do contrato de sociedade, compete ao conselho de administração exercer, em geral, os mais amplos poderes de gestão, representando a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, assim como praticar todos os actos tendentes à realização do seu objecto social e, em especial:

- Instalar, manter, transferir ou encerrar estabelecimentos, fábricas, laboratórios ou oficinas;
- Estabelecer, manter, transferir ou encerrar escritórios, sucursais, agências ou quaisquer outras formas de representação social;
- Adquirir, alienar e obrigar por qualquer forma acções e obrigações próprias ou outros títulos próprios de natureza igual ou semelhante;
- Adquirir, alienar e obrigar por qualquer forma acções, partes sociais, obrigações ou

outros títulos de natureza igual ou semelhante de outras sociedades, bem como títulos da dívida pública;

- Adquirir e alienar outros bens móveis, assim como obrigá-los por qualquer forma;
- Adquirir bens imóveis, bem como aliená-los e obrigá-los por quaisquer actos ou contratos, ainda que de constituição de garantias reais, desde que, em qualquer caso, tenha obtido parecer favorável da comissão de auditoria;
- Confessar, desistir ou transigir em quaisquer acções, bem como comprometer-se em arbitragens;
- Constituir mandatários nos termos da lei;
- Desempenhar as demais funções previstas nestes estatutos e na lei.

De harmonia com a deliberação do Conselho

de Administração de 29 de Junho de 2007, foram delegadas na Comissão Executiva do Conselho de Administração, ao abrigo do disposto nos n.os 3 e 4 do artigo 407º do Código das Sociedades Comerciais, as seguintes competências, sem prejuízo de o Conselho de Administração poder, nos termos do n.º 8 do mesmo preceito legal, vir a adoptar deliberações sobre as matérias delegadas:

- A gestão corrente da Sociedade;
- O estabelecimento dos planos de política, de objectivos e de estratégia da sociedade e do Grupo, para aprovação em Conselho de Administração;
- O estabelecimento das linhas gerais de organização interna societária, para aprovação em Conselho de Administração;
- A elaboração dos orçamentos de exploração e dos planos de investimento e desenvolvimento a médio e longo

prazos, para aprovação em Conselho de Administração;

- A aprovação de contratos de aquisição de bens ou serviços cujo valor para cada tipo de bens ou serviços seja inferior a 500.000,00 euros,
- A negociação e celebração de contratos de financiamento de curto prazo da sociedade e das sociedades subordinadas, nos termos e condições que houver por mais adequados à defesa dos interesses da Sociedade;
- A negociação de contratos de financiamento a mais de um ano e um dia da Sociedade e das sociedades subordinadas, de emissão de obrigações e de programas de papel comercial, ficando, porém, expressamente condicionada a vinculação da Sociedade, neste tipo de operações, a uma deliberação prévia do Conselho de Administração;
- A aquisição, alienação ou oneração de bens ou valores do activo immobilizado da sociedade contempladas nos orçamentos aprovados em Conselho de Administração;
- A aquisição, alienação ou oneração de bens ou valores do activo immobilizado da Sociedade não contempladas nos orçamentos aprovados em Conselho de Administração até ao valor individual de 1,5% por cento do capital social realizado, com o limite anual de 5% do referido capital;
- Tomar ou dar de arrendamento quaisquer prédios ou fracções de imóveis;
- Representar a Sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, bem como propor e seguir quaisquer acções, confessá-las e delas desistir, transigir e comprometer-se em árbitros;
- Adquirir, alienar ou onerar participações noutras sociedades, desde que as operações em causa estejam incluídas no orçamento ou planos de actividade aprovados e não excedam individualmente o montante 5.000.000,00 euros, carecendo as demais de prévia deliberação do Conselho de Administração;
- Celebrar, alterar e rescindir contratos de trabalho e exercer o poder disciplinar sobre

o pessoal;

- Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias;
- Constituir mandatários da Sociedade.

Na deliberação supra referida, o Conselho de Administração reservou, de forma expressa, como indelegáveis as seguintes competências:

- As constantes das alíneas a) a m) do artigo 406º do Código das Sociedades Comerciais;
- A deliberação sobre instruções vinculativas às sociedades subordinadas;
- A aprovação do orçamento e do plano da Sociedade e das sociedades subordinadas;
- A aprovação de investimentos ou desinvestimentos relevantes nas, e pelas, sociedades subordinadas;
- A deliberação sobre aquisição e alienação de participações sociais maioritárias ou de domínio bem como as sujeitas a processo especial de aquisição ou alienação nos termos do Código de Valores Mobiliários;
- A deliberação sobre operações de cisão, fusão ou dissolução pelas sociedades subordinadas ou participadas;

Por força das disposições legais aplicáveis e da aludida deliberação do Conselho de Administração de 29 de Junho de 2007 encontram-se especificamente cometidas à Comissão de Auditoria as seguintes competências:

- Fiscalizar a administração da sociedade;
- Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- Verificar a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens

ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;

- Verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas;
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;
- Elaborar anualmente relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração;
- Convocar a Assembleia Geral quando o Presidente da respectiva Mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por accionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
- Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- Propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas;
- Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade;
- Fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- Participar ao Ministério Público os factos delituosos de que tenha tomado conhecimento e que constituam crimes públicos;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções.

## 2.4

**Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação de informação financeira.**

### 2.4.1

**Principais riscos associados à actividade do Grupo Inapa**

A estratégia adoptada pela Inapa na condução dos negócios assenta num modelo de gestão que visa alcançar uma adequada relação custo-risco e proteger a performance e a imagem do Grupo, em resultado de uma gestão criteriosa dos riscos inerentes à actividade das diversas filiais do Grupo.

A natureza multinacional do Grupo, decorrente do facto de a actividade comercial do Grupo se encontrar operacionalmente afectada às nove filiais estabelecidas pela Inapa, e a concentração da actividade do Grupo na distribuição de papel são elementos determinantes da organização estabelecida pela Sociedade em matéria de sistemas de controlo interno e de gestão de risco.

Com efeito, os principais riscos associados ao sector da distribuição de papel a que a Inapa se encontra exposta resultam de (i) flutuações nos preços do papel, (ii) desequilíbrios conjunturais entre oferta e procura e (iii) evolução dos padrões de consumo, considerando que a distribuição de papel serve de elo entre, a montante, os produtores de papel e, a jusante, os consumidores intermédios (empresas e indústrias transformadoras do papel, tais como gráficas, empresas de publicidade, empresas de media, grupos editoriais e livreiros, entre outras), a distribuição moderna (empresas de grande distribuição e cadeias de retalho especializado) e os consumidores finais (empresas do segmento office e particulares).

Neste contexto, os riscos mais relevantes com que a Inapa se confronta no exercício desta actividade estão associados à capacidade de poder reflectir nos preços

de venda as flutuações verificadas nos preços de aquisição do papel e dos custos operacionais, de entre os quais sobressaem os relativos à actividade de logística, de armazenamento e de transporte.

Por outro lado, o negócio de distribuição de papel é sensível a alterações nos padrões comportamentais da procura, principalmente em segmentos tais como a publicidade e os media, a par das alterações na estrutura da distribuição. O equilíbrio entre a oferta e a procura de papel está dependente de diversos factores, de entre os quais importa destacar a evolução das capacidades produtivas instaladas e o nível da actividade económica.

Em complemento, a actividade de distribuição de papel tem sofrido recentemente alterações estruturais, com a ocorrência de movimentos de concentração entre distribuidoras, com particular incidência na Europa. Este quadro concorrencial pode afectar de forma directa e indirecta as decisões estratégicas futuras da empresa e, em consequência, o seu posicionamento em cada mercado bem como os correspondentes resultados económico financeiros e alocação de activos.

Naturalmente, uma quebra dos níveis de actividade das economias ou uma redução dos índices de confiança dos agentes económicos poderá provocar um abrandamento ou decréscimo da procura de papel, nomeadamente de papel de impressão e escrita, e por essa via afectar a actividade, vendas, resultados e situação financeira do Grupo Inapa.

Acresce que o cariz multinacional do Grupo expõe as suas filiais a riscos que provêm da evolução das capacidades produtivas nas diferentes geografias, do comportamento da procura de papel em mercados emergentes, como a China e Índia, e o seu efeito nos fornecedores destes mercados, os efeitos cambiais na competitividade dos diversos mercados e algumas questões regulatórias que afectam o comércio internacional de papel, são factores cujo impacto combinado ou isolado, pode afectar de forma directa e indirecta a actividade da empresa, a sua situação financeira e os resultados.

A exposição ao risco cambial é limitada, ainda que real, dado que o valor agregado

das vendas em moeda distinta do euro (libras inglesas e franco suíço) representa cerca de 8% das vendas totais do Grupo.

São igualmente relevantes os riscos financeiros relativos a riscos de liquidez e riscos de taxas de juro. O custo da grande maioria da dívida financeira contraída pelo Grupo Inapa está indexado a taxas de referência variáveis, estando a Inapa por essa via exposta ao risco da evolução das taxas de juro.

No decurso normal da actividade da Inapa e em resultado da sua estrutura organizativa, o Grupo está sujeito a determinados riscos operacionais, incluindo interrupções no serviço prestado ou atrasos na prestação de serviços.

A Inapa identifica ainda como riscos associados à sua actividade a capacidade de assegurar a sua base de clientes e a capacidade de reter e contratar os colaboradores mais qualificados e competentes para cada função.

### 2.4.2

**Sistemas internos de controlo e de gestão de riscos**

Como forma de mitigar os riscos enunciados, a Sociedade dotou-se da estrutura funcional constante do organograma integrado no ponto II.3 supra, a qual se tem confirmado ajustada à prossecução dos objectivos de controlo interno e gestão de riscos.

Na tentativa de assegurar o eficaz controlo interno do negócio da Inapa bem como uma adequada gestão dos riscos inerentes a este negócio acima descritos, as empresas que integram o Grupo Inapa reportam mensalmente, de acordo com procedimentos e parâmetros pré-definidos, informação relativa à actividade comercial desenvolvida e à evolução das respectivas existências, recebimentos, passivos e tesouraria no período em causa.

A informação é escrutinada pelos departamentos de controlo de gestão, financeiro e de contabilidade da Inapa.

O sistema de software implementado no Grupo Inapa, sob a tutela de um responsável



autónomo, reconcilia e valida os valores obtidos pelas empresas do Grupo.

A actividade dos departamentos em causa é, por sua vez, controlada em permanência pela Comissão Executiva e sujeita a escrutínio regular pelo Conselho de Administração, pela Comissão de Auditoria e pelo Revisor Oficial de Contas no âmbito das competências que, por lei ou estatutariamente, se lhes encontram respectivamente cometidas.

Importa ainda realçar que a informação de gestão recolhida é ainda objecto de escrutínio regular, em linha com as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, pelos serviços de auditoria externa, cujo cumprimento integral é objecto de acompanhamento pela Comissão de Auditoria do Conselho de Administração no âmbito das suas competências próprias.

Quanto aos riscos financeiros e embora a Inapa não cubra a sua exposição a variações adversas nas taxas de juro, as quais poderão exercer um efeito negativo na sua actividade, situação financeira e resultados, a área financeira do Grupo Inapa procura gerir os efeitos dessas variações no Grupo, seguindo, em permanência, o desenvolvimento do mercado e estando em condições de utilizar instrumentos financeiros que permitam minorar os efeitos da volatilidade das taxas de juro.

Os riscos operacionais relativos à actividade do Grupo Inapa são acompanhados pela empresa de uma forma contínua, através dos sistemas administrativos e de informação implementados, estando alguns dos riscos operacionais cobertos por apólices de seguros.

## 2.5

### Poderes do órgão de administração nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital

A descrição pormenorizada dos poderes conferidos estatutariamente ao conselho de administração da Inapa encontra-se integrada no ponto II.3 supra.

Nos termos do disposto no artigo sétimo dos estatutos da Sociedade, o conselho de administração poderá aumentar o capital social, por uma ou mais vezes, por entradas em dinheiro, até ao máximo de cento e cinquenta milhões de euros. Esta competência pode ser exercida durante o prazo de cinco anos. Quando exerça esta competência, o conselho de administração da Inapa definirá, mediante parecer favorável da comissão de auditoria, as condições de subscrição das novas acções.

## 2.6

### Indicação sobre a existência de regulamentos de funcionamento dos órgãos da sociedade, ou outras regras relativas a incompatibilidades definidas internamente e o número máximo de cargos acumuláveis, e o local onde os mesmos podem ser consultados.

A Sociedade divulga no seu sítio institucional na Internet, na secção “Investidores”, capítulo “Governo das Sociedades”, os regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais aprovados e em vigor. Actualmente, encontra-se em vigor o “Regulamento do Conselho de Administração”, aprovado no dia 29 de Junho de 2007, o qual regula o funcionamento não apenas do Conselho de Administração, *stricto sensu*, mas também das respectivas Comissão Executiva e Comissão de Auditoria.

As regras relativas a incompatibilidades e o número máximo de cargos acumuláveis não são objecto de regulamentação específica da Sociedade.

## 2.7

### Regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização.

Os membros dos órgãos de administração e fiscalização são eleitos por maioria simples dos accionistas reunidos em Assembleia Geral para mandatos de três anos.

Por força do disposto no n.º 2 do artigo décimo oitavo do contrato de sociedade, "Os accionistas que tenham votado contra a proposta que fez vencimento na eleição dos administradores têm o direito de designar um administrador, contanto que essa minoria represente pelo menos 10% do capital social, sendo que a eleição será feita por votação da referida minoria, na mesma assembleia, e o administrador assim eleito substitui automaticamente a pessoa menos votada da lista vencedora ou, em caso de igualdade de votos, aquele que figurar em último lugar da mesma lista".

A substituição dos membros dos órgãos de administração e fiscalização é efectuada com recurso aos respectivos suplentes eleitos em Assembleia Geral.

Na ausência de administradores suplentes eleitos em Assembleia Geral, o Conselho de Administração promoverá as substituições necessárias por cooptação, as quais serão objecto de ratificação na primeira Assembleia Geral que se realizar após a reunião de accionistas em que se deliberar a destituição ou se aceitar a renúncia em questão.

## 2.8.

### Número de reuniões dos órgãos de administração e fiscalização e de outras comissões constituídas com competência em matéria de administração e fiscalização durante o exercício em causa.

Durante o ano de 2009, o Conselho de Administração reuniu 8 vezes, a Comissão Executiva 7 e a Comissão de Auditoria 11 vezes.

## 2.9

Identificação dos membros do conselho de administração e de outras comissões constituídas no seu seio, distinguindo-se os membros executivos dos não executivos e, de entre estes, discriminando os membros que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com excepção da prevista na alínea b), e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

Encontram-se de seguida identificados os membros do conselho de administração da Inapa com a respectiva discriminação em razão do desempenho de funções executivas:

### ADMINISTRADORES NÃO-EXECUTIVOS

Vasco Luis Schulthess de Quevedo Pessanha  
Jorge Armindo Carvalho Teixeira  
Emídio de Jesus Maria  
Pedro Norton de Matos  
Abílio Ramos Marques

### ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

José Manuel Félix Morgado  
Arndt Jost Michael Klippgen

De entre os administradores não executivos, discriminam-se, de seguida, os que cumpriram, (i) as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A, com excepção da prevista na alínea b), se as mesmas se lhes aplicassem, e (ii) os critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais:

NOME	INCOMPATIBILIDADES	INDEPENDÊNCIA
Vasco Luis Schulthess de Quevedo Pessanha	<b>Incompatível</b> (exerce funções de administração em 5 ou mais sociedades)	<b>Não independente</b> (reeleito por mais de dois mandatos)
Jorge Armindo Carvalho Teixeira	<b>Incompatível</b> (exerce funções de administração em 5 ou mais sociedades)	<b>Independente</b>
Emídio de Jesus Maria	<b>Não incompatível</b>	<b>Independente</b>
Abílio Ramos Marques	<b>Não incompatível</b>	<b>Não Independente</b> (é quadro superior de uma sociedade titular de uma participação qualificada na Inapa)
Pedro Norton de Matos	<b>Incompatível</b> (exerce funções de administração em 5 ou mais sociedades)	<b>Independente</b>

## 2.10

Qualificações profissionais dos membros do conselho de administração, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

### Administradores executivos

#### José Manuel Félix Morgado

licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa

Especialização em Gestão de Activos e Passivos pelo INSEAD

Entre 1990 e 1993 foi quadro do Samuel Montagu Investment Bank e do HSBC Investment Bank, em Londres e Lisboa;

Entre 1993 e 2005 foi quadro superior do Banco Comercial Português, tendo exercido funções, entre outras, como membro da Comissão Directiva do BCP Investimento, CFO da Seguros & Pensões, membro do Conselho de Administração da Ocidental Vida, Ocidental Seguros, Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, Império Bonança, Império Comércio e Indústria, Companhia de Seguros de Macau, Pensões Gere e Presidente do Conselho de Administração da Império Vida y Diversos.

Entre 2005 e 2006 foi quadro superior da EDP, tendo exercido funções, entre outras, de CFO e, posteriormente, Administrador Delegado da ONI SGPS, S.A. responsável pelo plano de reestruturação e reposicionamento da operadora de telecomunicações nos mercados português e espanhol

#### Arndt Jost Michael Klippgen

Nasceu em Dresden, Alemanha Oriental, em 1950.

Em 1973 obtém o título académico de Diplom-Kaufmann pela Universidade de Hamburgo.

Entre 1974 e 1988, foi director-geral da sociedade de distribuição de papel Richard Klippgen & Co, Reinbeck.

Responsável, em 1988, pela integração das sociedades Richard Klippgen & Co com três outras distribuidoras de papel.

Entre 1988 e 2000 foi director-geral de Papier Union GmbH & Co. KG

De 2000 até ao presente é CEO de Papier Union GmbH.

## Administradores não executivos

### Vasco Luís Schulthess de Quevedo Pessanha

Licenciado em Economia pelo ISCEF da Universidade Técnica de Lisboa

A.M.P. da Harvard Business School.

De 1970 a 1972, foi consultor de gestão e organização de empresas na NORMA, S.A. (Grupo CUF).

De 1972 a 1973, foi gerente executivo da NEOCEL – Impressão e Manufatura, Lda

Em 1973 foi eleito administrador da Inapa – Indústria Nacional de Papéis, S.A..

Entre 1975 e 1987, foi Presidente do Conselho de Administração da Inapa – Indústria Nacional de Papéis, S.A..

De 1987 até 2006, ocupou os seguintes cargos:

- Presidente do Conselho de Administração da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA e das suas subsidiárias nacionais e estrangeiras;
- Presidente do Conselho de Administração da Papelaria Fernandes – Indústria e Comércio, S.A.;
- Administrador da Solvay Portugal – Produtos Químicos, S.A.;
- Administrador / gerente das empresas de gestão de património de índole familiar indicadas no Anexo I ao presente Relatório.

Actualmente, desempenha os cargos e exerce as funções enunciadas no ponto 2.11 do presente Relatório.

### Jorge Armindo de Carvalho Teixeira

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto.

Entre 1976 e 1992, foi Assistente do docente de Gestão de Empresas e Gestão Financeira Internacional.

Entre 1982 e 1987, foi Director Financeiro do Grupo Amorim.

Entre 1987 e 1997, foi Vice-Presidente do Grupo Amorim e membro do Conselho de Administração de diversas empresas deste Grupo.

Entre 1997 a 2000, foi Vice-Presidente não executivo do Grupo Amorim.

Entre 1998 a 2004, foi Presidente do Conselho de Administração do Grupo Portucel Soporcel e de diversas subsidiárias deste Grupo e administrador da sociedade Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A..

Em 2005 foi Presidente do Conselho de Administração da Portucel – Empresa de Celulose e Papel de Portugal, SGPS, S.A., da EDIFER – SGPS; S.A., da Portucel Tejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A., da Iberpartners – Gestão e Reestruturação de Empresas, S.A., da Fundação do Alto da Lixa, S.A.. Neste mesmo ano, foi ainda vogal do Conselho de Administração de Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A..

Actualmente, desempenha os cargos de administração descritos no ponto 2.11 do presente Relatório.

**Pedro Maria Cabral Norton de Matos**

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE

Entre 1977 e 1980, desempenhou as funções de Delegado Comercial da Rank Xerox.

Entre 1980 e 1984, desempenhou as funções de Delegado Comercial da Sperry / Unisys

Entre 1984 e 1986, desempenhou as funções de Director Comercial da Inforgal.

Entre 1986 e 1988, desempenhou as funções de Director Comercial da Sperry / Unisys.

Entre 1988 e 1990, desempenhou as funções de Adjunto da Administração / Director de Estratégia da Rima / Nixdorf.

Entre 1991 e 1995, desempenhou as funções de Administrador-Delegado da Unisys Portugal.

Entre 1995 e 2000, desempenhou as funções de Presidente do Grupo Ibérico e responsável pela Europa do Sul da Unisys.

Entre 2000 e 2005, desempenhou as funções de Presidente da Comissão Executiva da Oni SGPS e Presidente do Conselho de Administração da OniTelecom.

Actualmente exerce as funções enunciadas no ponto 2.11 do presente Relatório.

**Abílio Ramos Marques**

Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

Frequentou o Programa de Alta Direcção de Empresa ministrado pelo IESE (Universidade de Navarra).

Entre 1971 e 1973, desempenhou as funções de economista júnior de Intermercado – Gestão de Empresas, SARL.

Entre 1973 e 1976, cumpriu o serviço militar.

Entre 1976 e 1978, foi responsável pela contabilidade da Rodoviária Nacional, EP.

Entre 1978 e 1996, foi quadro superior da Portucel – Empresa de Celulose e Papel de Portugal, S.A. exercendo sucessivamente as funções de:

- Director dos Serviços de Controlo Orçamental;
- Director dos Serviços Financeiros;
- Director dos Serviços de Contabilidade;
- Director Financeiro.

Entre 1996 e 2003, foi administrador da empresa Hidroeléctrica de Cabora Bassa, SARL.

Entre 2003 e 2005, foi assessor do Conselho de Administração da sociedade Portucel – Empresa de Celulose e Papel de Portugal, SGPS, SA.

Desde 2005 e até à presente data, é director da Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.



## Emídio de Jesus Maria

licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa em 1978, Técnico Oficial de Contas desde 1980 e Revisor Oficial de Contas desde 1990 (actualmente em suspensão voluntária de exercício). De 1967 a 1979, desempenhou as funções de empregado de escritório em diversas empresas comerciais.

De 1979 a 1980, desempenhou as funções de técnico economista no Departamento de Informação e Controlo de Gestão da empresa Telefones de Lisboa e Porto.

De 1980 a 2003, desempenhou as funções de inspector na Inspeção-Geral de Finanças:

- Na carreira técnica (1980 a 1984), efectuou auditorias em empresas públicas;
- Foi inspector de Finanças Coordenador no Serviço de Auditoria (1985 a 1988);
- Enquanto inspector de Finanças Director (1988 a 1994), implantou e dirigiu o SCCC - Serviço de Coordenação dos Controlos Comunitários em cujo âmbito desempenhou também os seguintes cargos:
  - i) Representante nacional em comités e grupos de trabalho da Comissão Europeia e do Conselho, destacando-se o Comité Consultivo de Coordenação da Luta Anti-Fraude;
  - ii) Presidente da CIFG - Comissão Interministerial de Coordenação e Controlo da Aplicação do Sistema de Financiamento do FEOGA-Garantia;
- Desempenhou o cargo de Subinspector-Geral de Finanças, responsável pela gestão dos seguintes sectores:
  - i) Empresas Privadas e Cooperativas (1994 a 1997);
  - ii) Receitas Tributárias e Administração Fiscal e Aduaneira (1997 a 2003).

De 1990 a 2008, desempenhou funções de Revisor Oficial de Contas e consultor:

- Funções de revisão/auditoria, integrando órgãos de fiscalização de entidades privadas e públicas e prestando outros serviços relacionados;
- Coordenador da Comissão Técnica do Sector Público na OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (entre 2003 e 2007) em cujo âmbito também foi membro do Comité do Sector Público da FEE - Fédération des Experts Comptables Européens;
- Membro de Comissões de Avaliação das Propostas de concursos públicos para a atribuição de concessões de auto-estradas (Parcerias Público-Privado);
- Assessor da Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças;
- Membro da equipa de consultores no projecto “Assistência Técnica à Inspeção Nacional de Finanças do Ministério das Finanças” de Angola, financiado pela Agência Internacional de Desenvolvimento/Banco Mundial, entre 2005 e 2006.

Outros cargos desempenhados:

- Docente da disciplina de Auditoria e Fiscalização no Instituto Superior de Gestão, Lisboa, de 1987 a 1989;
- Membro do Comité de Auditoria do BEI - Banco Europeu de Investimentos (Luxemburgo) nos anos de 1996 a 2003, dois dos quais enquanto Presidente;
- Membro do Conselho Geral e da Comissão Executiva da CNC - Comissão de Normalização Contabilística, de 1995 a 2003;
- Membro da Comissão Executiva da UCLEFA - Unidade de Coordenação da Luta contra a Evasão e Fraude Fiscal e Aduaneira, de 1998 a 2003; e
- Presidente da Comissão de Acompanhamento do FAT - Fundo de Acidentes de Trabalho, de 2001 a 2006.



## PARTICIPAÇÕES DETIDAS PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NO CAPITAL DA SOCIEDADE [A 31 DE DEZEMBRO DE 2009]

NOME	QUANTIDADE	DIREITOS DE VOTO
<b>Dr. Vasco Luís Schulthess de Quevedo Pessanha</b> Acções detidas por pessoas ou entidades contempladas no artigo 447º e no n.º 2 do artigo 1º do Regulamento CMVM n.º 7/2001, na redacção do Regulamento CMVM n.º 10/2005 (imputáveis ao administrador)	1.020.000	1,68%
	980.000	0,65%
<b>Dr. José Manuel Félix Morgado</b>	563.631	0,38%
<b>Dr. Jorge Armindo Carvalho Teixeira</b>	0	0%
<b>Arndt Jost Michael Klippgen</b>	0	0%
<b>Dr. Pedro Maria Cabral Norton de Matos</b>	0	0%
<b>Dr. Emídio de Jesus Maria</b>	0	0%
<b>Dr. Abílio Ramos Marques</b> Acções detidas por pessoas ou entidades contempladas no artigo 447º e no n.º 2 do artigo 1º do Regulamento CMVM n.º 7/2001, na redacção do Regulamento CMVM n.º 10/2005 (imputáveis ao administrador)	49.084.738	32,72%

## DATA DA PRIMEIRA DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DATA DO TERMO DO MANDATO

NOME	PRIMEIRA DESIGNAÇÃO	TERMO DO MANDATO
Dr. Vasco Luís Schulthess de Quevedo Pessanha	29.05.1973	31.12.2009
Dr. José Manuel Félix Morgado (*)	09.11.2004	31.12.2009
Arndt Jost Michael Klippgen	31.05.2007	31.12.2009
Dr. Jorge Armindo Carvalho Teixeira (**)	06.07.2000	31.12.2009
Dr. Pedro Maria Cabral Norton de Matos	26.06.2006	31.12.2009
Dr. Abílio Ramos Marques	31.05.2007	31.12.2009
Dr. Emídio de Jesus Maria	09.04.2008	31.12.2009

(\*) Foi cooptado como administrador em 9 de Novembro de 2004, tendo cessado funções em 25 de Maio de 2005 e sido novamente cooptado em 15 de Fevereiro de 2007.

(\*\*) Entre 06.07.2000 e 25.05.2005, em representação da Papercel – Celulose e Papel de Portugal, SGPS, S.A..



## 2.11

Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

Vasco Luís Schulthess de Quevedo  
Pessanha

Sociedades pertencentes ao Grupo Inapa, além da Sociedade (administrador/gerente)

Nenhum cargo.

Outras empresas (administrador/gerente)

- Investimentos Prediais da Rocha – Imprerocha, S.A.;
- Mepesa – Sociedade de Investimentos Imobiliários, Lda;
- Sagritávora – Sociedade Agrícola da Quinta do Távora, S.A.;
- Sociedade Agrícola da Quinta dos Buxeiros, Lda;
- Solvay Portugal, S.A.;
- Sociedade Agrícola da Alvarinheira S.A..

José Manuel Félix Morgado

Sociedades pertencentes ao Grupo Inapa, além da Sociedade (administrador/gerente)

- Gestinapa – SGPS, S.A.;
- Inapa Portugal – Distribuição de Papel, S.A.;
- Inapa Deutschland GmbH;
- Papier Union, GmbH (Beirat);
- Inapa France, SAS;
- Logistipack, S.A.;
- Inapa Suisse, S.A.;
- Inapa Belgium, S.A.;
- Inapa Luxembourg, S.A.;
- Inapa España Distribución de Papel, S.A..

Outras empresas (administrador/gerente)

- Medialivos – Actividades Editoriais, S.A.;
- Poresin – Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda..

Jorge Armindo de Carvalho Teixeira

Sociedades pertencentes ao Grupo Inapa, além da Sociedade (administrador/gerente)

Nenhum cargo.

Outras empresas (administrador/gerente)

- Amorim - Entertainment e Gaming Internacional, SGPS, S.A.;
- Amorim Turismo - Serviços e Gestão, S.A.;
- Amorim Turismo, SGPS, S.A.;
- Amorim Turismo Imobiliária, SGPS, S.A.;
- CHT - Casino Hotel de Tróia, S.A.;
- Edifer Angola, S.A.;
- Estoril Sol, SGPS, S.A.;
- Fozpatrimónio, S.A.;
- Goldtur - Hotéis e Turismo, S.A.;
- Grano Salis - Inv. Turísticos, Jogo e Lazer, S.A.;
- Hotel Turismo, SARL
- Iberpartners – Gestão e Reestruturação de Empresas, S.A.;
- Imofoz, S.A.;
- Mobis - Hotéis de Moçambique, SARL
- Notel - Empreendimentos Turísticos, SARL
- Prifalésia - Construção e Gestão de Hotéis, S.A.;
- Royspa - Serviços de Consultadoria, Lda
- SGGHM - Sociedade Geral de Hotéis de Moçambique, S.A.;
- Sociedade Figueira Praia, S.A.;
- SPIGH - Sociedade Portuguesa de
- Investimentos e Gestão Hoteleira, S.A.;
- Troia Península Investimentos, SGPS, S.A.;
- Turyleader, SGPS, S.A.;

Arndt Jost Michael Klippgen

Sociedades pertencentes ao Grupo Inapa, além da Sociedade (administrador/gerente)

- Inapa Deutschland, GmbH;
- Papier Union, GmbH;
- PMF – Print Media Factoring, GmbH;
- Inapa Packaging, GmbH;
- Inapa VisCom, GmbH;
- Inapa Logistics, GmbH;
- ComPlott – Papier Union, GmbH;
- Inapa Suisse, S.A..

Outras empresas (administrador/gerente)

Nenhum cargo.

Abílio Ramos Marques

Sociedades pertencentes ao Grupo Inapa, além da Sociedade (administrador/gerente)

Nenhum cargo.

Outras empresas (administrador/gerente)

- CE- Circuito Estoril, S.A.

Pedro Maria Cabral Norton de Matos

Sociedades pertencentes ao Grupo Inapa, além da Sociedade (administrador/gerente)

Nenhum cargo.

Outras empresas (administrador/gerente)

- Gingko, Lda.;
- Hábitos Saudáveis, Lda.;
- Visão Positiva, Lda.;
- Parceria Total, Lda.;
- Have a Nice Day, Lda.;

Outras funções em outras sociedades

- Oracle – membro do Advisory Board

Emídio de Jesus Maria

Sociedades pertencentes ao Grupo Inapa, além da Sociedade (administrador/gerente)

Nenhum cargo.

Outras funções em outras sociedades

- Santander Totta seguros S.A. - membro do Conselho Fiscal

## 2.12

Identificação dos membros do conselho fiscal, discriminando-se os membros que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

Não aplicável.

## 2.13

Qualificações profissionais dos membros do conselho fiscal, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

Não aplicável.

## 2.14

Funções que os membros do conselho fiscal exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

Não aplicável.

## 2.15

Identificação dos membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio, discriminando-se, os membros que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A, incluindo a alínea f), e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

Não aplicável.

## 2.16

Qualificações profissionais dos membros do conselho geral e de supervisão

e de outras comissões constituídas no seu seio, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

Não aplicável.

## 2.17

Funções que os membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio



exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

Não aplicável.

## 2.18

Descrição da política de remuneração, incluindo, designadamente, os meios de alinhamento dos interesses dos administradores com o interesse da sociedade e a avaliação do desempenho, distinguindo os administradores executivos dos não executivos, e um resumo e explicação da política da sociedade relativamente aos termos de compensações negociadas contractualmente ou através de transacção em caso de destituição e outros pagamentos ligados à cessação antecipada dos contratos.

Não foi acordado entre a Sociedade e os seus administradores o pagamento de compensações em caso de destituição ou outros pagamentos

ligados à cessação antecipada do mandato dos administradores da Sociedade.

Tendo em vista assegurar o alinhamento dos interesses da sociedade com os dos seus administradores, a comissão de remunerações definiu, para os membros executivos do Conselho de Administração, um modelo de remuneração variável com uma componente anual e outra plurianual que abarca o período do mandato respectivo. O valor devido a título de remuneração variável é calculado em função do valor real obtido para as variáveis estratégicas do negócio da Inpa e respectivo grau de concretização face aos valores do orçamento aprovado em Conselho de Administração.

## 2.19

Indicação da composição da comissão de remunerações ou órgão equivalente, quando exista, identificando os respectivos membros que sejam também membros do órgão de administração, bem como os seus cônjuges, parentes e afins em linha recta até ao 3.º grau, inclusive.

Integram a actual Comissão de Remunerações os Senhores:

- Dr. João Vieira de Almeida;
- Dr. João Plácido Pires; e
- Dr. Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo.

Não existe qualquer relação de parentesco ou afinidade, em linha recta até ao 3º grau, inclusive, entre os membros que integram a Comissão de Remunerações e/ou entre estes e os membros do Conselho de Administração, nem nenhum dos membros da Comissão de Remunerações desempenha cargos de administração na Sociedade.

## 2.20

Remuneração auferida, no exercício em causa, pelos membros do órgão de administração incluindo prémios de desempenho.

As remunerações dos administradores da Sociedade, ascenderam em 2009 a 715.850 euros (valor agregado).

As referidas remunerações foram auferidas pelos seguintes administradores, individualmente considerados:

### MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOME	REMUNERAÇÃO FIXA	REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	TOTAL
José Manuel Félix Morgado	350.000	96.600	446.600
Arndt Michael Jost Klippgen	35.000	-	35.000

A componente variável da remuneração anteriormente contemplada não se encontra sujeita a condição de deferimento de pagamento e é de 96.600 euros.

### MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOME	REMUNERAÇÃO FIXA	REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	TOTAL
Vasco Luis Schultness de Quevedo Pessanha	96.000	-	96.000
Jorge Armindo Carvalho Teixeira	49.000	-	49.000
Emídio de Jesus Maria	70.500	-	70.500
Pedro Maria Cabral Norton de Matos	16.500	-	16.500
Abílio Ramos Marques	-	-	-
Paulo Jorge dos Santos Fernandes*	2.250	-	2.250

\* Renunciou ao mandato em 02-02-2009

Não existem quaisquer direitos a acções, a opções sobre acções, planos de atribuição de acções ou direitos de adquirir opções sobre acções ou qualquer outro sistema de incentivo com acções atribuídos aos membros dos órgãos sociais.

No exercício em apreço não foi paga aos membros dos órgãos sociais qualquer remuneração sob a forma de participação nos lucros e ou pagamento de prémios, nem qualquer indemnização, nem é devida qualquer indemnização a ex-administradores executivos.

Não existe qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada para os administradores, nem benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração.

## 2.21

Indicação, em termos individuais, dos montantes cujo pagamento esteja previsto, independentemente da sua natureza, em caso de cessação das funções durante o mandato, quando excedam o dobro da remuneração mensal fixa.

Não existe qualquer disposição ou acordo aplicável que determine o pagamento de qualquer montante em caso de cessação de funções de qualquer membro dos órgãos sociais, sem prejuízo do disposto no Código das Sociedades Comerciais a respeito da destituição sem justa causa.

## 2.22

Informação sobre a política de comunicação de irregularidades adoptada na sociedade.

Os colaboradores do Grupo Inapa (quadros e demais funcionários da casa-mãe, administradores, quadros e demais funcionários das filiais) devem comunicar aos seguintes responsáveis quaisquer irregularidades de que tenham conhecimento no seio das empresas do Grupo Inapa que integram:

- Ao Presidente da Comissão Executiva da Inapa, sempre que a irregularidade diga respeito a quadros ou funcionários da casa-mãe, administradores, quadros ou funcionários das filiais, a qual deverá, por este ser, levada ao conhecimento do Presidente da Comissão de Auditoria, com a brevidade que as circunstâncias aconselharem;
- Ao Presidente da Comissão de Auditoria da Inapa, sempre que a irregularidade diga respeito a administradores da própria Inapa ou ao órgão de fiscalização, e/ou seus colaboradores, ou quando diga respeito a um membro da Comissão de Auditoria ou ao Presidente do Conselho de Administração da Sociedade.

A comunicação será feita por escrito, tendo o seu autor direito a exigir do respectivo destinatário declaração escrita de que a informação será mantida estritamente confidencial.

Ao participante é assegurado que, salvo denúncia caluniosa, qualquer comunicação no âmbito do presente regulamento não constituirá fundamento de procedimento contra o participante ou será causa para qualquer tratamento de desfavor relativamente ao mesmo.

## Capítulo 3 INFORMAÇÃO

### 3.1

Estrutura de capital, incluindo indicação das acções não admitidas à negociação, diferentes categorias de acções, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa.

O capital da sociedade encontra-se representado por cento e cinquenta milhões de acções ordinárias com o valor nominal de um euro cada.

#### A ESTRUTURA DO CAPITAL DA INAPA É A SEGUINTE:

### 3.2

Participações qualificadas no capital social do emitente, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

NOME	Nº ACÇÕES	% DO CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO
<b>Parpública - Participações Públicas SGPS,SA</b>	<b>49.084.738</b>	<b>32,72%</b>	<b>32,72%</b>
<b>Participação imputável ao Millennium BCP (artº 20 do CVM)</b>	<b>27.391.047</b>	<b>18,26%</b>	<b>18,26%</b>
Banco Comercial Português, SA	10.315.846	6,88%	6,88%
Fundo de Pensões do Grupo BCP	16.521.635	11,01%	11,01%
Banco Millennium BCP Investimento,SA	553.566	0,37%	0,37%
<b>Jorge Augusto Martins Fazendeiro</b>	<b>3.083.851</b>	<b>2,06%</b>	<b>2,06%</b>
A título pessoal	3.033.851	2,02%	2,02%
Acções detidas por pessoa ou entidade contemplada no artigo 447.º	50.000	0,03%	0,03%

### 3.3

Accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos.

Não existem accionistas titulares de direitos especiais

NOME	Nº ACÇÕES	% DO CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO
<b>Parpública - Participações Públicas SGPS,SA</b>	<b>49.084.738</b>	<b>32,72%</b>	<b>32,72%</b>
<b>Participação imputável ao Millennium BCP (artº 20 do CVM)</b>	<b>27.391.047</b>	<b>18,26%</b>	<b>18,26%</b>
Banco Comercial Português, SA	10.315.846	6,88%	6,88%
Fundo de Pensões do Grupo BCP	16.521.635	11,01%	11,01%
Banco Millennium BCP Investimento,SA	553.566	0,37%	0,37%
<b>Albano R. N. Alves-Distribuição de papel, S.A.</b>	<b>3.083.851</b>	<b>2,06%</b>	<b>2,06%</b>

As acções em causa encontram-se, na sua totalidade, admitidas à negociação em mercado regulamentado (Euronext Lisbon) e conferem todas os mesmos direitos aos respectivos titulares, não havendo qualquer segregação das mesmas por categorias.

### 3.4

Eventuais restrições à transmissibilidade das acções, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de acções.

Não existem restrições à livre transmissibilidade das acções representativas do capital da Inapa, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou quaisquer limitações à titularidade das referidas acções.

### 3.5

#### Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

Não são do conhecimento da Sociedade quaisquer acordos parassociais que, possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

### 3.6.

#### Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade;

As alterações estatutárias são adoptadas pelos accionistas reunidos em Assembleia Geral pela maioria contemplada no Código das Sociedades Comerciais.

### 3.7

#### Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes.

Não existe qualquer sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade

### 3.8

#### Descrição da evolução da cotação das acções do emitente

Após um ano de 2008 que se revelou o pior das últimas décadas, o ano de 2009 representou o retorno da generalidade dos mercados de capitais a valorizações significativas. Os principais índices mundiais registaram valorizações entre os 19% e os 30%.

Pese embora o contexto macroeconómico fortemente negativo, o mercado português não passou ao lado desta revalorização generalizada, tendo o seu índice mais representativo – PSI20 – registado uma

valorização de 33%.

No entanto os volumes transaccionados no mercado português sofreram uma redução sensível fixando-se nos 31,8 mil milhões de euros, o que representou uma redução de 42% face a 2008.

As acções Inapa voltaram em 2009 a apresentar um comportamento substancialmente mais favorável do que o mercado em geral, quer em termos de volumes transaccionados, quer em termos de evolução da cotação.

O volume de acções da Sociedade transaccionado atingiu os 349,4 milhões de acções, o que representou um aumento de 88% face a 2008 e representou uma rotação de 2,33 vezes o capital social. Este crescimento de volume vem em linha com o que se vem verificando desde 2007. Entre 2006 e 2009 o volume de acções Inapa transaccionadas em bolsa cresceu 43 vezes, facto muito invulgar e que demonstra claramente o aumento do interesse por parte dos investidores, tanto mais que a empresa não efectuou qualquer compra de acções próprias.

Paralelamente à evolução descrita, a circunstância de não terem sido comunicadas novas tomadas de participações qualificadas estáveis, e de cada vez mais agentes portugueses e internacionais terem intermediado operações sobre acções da Inapa, demonstra um interesse cada vez maior na detenção de acções da Inapa, por parte de um crescente número de investidores, distribuídos por um universo geográfico mais abrangente.

No que respeita ao valor transaccionado, as transacções de acções Inapa atingiram os 201,4 milhões de euros, o que representou um crescimento de 45% face a 2008.

A cotação encerrou o ano nos 0,64 €, traduzindo uma subida de 88,2% face a 31 de Dezembro de 2008, substancialmente maior do que a valorização do índice PSI20 – 33%.

Este desempenho não pode, na perspectiva do Conselho de Administração da Sociedade, ser dissociado de quatro factores fundamentais, que desde 2007 têm sido uma preocupação da Inapa:

- a melhoria do desempenho operacional do Grupo Inapa e consequente aumento dos resultados económico-financeiros;
- a alteração do modelo governativo da Sociedade, por forma a adequá-lo às melhores práticas nesta matéria;
- a qualidade e o rigor da informação económica-financeira, colocada à disposição dos accionistas e investidores; e
- o potencial de valorização dos títulos, assente no bom desempenho demonstrado, na consecução do Plano Inapa 2010 e nas perspectivas de desenvolvimento da Inapa.



Resultado do substancial acréscimo da cotação e dos volumes transaccionados, a Inapa ascendeu, já após o encerramento do exercício de 2009, pela primeira vez na sua já longa história de empresa cotada,

ao principal índice de mercado português – PSI20.

Esta promoção, que muito orgulha o Conselho de Administração, reflecte o reconhecimento do mercado pelo esforço dedicado à comunicação, à sua qualidade e regularidade, e fundamentalmente pelo acerto na estratégia definida e na sua execução.

A Inapa continuou a ser acompanhada em termos de análise económico-financeira pelo Banco Português de Investimento e pela Caixa Banco de Investimento, que durante o ano de 2009, emitiram vários relatórios de análise.

Tal como anteriormente referido, a regularidade, a qualidade e o rigor da informação são uma prioridade para a Inapa e, nesse sentido, as apresentações de resultados anuais e semestrais, a divulgação dos resultados trimestrais e a demais informação relevante foram devida e atempadamente divulgadas ao mercado e a todos os seus agentes, garantindo escrupulosamente a igualdade no acesso à informação.

A criação de valor para o accionista continuará a ser a prioridade do Conselho de Administração, o que, a par da adopção das melhores práticas de governação e de comunicação com o mercado, é, na óptica do Conselho de Administração da Inapa, susceptível de fomentar o desempenho das acções Inapa no mercado.

No decorrer do exercício não se procedeu à emissão de acções ou outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções, nem ao pagamento de dividendos.

## 3.9

**Descrição da política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por acção distribuído nos três últimos exercícios.**

A distribuição de dividendos é, para a Inapa, um instrumento relevante para remunerar os seus accionistas.

A prática consistentemente seguida no passado foi suspensa em 2001 e pretende-se que venha a ser retomada pela Sociedade logo que as condicionantes macroeconómicas, o volume dos resultados gerados e o seu envolvimento financeiro lho consintam.

No decorrer dos três últimos exercícios a Inapa não procedeu à distribuição de quaisquer dividendos aos seus accionistas, privilegiando, portanto, o reforço da sua solidez financeira.

## 3.10

**Planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções, adoptados ou vigentes no exercício em causa, respectiva justificação, categoria e número de destinatários, condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade, critérios relativos ao preço das acções e o de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das acções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de acções e ou exercício de opções e competência do órgão de administração para a execução e ou modificação do plano.**

Não se encontra aprovado pela Sociedade qualquer plano para atribuição de acções ou opções de aquisição de acções.

## 3.11

**Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, excepto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da actividade corrente**

## da sociedade.

Não houve, durante o exercício em apreço, quaisquer negócios ou operações realizadas entre a Sociedade e membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.

As operações ou negócios celebrados entre a Sociedade e titulares de participações qualificadas – como é o caso do Banco Comercial Português – e entre a Sociedade e sociedades com as quais se encontre em relação de domínio ou de grupo foram realizadas em condições normais de mercado para operações similares e fazem parte da actividade corrente da sociedade.

## 3.12

### Gabinete de Apoio ao Investidor

A Inapa dispõe de um Gabinete de Apoio ao Investidor, a cujo responsável compete ainda a representação para as relações com o mercado.

A este gabinete encontram-se confiadas as relações da empresa com as entidades de supervisão do mercado e bolsa (CMVM, Euronext, Interbolsa, Opex), intermediários financeiros (sociedades corretoras e financeiras de corretagem, bancos) e investidores institucionais e particulares.

Os contactos com o Gabinete de Apoio ao Investidor poderão fazer-se através do Representante para as Relações com o Mercado:

**Dr. António José Nogueira Simão Domingues**  
Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA

Gabinete de Apoio aos Investidores  
Rua Castilho n.º 44 3.º  
1250 – 071 Lisboa

**e-mail :**  
*antonio.domingues@inapa.pt*  
*info@inapa.pt*  
*www.inapa.pt*

**Tel. + 351 21 382 30 08**  
**Fax. + 351 21 382 30 16**

A utilização das novas tecnologias, pela Inapa, para a divulgação de informação relevante tem vindo a ser desenvolvida e consolidada ao longo dos últimos anos.

Nesse sentido dispõe de um sítio institucional na Internet, em português e em inglês, com o seguinte endereço:

[www.inapa.pt](http://www.inapa.pt),

Para além de uma área de pura informação institucional e de uma área de informação geral sobre a actividade do Grupo Inapa e das suas empresas, o sítio dispõe ainda de uma área especialmente vocacionada para a relação com os investidores e de outra para a relação com a comunicação social.

No sítio da Sociedade na Internet os interessados dispõem de um vasto conjunto de informação sobre a empresa e o grupo, de entre os quais se destacam, a título meramente exemplificativo, os últimos relatórios de gestão e demais documentos de prestação de contas, de carácter anual, semestral e trimestral, toda a informação sobre factos relevantes e os indicadores financeiros mais significativos.

Esta informação é ainda complementada pelos seguintes sítios na Internet, com informação de carácter técnico ou claramente transaccional:

[www.inapa.de](http://www.inapa.de)  
[www.papierunion.de](http://www.papierunion.de);  
[www.inapa.fr](http://www.inapa.fr)  
[www.inapa.ch](http://www.inapa.ch)  
[www.inapa.lu](http://www.inapa.lu)  
[www.inapa.be](http://www.inapa.be)  
[www.idisa.com](http://www.idisa.com)  
[www.inapa-tecno.com](http://www.inapa-tecno.com);  
[www.papel.online.pt](http://www.papel.online.pt)

Em linha com a preocupação do Conselho de Administração da Sociedade no acesso à informação por parte de pequenos accionistas, foi criado o Circulo de Accionistas Inapa, com o objectivo de assegurar que a informação é disponibilizada aos accionistas de uma forma célere e atempada e em igualdade de circunstâncias com os demais agentes de mercado.

Esta iniciativa única em Portugal tem como

principais objectivos:

- A valorização do estatuto do accionista;
- Corresponder às necessidades de informação dos pequenos accionistas;
- Maior proximidade, estimulando a participação accionista;
- Acesso directo à gestão;
- Envolvimento dos accionistas nas iniciativas da empresa, quer sejam de carácter corporativo, de responsabilidade social, formação, mecenato, entre outras.

Com a promoção desta medida, a Inapa posiciona-se na vanguarda das melhores práticas internacionais nestas matérias, dando mais um passo no sentido de se afirmar como uma referência também no mercado de capitais.

Na óptica da preocupação com a divulgação de informação, a Sociedade, através das apresentações de resultados anuais e semestrais, da divulgação dos resultados trimestrais e da demais informação relevante, manteve o mercado, e os seus agentes, devida e atempadamente informados.

Para que a informação chegasse a todos os agentes de mercado e ao público em geral, em tempo oportuno e facilmente, cumpre referir o trabalho dos meios de comunicação social, para quem a Inapa esteve sempre disponível, quer através do Presidente da sua Comissão Executiva, quer através da sua área de Relações com os Investidores.

É nosso objectivo continuar a estar na linha da frente das melhores práticas de relações com os mercados e seus investidores, bem como em termos de Governo Societário.

respeitantes aos serviços de auditoria inerentes às funções que, nessa qualidade, se lhe encontram cometidas.

O auditor externo e/ou pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede auferiram, no período considerado, um total 340.900 euros, correspondentes à soma dos honorários devidos pelos serviços acima mencionados com outros serviços de auditoria prestados a subsidiárias no estrangeiro.

Foram ainda prestados à Sociedade ou sociedades suas dominadas pelo auditor externo, e/ou pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede, serviços de consultoria fiscal no montante de 6.300 euros e outros serviços no montante de 950 euros.

## 3.13

### Montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo

A remuneração paga ao auditor externo ascendeu a 480 milhares de euros,



**IMPRESSO EM:**

- CAPA** | Skin Extra White em 270gr - Arjowiggins  
**MIOLO** | Skin Extra White 135gr - Arjowiggins  
**DESIGN** | Dimensão Global - Comunicação, Design e Sistemas de Informação  
**IMPRESSÃO** | Gráfica Sobralense, Lda
- DEPÓSITO LEGAL** | 274567/8